

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

RAFAEL ANDRÉS PATIÑO OROZCO

**Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento
forçado na Colômbia**

**Salvador
2013**

RAFAEL ANDRÉS PATIÑO OROZCO

**Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento
forçado na Colômbia**

**Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade Federal da Bahia para obtenção do título
de Doutor em Psicologia.**

**Área de concentração:
Psicologia Social**

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos Chaves

Salvador

2013

Patino Orozco, Rafael Andrés
P298 Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado
na Colômbia / Rafael Andrés Patino Orozco. – Salvador, 2013.
167f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos Chaves
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, 2013.

1. Psicologia social. 2. Subjetividade. 3. Pessoas desaparecidas.
4. Experiência - Trauma. 5. Luto. 6. Colômbia – Conflitos e confrontos. I. Chaves,
Antônio Marcos. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia.
III. Título.

CDD – 301.1

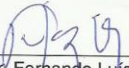
Nome: Patiño Orozco, Rafael Andrés

Título: Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado na Colômbia


**Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade Federal da Bahia para obtenção do título
de Doutor em Psicologia.**

Aprovado em: 28 de janeiro de 2013


BANCA EXAMINADORA:



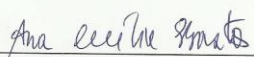
Prof. Dr. Fernando Luis Gonzalez Rey
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB



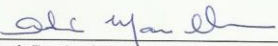
Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO



Prof.ª Dr.ª Marilena Ristum
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Prof.ª Dr.ª Ana Cecilia Bittencourt Bastos
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Prof. Dr. Antônio Marcos Chaves
Universidade Federal da Bahia - UFBA

A minha esposa Calú, amada companheira de desejos e empreendimentos.

A mis padres y familia en Colombia, que sufrieron por algunas horas la incertidumbre que produce el secuestro de un ser querido.

A mis tios Danilo y Rafael, presentes en la memória de su amor por el conocimiento e ingenio.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Antonio Marcos Chaves, pelos seus ensinamentos no grupo de pesquisa, pelas orientações justas e precisas e pelo seu apreço sincero e acolhedor.

Aos integrantes do Grupo em Significados de Infância, em especial a Lia e Elsa, pelos interrogantes e reflexões que compartilhamos durante nossos encontros.

À Prof. Ilka Bichara, pelo apoio e apreço que sempre recebi desde minha chegada ao Brasil.

Ao Prof. Eduardo Paes Machado e seu grupo de pesquisa, que compartilharam comigo sua paixão pelo entendimento da violência.

Aos colegas e professores da Pós-Graduação em Psicologia da UFBA, por dividirem seus conhecimentos e experiência durante nosso convívio na comunidade acadêmica.

A Márcia, que me recebeu como a um filho em Salvador.

À Prof. Mônica Lima, por sua amizade e valiosa ajuda sempre que a precisei.

À Capes e o Pec-PG, por brindar-me a oportunidade de estudar com tranquilidade e dedicação durante o doutorado.

À Pós-graduação em Memória Social da Unirio e em especial aos integrantes da linha de pesquisa “Acontecimento traumático, fraturas de memória e descontinuidade histórica”, porque seus ensinamentos foram determinantes no rumo interpretativo do trabalho.

À Organización Madres de la Candelaria Caminos de Esperanza e a todos os participantes da pesquisa, que compartilharam a sua experiência como familiares de desaparecidos forçados.

À Comisión Nacional de Reparación y Reintegración e aos profissionais do Modelo de Atención a Víctimas, sede Medellín, que reconheceram a relevância de encontrar caminhos para facilitar a superação da experiência traumática sofrida por familiares de desaparecidos forçados.

RESUMO

Patiño, R. A. **Configurações subjetivas de familiares de vítimas de desaparecimento forçado na Colômbia**. Tese de Doutorado. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013

Fundamentado em uma perspectiva histórico-cultural da Psicologia Social, o presente estudo teve como objetivo compreender as configurações subjetivas, construídas por familiares de desaparecidos forçados no contexto do conflito armado colombiano. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um desenho qualitativo de estudo de casos múltiplos, em que os participantes (familiares de desaparecidos forçados) foram escolhidos com um critério intencional, guiado pela teoria. Foram realizadas 18 entrevistas em profundidade, 3 grupos de discussão e foi aplicado um instrumento de complementação de frases a todos os entrevistados. As técnicas de produção de informação foram elaboradas com base em categorias orientadoras que procuravam abranger diferentes zonas de sentido. A análise dos dados foi realizada a partir de uma lógica abdução, privilegiando o diálogo entre o empírico e o teórico no percurso da identificação de indicadores de sentido, zonas de sentido e configurações de sentido. Para tal fim, a informação coletada foi integrada em uma unidade hermenêutica no programa Atlas-ti 6.2 para análise de dados qualitativos. Identificou-se que os familiares de desaparecidos forçados constroem sentidos contraditórios a respeito da condição de vítimas. Ser vítima é uma categoria social que permite reconhecimento e identificação, mas ao mesmo tempo é rejeitada porque carrega um estigma. O laço social se rompe porque o outro é representado como um possível agressor, o que produz um sentimento de vulnerabilidade, desproteção e terror, embora algumas instituições prestem apoio e facilitem a identificação entre sujeitos com histórias de vida similares. A família desconfigura-se pelas desestabilizações econômicas, afetivas e morais. Tanto as forças armadas do Estado, como os grupos armados ilegais, são significados como criminosos e seus integrantes chegam a ser considerados superdotados, para realizar atos de violência. A configuração subjetiva dos familiares de desaparecidos forçados se caracteriza por um estado de enlutamento: uma fratura na memória produzida pela incerteza sobre o que ocorreu com o ente querido, acompanhada pela impossibilidade de construir um sentido sobre a perda e, portanto, de fazer o luto. Apesar das dificuldades, existem algumas possíveis vias para elaborar a perda e superar o enlutamento. Diante da incerteza é possível construir sentidos sobre a experiência traumática a partir de rituais de despedida, e ações de reparação, como o esclarecimento dos fatos e a condenação dos responsáveis na justiça. Alguns sujeitos conseguem sair do enlutamento construindo novos sentidos de vida através de aprendizados laborais, políticos ou acadêmicos. Concluiu-se que toda possível forma de elaboração da perda está composta por elementos individuais, históricos e sociais. Por tal motivo, a sociedade e o Estado têm uma função fundamental na execução de um processo de reparação que favoreça a construção de sentidos sobre a experiência traumática. Tais ações são necessárias para a superação do conflito armado na Colômbia.

Palavras-chave: Subjetividade, Desaparecimento forçado, Experiência traumática, Luto, Conflito armado colombiano.

RESUMEN

Configuraciones subjetivas de familiares de víctimas de desaparición forzada en Colombia.

Fundamentado en una perspectiva histórico-cultural de la Psicología Social, el objetivo de este estudio fue comprender las configuraciones subjetivas, construidas por familiares de desaparecidos forzados en el contexto del conflicto armado colombiano. La investigación se desarrolló a partir de un diseño de estudio de casos múltiples, en que los participantes (familiares de desaparecidos forzados) fueron escogidos con un criterio intencional teórico. Fueron realizadas 18 entrevistas en profundidad, 3 grupos de discusión y fue aplicado un instrumento de complementación de frases a todos los entrevistados. Las técnicas de producción de información fueron elaboradas con base en categorías orientadoras que buscaban abarcar diferentes zonas de sentido. El análisis de los datos fue realizado a partir de una lógica abductiva, privilegiando el diálogo entre lo empírico e lo teórico durante la identificación de indicadores de sentido, zonas de sentido y configuraciones de sentido. Para tal fin, la información producida con los instrumentos de investigación fue integrada en una unidad hermenéutica en el programa Atlas-ti 6.2, para análisis de datos cualitativos. Se identificó que los familiares de desaparecidos forzados construyen sentidos contradictorios al respecto de su condición de víctimas. Ser víctima es una categoría social que permite el reconocimiento y la identificación, pero al mismo tiempo es rechazada porque representa un estigma. El lazo social se rompe porque el otro es representado como un posible agresor, lo que produce un sentimiento de vulnerabilidad, desprotección y terror. A pesar de eso, algunas instituciones dedicadas a prestar apoyo facilitan la reconstrucción de vínculos entre sujetos con historias de vida similares. La familia se desconfigura como consecuencia de las desestabilizaciones económicas, afectivas y morales. Tanto las fuerzas armadas del Estado, como los grupos armados ilegales, son significados como criminosos y sus integrantes pueden llegar a ser considerados superdotados, lo que explicaría la capacidad para realizar tales acciones de violencia. Los familiares de desaparecidos forzados permanecen en un estado de *enlutamiento*: una fractura en la memoria producida por la incerteza sobre lo acontecido con el ente querido, acompañada de la imposibilidad de construir un sentido sobre a pérdida y, por tanto, de realizar el duelo. A pesar de la incerteza, existen algunas posibles vías para elaborar la pérdida y superar el *enlutamiento*. Es posible construir sentidos sobre a experiencia traumática a partir de rituales de despedida y acciones de reparación, como el esclarecimiento de los hechos y condena de responsables en la justicia. Algunos sujetos logran salir del *enlutamiento* construyendo nuevos sentidos de vida a través de aprendizajes laborales, políticos o académicos. Se concluye que la superación del duelo implica elementos individuales, históricos y sociales. Por tal motivo, la sociedad y el Estado tienen una función fundamental para garantizar la ejecución de un proceso de reparación que acompañe la significación de la experiencia traumática. Tales acciones son necesarias para la superación del conflicto armado en Colombia.

Palabras clave: Subjetividad, Desaparición forzada, Experiencia traumática, Víctimas, Duelo, Conflicto armado colombiano.

ABSTRACT

Subjective configurations of families of victims of forced disappearance in Colombia

Based on a historical-cultural perspective of social psychology, the aim of this study was to understand the subjective configurations, put together by relatives of forced disappearances in the context of the Colombian armed conflict. The research grew out of a study design of multiple cases in which participants (family of forced disappearances) were chosen with a deliberate theoretical approach. Eighteen interviews were conducted with three focus groups and a phrase complementation tool was implemented with all of those interviewed. Information production techniques were developed based on orienting categories that sought to cover different areas of meaning. The data analysis was conducted using abductive reasoning, favoring dialogue between the empirical and the theoretical for identifying indicators of meaning, areas of meaning and configurations of meaning. To this end, the information produced by the research instruments was integrated into a hermeneutics unit in Atlas-ti 6.2, for qualitative data analysis. It was found that the relatives of forced disappearances construct contradictory meanings with regards to their victimhood. Being a victim is a social category that allows recognition and identification, but also is rejected because it represents a stigma. The social bond is broken because the other is represented as a potential aggressor, which produces a feeling of vulnerability, defenselessness and terror. Nonetheless, some institutions, dedicated to helping these families, facilitate the reconstruction of relationships between persons with similar life histories. The family is broken as a result of economic, emotional and moral destabilization. Both the armed forces of the State, as well as the illegal armed groups, are considered as criminals by the victims' families and their members can become considered *gifted*, which would explain the ability to perform such acts of violence. Relatives of forced disappearances remain in a state of mourning: a fracture in memory caused by the uncertainty about what happened to their loved one, accompanied by the inability to build a sense of loss and, therefore, to grieve. Despite the uncertainty, there are some possible ways to progress the loss and overcome the mourning. It is possible to construct meaning about the traumatic experience from farewell rituals and repair actions, such as fact-finding and conviction of those responsible in court. Some individuals manage to overcome their mourning by building new meanings to life through work, political or academic lessons. We conclude that the overcoming of grief involves individual, historical and social elements. Therefore, the society and the state have a crucial role in ensuring the implementation of a repair process accompanying the significance of the traumatic experience. Such actions are necessary to overcome the armed conflict in Colombia.

Keywords: Subjectivity, Forced Disappearance, traumatic experience, Victims, Grief, Colombian armed conflict.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidades de Análise, de estudo e categorias	53
Figura 2 - Categorias orientadoras para a entrevista e o grupo de discussão	55
Figura 3 - Ser vítima, entre o horror e a identidade	66
Figura 4 - Representantes do Outro: solidariedade, crueldade ou indiferença	75
Figura 5 - Familiares na <i>Iglesia de la Candelaria</i> , Medellín	85
Figura 6 - Estado e grupos armados ilegais: carrascos e salvadores	85
Figura 7- A Família e a comunidade: culpa e desconfiança	97
Figura 8 – Enlutamento: uma fratura na memória produzida pela incerteza.....	111
Figura 9 - Sobre as possibilidades de superação do luto.....	124

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL DO PROBLEMA	19
2.1 Breve retrospectiva do conflito armado colombiano	19
2.2 O programa de atenção a vítimas	22
2.3 O fenômeno do desaparecimento forçado na mídia	28
2.4 Estudos sobre as vítimas do conflito armado colombiano e a violência	30
3 PERSPECTIVA TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA	36
3.1 A subjetividade a partir de uma perspectiva histórico-cultural.....	36
3.2 As noções de violência e agressão numa perspectiva psicossocial	40
3.3 A noção de trauma social	45
4 MÉTODO.....	50
4.1 Objetivos.....	50
4.2 Algumas considerações metodológicas	50
4.3 Desenho Específico: estudo de casos múltiplos	52
4.4 Técnicas de produção de informação	53
4.5 Sobre o tratamento dos dados.....	59
5 CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DE FAMILIARES DE DESAPARECIMENTO FORÇADO EM MEIO DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO.....	64
5.1 Sentidos e significados sobre a experiência de ser vítima do conflito armado como familiar de um desaparecido	66

5.2 Sentidos sobre a sociedade as instituições e organizações de atendimento a vítimas do conflito armado	75
5.2.2 As organizações de vítimas: Conforto, identificação e reclamação de direitos	78
5.3 Sentidos sobre o Estado e os grupos armados ilegais para os familiares dos desaparecidos	85
5.4 Efeitos coletivos da violência: desconfigurações na comunidade e na família	97
5.4.1 A família depois do desaparecimento de um de seus membros.....	103
5.4.2 Desestabilizações afetivas	106
5.5 Sentidos e significados sobre o desaparecimento forçado de um ente querido. Possibilidades de construção de sentido a partir da incerteza	111
5.5.1 O corpo da experiência traumática	120
5.6 Sobre as formas de superação do enlutamento. Invenções, respostas e possíveis produções subjetivas diante da experiência traumática	123
5.6.1 Dimensões subjetivas da procura pela verdade e a justiça para os familiares de desaparecidos forçados: as funções da reparação e a reivindicação de direitos	132
5.6.2 Transformações subjetivas a partir da experiência traumática	140
6 CONCLUSÕES.....	147
6.1 Epistemo-metodológicas.....	147
6.2 Ético-políticas	150
6.3 Sobre a configuração subjetiva dos familiares de desaparecidos forçados	152
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXO A - INSTRUMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE FRASES	165
ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido	168

1 INTRODUÇÃO

O conflito armado colombiano entre grupos armados irregulares e forças estatais já acumula mais de 50 anos de duração e tem gerado múltiplas formas de violência, entre elas, sequestros, assassinatos, deslocamentos e desaparecimentos forçados, que envolvem e afetam todas as dimensões da sociedade, além dos combatentes. Este complexo universo obriga a levar em conta todas as dimensões do conflito para sua compreensão, tarefa de grande porte que ultrapassa qualquer projeto de tese doutoral. No entanto, esta pesquisa surge da nossa convicção de que é necessário compreender os efeitos e transformações que se produzem nos sujeitos a partir do encontro com a experiência violenta, para construir alternativas pacíficas de resolução de conflitos e possibilitar a reconstrução dos tecidos sociais destruídos durante tantos anos de confronto (Patiño, & Patiño, 2010).

A partir de tal convicção, esta pesquisa pretende compreender os efeitos causados pelo desaparecimento forçado de uma pessoa em seus familiares e as transformações sociais que se produzem, levando-se em conta que esse tipo de violência foi exercido de forma sistemática durante anos no território colombiano, afetando comunidades inteiras.

No plano legal mundial, o desaparecimento forçado é um problema central na defesa dos direitos humanos, devido ao horror que representou conhecer os milhares de casos de desaparecidos em diferentes países e contextos durante o século XX, sendo alguns dos casos mais emblemáticos os milhões de judeus assassinados e desaparecidos durante a segunda guerra mundial. A partir de 1980, a Organização Nações Unidas (ONU) criou um Grupo de Trabalho sobre desaparecimentos Forçados ou Involuntários, que funciona acompanhando e monitorando os casos mais graves e assessorando os processos de Verdade, Justiça e Reparação. É o que acontece na **Bósnia** e na **Herzegovina** após mais de 20 anos de uma guerra que, durante os anos 1990, deixou entre 28.000 e 30.000 pessoas desaparecidas (United Nations, 2010). Segundo estatísticas das Nações Unidas (2012a), os dez países com maior número de casos reportados são Iraque, Sri Lanka, Argentina, Guatemala, Peru, Argélia, El Salvador, Colômbia, Chile e Filipinas. Porém, segundo eles mesmos reconhecem, o número de casos relatados é muito menor que o número real. Em alguns países as estatísticas se concentram em períodos convulsos específicos, como na Argentina, no Brasil e no Chile.

No entanto, “em casos como Colômbia e México, e em menor medida no Salvador, Marrocos e Paquistão o número de casos anuais tem se mantido a través dos mais de 30 anos estudados, o que mostra a atualidade da prática do desaparecimento forçado” (Naciones Unidas, 2012). Para a Anistia Internacional (1983), o desaparecimento forçado implica uma

série de violações aos Direitos Humanos que agem integradas como um método de repressão generalizado e permanente. É um mecanismo de aprisionamento, submissão, sequestro, ameaça e execução pela via extralegal, que é praticado por diferentes atores do conflito armado que, na maioria dos casos, se mantêm na impunidade.

De fato, essa prática tem como objetivo o desaparecimento do corpo para evitar a tipificação do assassinato como delito. O desaparecimento viola os direitos das vítimas de maneira direta e afeta a estabilidade das famílias, devido ao ambiente de incerteza que geralmente envolve os fatos. Para Osso e Wurts (2002), os efeitos do trauma psicossocial que sofrem os familiares de pessoas desaparecidas de forma involuntária e violenta são incrementados pelo desamparo que gera a falta de informação ou a informação distorcida sobre o destino dos desaparecidos.

A legislação internacional tem estabelecido políticas públicas que buscam, mundialmente, a diminuição do fenômeno do desaparecimento forçado. Em 1992, foi publicada a declaração da Organização das Nações Unidas sobre o desaparecimento forçado, na qual foi estabelecido o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos e igualdades como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Em consequência, os Estados estão obrigados ao respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Posteriormente, em 1994, a Organização dos Estados Americanos (OEA), na Convenção Interamericana sobre Desaparecimento de Pessoas realizada na cidade de Belém (Brasil), estabeleceu um marco jurídico que considera o desaparecimento forçado como delito de lesa-humanidade, e solicita aos Estados que a compõe a facilitação das garantias processuais pertinentes para o tratamento do mesmo.

A Colômbia, por meio da Lei 975 de *Justiça y Paz* (2005), acolheu as disposições internacionais que consideram o desaparecimento forçado como delito de lesa-humanidade. Segundo essa lei, *vítima* é aquela pessoa que individual ou coletivamente sofreu danos diretos – tais como lesões transitórias ou permanentes – que ocasionaram algum tipo de deficiência física, psíquica, sensorial, sofrimento emocional, perda financeira ou menosprezo de seus direitos fundamentais. Os danos deverão ser consequência de ações que tenham transgredido a legislação penal, realizadas por grupos armados à margem da lei. Essa definição inclui os cônjuges ou familiares em primeiro grau de consanguinidade de pessoas desaparecidas, as quais são objeto da presente pesquisa.

Em 12 de julho de 2012 a Colômbia ratificou a Convenção Internacional para a Proteção de Pessoas contra o Desaparecimento Forçado das Nações Unidas. A Convenção define o desaparecimento forçado como:

a detenção, sequestro, ou qualquer outra forma de privação da liberdade que seja obra de agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuam com a autorização, apoio, ou aquiescência do Estado, seguida da recusa a reconhecer dita privação da liberdade e o ocultamento da sorte ou paradeiro da pessoa desaparecida subtraindo-a da proteção da lei. (United Nations, 2006)

Na Colômbia, assim como em todo o mundo, existe uma séria dificuldade para dimensionar a magnitude do problema devido às inconsistências nas estatísticas apresentadas pelas diferentes organizações governamentais e não governamentais que fazem os registros dos desaparecidos. Já em 2002, reconhecia-se que não existia “acordo sobre a desapareição forçada na Colômbia nem sobre suas dimensões pelo que a compreensão do problema não é simples” (Programa Presidencial de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, 2002, p. 1). Essas inconsistências são observadas quando se comparam os registros de diferentes instituições para essa época: segundo a Promotoria Geral da Nação, em 2003, o desaparecimento forçado tinha aumentado 110% para esse ano se comparado com o ano 2000; só até setembro desse ano tinham sido registrados 3.866 desaparecidos, enquanto a Associação de Familiares de Detentos e Desaparecidos (ASFADDES)¹ tinha registrado somente 785 casos e, no mesmo período, a Revista Noche y Niebla adscrita ao CINEP² somente registrou 164 casos. O total de casos entre 2000 e 2003, segundo a Promotoria Geral da Nação foi de 12.119, um número muito alto, mas que, no entanto, não era confiável no momento (Observatório Programa Presidencial de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, 2003).

A diferença nas estatísticas é evidente e se explica, em parte, porque muitas das denúncias registradas na Promotoria Geral da Nação como desaparecimentos passam a fazer parte de outra categoria quando a pessoa é encontrada viva ou morta. Por esse motivo, se tornou evidente a necessidade de identificar a real quantidade de desaparecimentos no país e de realizar um diagnóstico que permita começar o processo de reparação das vítimas e adiantar os processos judiciais.

Por tal motivo, foi criada a *Comisión Nacional de Búsqueda de Personas Desaparecidas*, integrada por diferentes órgãos governamentais e não governamentais. Esta

¹ ONG colombiana especializada na busca, denúncia e reclamação de direitos dos desaparecidos forçados e suas famílias.

² Centro de Investigación y Educación Popular.

comissão criou o *Registro Nacional de Desaparecidos*, que começou a funcionar a partir de 2007 com o objetivo de centralizar as informações sobre o número de vítimas de desaparecimento e gerar estratégias para sua busca e identificação. Os resultados parciais deste trabalho indicam que a quantidade de desaparecidos forçados na Colômbia supera a da Argentina e do Chile, países com maior número de casos reportados na América do Sul.

Os dados fornecidos por seu sistema de informação indicam que até outubro de 2012 os desaparecidos no país eram 58.518, dos quais 79% são homens e 21% são mulheres. As regiões do país com maior número de registros são Cauca, com 31%; Bogotá, com 21%; e Antioquia (departamento onde foi realizada a pesquisa), com 15% (Registro Nacional de Desaparecidos, 2012). Segundo um Relatório das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia em outubro de 2011, o número de desaparecidos era 62.745, dos quais 16.884 se presumem desaparecimentos forçados. Nesse mesmo relatório se aceita a importância da Ley 1408 de 2010, conhecida como *Ley de Homenaje a las Víctimas de Desaparición Forzada*³, mas recomenda melhorar a condenação interinstitucional e a participação das vítimas e suas organizações no processo de implementação da lei (Naciones Unidas 2012a).

Tanto a Ley como o Registro Nacional de Desaparecidos são, evidentemente, um avanço na identificação e quantificação dos desaparecidos na Colômbia, assim como no processo de reparação dos familiares das vítimas de desaparecimento forçado. Entretanto, até agora, os registros permanecem contraditórios e o número aumenta a cada dia, o que evidencia que há muitos mais casos que os registrados oficialmente, ao mesmo tempo em que o trabalho de implementação da lei apenas começa.

Diante deste panorama, alguns pesquisadores da violência na Colômbia consideram que

apesar do amedrontamento às vítimas, atualmente elas são reconhecidas na Colômbia por suas múltiplas expressões que, a partir dos relatos de lembranças individuais e coletivas, se interessam mais por identificar os rastros que deixa a experiência vivida, por sua interpretação e sentido (Robledo, 2009, p. 9).

Esse interesse em outorgar sentido à história vivida é em si mesmo um chamamento às ciências sociais, as quais devem jogar um papel central na possibilidade de compreensão e facilitação da ressignificação da dor das vítimas a partir das iniciativas investigativas e de intervenção. As ciências sociais e a psicologia têm a possibilidade e a responsabilidade de, a

³ Ley 1408 de 2010, cujo objetivo é honrar as vítimas de desaparecimento forçado, tomar medidas para sua localização e identificação, e brindar assistência aos familiares durante o processo de entrega dos corpos ou restos exumados (Congreso de la República de Colombia, 2010).

partir das experiências das vítimas, facilitar a construção de uma memória histórica do acontecido, apoiar os processos de elaboração de luto e formular estratégias que visem melhorar as políticas públicas dirigidas à reparação dos danos causados, os quais não somente são econômicos e físicos, mas também psíquicos e simbólicos. Neste sentido, a elaboração da experiência traumática implica a resignificação das mudanças na existência para a construção de novas lógicas sociais e psíquicas.

Estas considerações são apoiadas pela psicóloga Sandra Milena González, do Programa de Atenção a Vítimas do Conflito Armado do Município de Medellín. Ela considera que os familiares dos desaparecidos devem enfrentar uma série de dificuldades de tipo econômico e social. No entanto, ela afirma que “o mais angustiante é o desconhecimento do paradeiro do desaparecido, não ter ideia do estado atual da vítima e do local no qual se encontra, e o dia a dia se converte numa luta pelo encontro da verdade” (González, 2008, p. 4).

É evidente que um dos problemas sublinhados por investigadores e profissionais dedicados a trabalhar com familiares de desaparecidos é a dificuldade que supõe o trabalho do luto em tais condições de incerteza. Para o antropólogo Van Gennep (1978), estudioso dos ritos de passagem em muitas culturas, o desaparecimento de um ente querido supõe a impossibilidade da elaboração do luto porque impede a realização do funeral. Ele argumenta que o luto

é um estado à margem para os sobreviventes, no qual entram mediante ritos de separação e do qual saem por meio de ritos de reintegração na sociedade geral (ritos de suspensão do luto). Em alguns casos, este período à margem dos vivos é o período à margem do morto. A terminação do primeiro coincide às vezes com a terminação do segundo, isto é, com a agregação do morto ao mundo dos mortos (p. 127).

Em outras palavras, se o morto não realiza a passagem para *o mundo dos mortos* é impossível realizar o luto, e esse é o problema central que enfrentam os familiares dos desaparecidos: não têm certeza sobre a real morte do desaparecido. No entanto, mesmo tendo a certeza da morte do familiar (por exemplo, por declarações de testemunhas), a impossibilidade da realização do funeral vira uma barreira quase intransponível para o sujeito que tenta a elaboração do luto, passagem necessária para retornar *ao mundo dos vivos*. Por esse motivo, os familiares das vítimas podem continuar anos construindo o seu sentido de vida em torno do desaparecido, realizando ações para a busca da verdade ou da justiça, e mantendo um vínculo com o desaparecido como se ainda sobrevivesse.

Outro estudo clássico sobre essa questão foi realizado por Freud (1969). Para ele, o luto é “a reação à perda de um ente querido, à perda de uma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou a liberdade de alguém, e assim por diante” (p. 249). Freud reconhece nesse mesmo artigo que, mesmo que o luto implique o afastamento do que é a atitude normal frente à vida, não é considerado em sentido algum patológico. O luto deve ser superado depois de algum tempo e não deve ser interrompido, o que já estabelece que não só é um processo normal, mas necessário. No trabalho no luto, o teste da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. Esta exigência provoca uma oposição compreensível; é fato notório que as pessoas nunca abandonam de bom grado uma disposição libidinal, nem mesmo, na realidade, quando um substituto já se lhes acena (Freud, 1969, p. 250).

Seguindo as indicações freudianas é fácil perceber que no caso aqui estudado não acontece o teste de realidade, que permitiria confirmar a morte do ente querido. Desse modo, a pessoa que se depara com a situação de desaparecimento, apoiada na realidade, resiste a aceitar a perda definitiva, e o trabalho do luto encontra um obstáculo a mais. Por tal motivo, os traços distintivos dele como “desânimo profundamente penoso, cessação do interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar e a inibição de toda e qualquer atividade” (Freud, 1969, p. 250) se mantêm por tempo indefinido. É necessário aclarar que Freud realiza uma distinção entre realidade psíquica e exterior, motivo pelo qual não é possível, a partir de uma leitura responsável dele, afirmar que o fato de não poder encontrar o corpo do desaparecido impossibilita a realização do luto. No entanto, o desconhecimento sobre o acontecido com o familiar e a impossibilidade de realizar um rito funerário geram uma situação de maior dificuldade para significar a experiência violenta e levar a bom termo o trabalho do luto.

Depois desta breve introdução, que apresenta um panorama subjetivo, histórico e jurídico do problema do desaparecimento forçado no contexto local e global, e que nos permite afirmar que os familiares de desaparecidos se enfrentam com a impossibilidade superar o luto; o seguinte capítulo tem como objetivo definir e situar o problema com relação ao contexto histórico-cultural próprio da sociedade colombiana.

2 CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL DO PROBLEMA

2.1 Breve retrospectiva do conflito armado colombiano

O conflito armado colombiano é a confrontação bélica mais longa da América Latina. Para alguns historiadores, o ano de início foi 1964, “data de corte entre o conflito conhecido como La Violência (dominado pela confrontação bipartidária Liberal-Conservadora⁴) e o começo do conflito armado contemporâneo” (CNRR, 2007, p. 2).

Vargas (1997) concorda que o começo do conflito armado colombiano data dos primeiros anos da década de 1960 (com características semelhantes à violência bipartidária), época na qual se formaram as guerrilhas do *Ejército Popular de Liberación* (EPL)⁵, *Ejército de Liberación Nacional* (ELN)⁶ e as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC)⁷. Mais tarde, em 1974, foi conformado o *Movimento 19 de Abril* (M-19)⁸, época em que tais organizações começaram a construir uma nova estratégia de guerra que seria implementada com intensidade durante os anos 1980, passando da resistência à utilização de força de forma ofensiva, apesar de a guerra estar localizada principalmente no contexto rural e periférico (Lair, 2004). Tal passagem de uma guerrilha passiva e marginal, a um acionar ofensivo, supôs um salto qualitativo e quantitativo sem precedente na guerra, considerado por Lair (2004) a primeira ruptura estratégica.

A segunda ruptura estratégica aconteceu nos anos 1990, com o retorno à vida civil dos combatentes do (EPL) e o M-19. A partir deste momento o ELN e as FARC decidiram passar à ofensiva, espalhando suas ações pelo território nacional com a ideia da tomada do poder. Esta mudança na estratégia coincide com o auge do dinheiro, produto do narcotráfico, e a extorsão de companhias exploradoras de minerais e petróleo. A abundância de dinheiro permitiu o aumento do poder de fogo sobretudo da guerrilha das Farc, a qual começou a incrementar o número de combatentes rapidamente. Pela mesma época começam a se consolidar os primeiros grupos paramilitares (Lair, 2004). Para este mesmo autor, a denominação *paramilitar* na Colômbia “faz referência a atores plurais que têm um inimigo comum: a guerrilha” (Lair, 2004, p. 7). Seu auge não foi o resultado direto de uma política

⁴ O Liberal e o Conservador são os dois partidos políticos tradicionais colombianos.

⁵ Exército Popular de Liberação.

⁶ Exército de Liberação Nacional.

⁷ Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia.

⁸ Movimento 19 de abril.

estatal de apoio e treinamento ao seu favor; apesar de se beneficiar do apoio local de alguns policiais e militares. Entretanto, o seu crescimento foi produto, principalmente, do financiamento de fazendeiros, pecuaristas e traficantes ilegais em guerra com a insurgência (Lair, 2004). Seria necessário acrescentar que também foram financiados por multinacionais – uma delas Chiquita Brands, condenada a pagar uma multa de 25 milhões de dólares pelos pagamentos que fazia a grupos paramilitares durante o tempo que cultivava banana no *Urabá antioqueño*⁹.

Apesar de, teoricamente, a criação de grupos paramilitares ter o sentido de *autodefesa*, o confronto com a guerrilha estava ligado a interesses de controle econômico, territorial e de tráfico de drogas. Esses grupos implementaram uma estratégia ofensiva, empreendendo ações bélicas de grande envergadura e procurando por um espaço de reconhecimento militar e político nas regiões de influência e no panorama nacional (Lair, 2004, p. 8). Suas ações não só estiveram orientadas a atacar a guerrilha como também a população civil que se interpusesse em seus objetivos e determinações.

Nesse contexto, as complexas condições do conflito redirecionaram os objetivos para a

destituição do regime e da reforma institucional e econômica reivindicada pela guerrilha, acrescentando interesses políticos e econômicos locais ou ciclos de vingança, os quais convidam a uma leitura multidimensional e ‘micro’ do conflito, que ‘alberga’ diversas lógicas de ação mutantes. (Lair, 2004, p. 116).

Nesse ínterim, as tropas do exército caracterizaram-se pela falta de ação planejada, organizada e de recursos suficientes para enfrentar tanto os paramilitares quanto a guerrilha. Diante dessa situação, os grupos ilegais se mantinham em vantagem em relação às tropas do exército, exceto nos grandes centros urbanos. No cenário dos anos 1990, “as FARC conseguiram dominar a paisagem subversiva do país e se tornou uma das guerrilhas militarmente mais poderosas do mundo (...) mas em contraste, não conseguiram provocar as condições de uma ‘revolução popular’” (Lair, 2004, p. 8), que foi rejeitada pela maioria da população.

Enquanto isso, os paramilitares se organizaram em 1996 num único grupo – o *Autodefesas Unidas de Colômbia* (AUC) – com o objetivo de lutar em uma frente única contra as guerrilhas, utilizando estratégias de massacres à população civil, supostamente *colaboradora* da guerrilha, em povoados controlados anteriormente por ela. Passaram, ainda, a realizar combates diretos com o ELN e as FARC. Paramilitares, FARC e ELN se

⁹ Região noroeste do estado da Antioquia, um dos estados mais afetados pelos grupos guerrilheiros e paramilitares.

impuseram nesse período como poderes de *fato* em diversos locais do território da Colômbia. (Lair, 2004, p. 9).

A terceira ruptura estratégica começa a partir de 1998, com a modernização do exército e o apoio dos Estados Unidos, através do *Plan Colombia*¹⁰. Com o final do processo de negociação com as FARC durante o governo de Andrés Pastrana (1998-2002), ocorreu a consequente saída desse grupo da zona de distensão¹¹ no sul do país e a divisão dos grupos paramilitares relacionada ao ingresso no negócio do narcotráfico.

A partir desta terceira ruptura, o conflito armado colombiano mudou para uma ofensiva armada do exército contra as guerrilhas. Ocorre, então, uma estratégia de negociação com os paramilitares que culminou na desmobilização coletiva de aproximadamente 30.000 homens entre 2003 e 2006. No entanto, aproximadamente 4.000 continuaram delinquindo e lutando pelo controle do tráfico sob a estrutura de bandos, designados pelo Governo como Bacrim¹², que até hoje se mantêm ativos.

Os principais chefes dos paramilitares, que foram julgados através da *Ley de Justicia y Paz* (que oferecia a garantia de uma pena máxima de oito anos de cadeia, sempre que confessassem seus delitos), iniciaram seus depoimentos perante juízes da República, mas a maioria foi extraditada para os Estados Unidos em 2008, com a justificativa de que continuavam suas atividades ilegais dentro da cadeia. Como os depoimentos foram interrompidos, a verdade sobre os crimes deixou de ser esclarecida, o que gerou protestos das vítimas, sobretudo dos familiares de desaparecidos, que exigiam conhecer a verdade sobre o ocorrido com seus entes queridos. Até hoje, alguns paramilitares têm declarado nos Estados Unidos e numa de suas últimas declarações conferiram a existência de fornos no nordeste do país, que eram utilizados para fazer desaparecer os cadáveres das vítimas. Cifras aproximadas, publicadas pela Revista Cambio em maio de 2009, evidenciam a cremação de 200 pessoas num dos fornos conhecidos (Cambio, 2006).

Por outro lado, a ofensiva militar contra a guerrilha, ajudada pelo programa de Reintegração à Vida Civil, através do qual desertaram entre 2003 e 2010 20.669 guerrilheiros e paramilitares de forma individual (Observatorio de procesos de desarme, desmobilización, y reintegración, 2010), tem alcançado vitórias antes não conhecidas para o Governo, entre as quais se destacam a morte de Alfonso Cano e de Raul Reyes, primeiro e segundo homem

¹⁰ Estratégia de ajuda econômica, social e militar para enfrentar o narcotráfico e as guerrilhas, estabelecida pelos governos dos Estados Unidos e da Colômbia durante a presidência de Andrés Pastrana e mantida até hoje.

¹¹ Região do sul do país definida para que a guerrilha das FARC se concentrasse durante os fracassados diálogos de paz com o governo de Andrés Pastrana.

¹² Bandas armadas criminosas.

mais importantes das FARC, e a liberação de sequestrados em operações amplamente divulgadas pela mídia nacional e internacional. Nesse sentido, Echandía (2008, p. 4) afirma que:

a guerrilha colombiana, que tinha conseguido estender sua influência a zonas de grande valor estratégico, como resultado da acumulação de recursos econômicos e poder militar, hoje dá mostras de debilidade. Os grupos armados ilegais têm perdido a iniciativa na confrontação e a força pública a tem recuperado.

Hoje, com os grupos guerrilheiros (ELN e FARC) debilitados em número de homens, capacidade de ação, controle territorial e legitimidade frente à sociedade, parece abrir-se uma saída negociada para o conflito. Com a facilitação da Noruega, Cuba, Venezuela e Chile, inicia-se um processo de paz – que as duas partes prometem ser rápido – e um dos pontos principais na agenda do diálogo serão as vítimas, as quais se encontram em um processo de reparação que inclui várias frentes de ação, entre elas, a busca dos desaparecidos. Estas ações reconhecem que a reparação das vítimas da violência é fundamental para se conseguir a paz do país, paz ligada à busca por certa tranquilidade subjetiva de milhões de afetados, como é testemunhado por familiares de vítimas de desaparecimento forçado: “sei que não está em fossas e que também não o botaram no rio, ficou no forno e o quero recuperar – diz com dor. Na funerária me disseram que as cinzas de uma pessoa cabem numa caixa de sapatos e, se é isso o que posso recuperar, pelo menos que me deixem fazê-lo” (Cambio, 2009, p. 2).

O processo de reparação dos milhões de pessoas afetadas pelo confronto armado na Colômbia começou sendo liderado pela *Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación*¹³ (CNRR), órgão responsável pelas orientações das políticas públicas para o atendimento das vítimas do conflito armado, definido pela *Ley de Justicia y Paz*. Suas ações e diretrizes serão descritas a seguir.

2.2 O programa de atenção a vítimas

Resumindo, o conflito armado entre guerrilhas, paramilitares e forças do Estado afetou, de forma direta ou indireta, todas as parcelas da sociedade colombiana. Sua dinâmica é realmente impressionante se considerarmos as várias mudanças radicais nos últimos 50 anos.

¹³ Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação.

Durante os últimos 10 anos suas características transformaram-se novamente, devido, em grande parte, às mudanças nas ações institucionais frente a ele. O Governo presidente Alvaro Uribe (2002-2010) encarou o conflito armado centrando a maior parte da sua atenção nos combatentes. As estratégias foram de tipo militar, com forte pressão, sobretudo, orientada às guerrilhas, como também o fomento das desmobilizações voluntárias, tanto individuais como coletivas, de combatentes ilegais. Ao mesmo tempo, formaram-se organizações de vítimas que começaram a reclamar seus direitos e foi aprovada a *Ley de Justicia y Paz*, primeiro quadro legal (embora incompleto) para a reparação das vítimas com ações econômicas e simbólicas.

É assim que, como parte de uma estratégia de várias frentes (entre as quais se incluem a militar e o programa de reincorporação à vida civil de combatentes ilegais), para tentar solucionar o conflito armado colombiano e oferecer atendimento e acompanhamento às vítimas do conflito, foi criada a CNRR sob a Lei 975 (Lei de Justiça e Paz). Esta lei “tem como objetivo facilitar os processos de paz e a re-incorporação individual ou coletiva à vida civil de membros de grupos armados à margem da lei, garantindo os direitos das vítimas à verdade, à justiça e à reparação” (CNRR, 2007, p. 1). A CNRR foi integrada por representantes do Governo, da sociedade civil, das organizações de vítimas e organismos de controle do Estado com o objetivo de prover atendimento a todas as vítimas do conflito armado, tanto da guerrilha quanto dos paramilitares e, ao mesmo tempo, realizar o acompanhamento dos processos de reincorporação à vida civil de pessoas e grupos armados ilegalmente.

Nas últimas três décadas foram criadas aproximadamente 35 comissões de justiça de reparação no mundo. Na América Latina, sua origem data da Comissão da Verdade, criada na Argentina após a queda da ditadura militar em 1983, a qual denunciou o desaparecimento de milhares de pessoas, sendo a maioria de jovens desaparecidos em nome da segurança nacional. Mais adiante se formaram outras comissões no Chile, Brasil, Guatemala, Salvador e Peru. A criação da CNRR se apoia nessas experiências anteriores e na legislação do Direito Internacional sobre os Direitos Humanos, da qual a Colômbia tem participado assinando pactos como o da Comissão Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas de 1994 (CNRR, 2006, p. 1).

A principal particularidade da Comissão criada na Colômbia é que as anteriores foram constituídas após a queda das ditaduras ou ao final da guerra, enquanto a CNRR “aparece em um período no qual somente estão amadurecendo as condições para a superação do conflito armado que afeta o país. Desenvolver uma política de verdade, justiça e reparação

em meios ao conflito será, sem dúvida, o maior desafio que deverá enfrentar a CNRR” (CNRR, 2006, p. 1) e a sociedade em seu conjunto.

As funções da CNRR foram definidas conforme seu protocolo de procedimento:

- Garantir a participação das vítimas nos processos judiciais e na materialização de seus direitos.
- Apresentação de um informe sobre as razões para o surgimento dos grupos armados ilegais no país.
- Realizar processos de reincorporação dos ex-combatentes à vida civil.
- Avaliar periodicamente as políticas de reparação e fazer as recomendações ao Estado para o seu adequado funcionamento.
- Apresentar relatórios para o governo nacional sobre o processo de reparação das vítimas.
- Recomendar os critérios para a reparação das vítimas ao Fundo de Reparação.
- Coordenar os processos com as comissões regionais para a reparação de bens.
- Realizar ações de reconciliação, visando impedir novos fatos de violência (Hoja de Ruta, 2006)

Para cumprir essas funções, a CNRR definiu cinco eixos. O primeiro deles é a *verdade*. É necessário diferenciar a verdade jurídica da histórica; a primeira é função dos organismos judiciais do Estado e a segunda é promovida pela Comissão. Para o pleno êxito das ações, as vítimas devem ser sujeitos ativos de sua construção, para alcançar “o que em outras latitudes tem se conhecido como ‘historia compartilhada’, ou seja, uma leitura do passado que suscite uma reflexão nacional sobre o que aconteceu, por que aconteceu e como evitar sua repetição, a CNRR se propõe a realizar as duas tarefas” (CNRR, 2006, p. 4).

O segundo eixo é a *justiça*. A CNRR deve garantir a participação das vítimas nos processos judiciais; em segundo termo, deve fazer recomendações para a adequada utilização dos recursos contidos no Fundo para a Reparação¹⁴ e, em terceiro lugar, direcionar a restituição dos bens às vítimas que os perderam.

O terceiro componente é a *reparação*. De acordo com as normas nacionais e internacionais, “o direito das vítimas à reparação integral compreende a restituição, a indenização, a reabilitação e a satisfação, assim como medidas dirigidas à não repetição das violações tanto no plano individual como coletivo” (CNRR, 2006, p. 4). Uma das preocupações centrais da Comissão no processo de reparação é a questão dos desaparecidos.

¹⁴ O Fundo para a Reparação era o órgão encarregado de administrar os bens destinados à reparação econômica das vítimas.

A sorte dos desaparecidos é a demanda mais angustiante das vítimas deste crime abominável em muitas partes do mundo. Para tal efeito, a Comissão trabalha em uníssono com os organismos do Estado, ONGs e associações de vítimas correspondentes e, em particular, com a Comissão Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (CNRR, 2006, p. 5).

O quarto elemento focaliza as *garantias de não repetição*. Duas tarefas são de especial importância para o sucesso deste eixo: a avaliação das políticas de desmobilização dos grupos armados ilegais e a avaliação das políticas de reinserção dos ex-combatentes destes grupos. A partir de tais avaliações a Comissão deve formular recomendações para superar possíveis falhas no processo.

Por fim, o último componente foi denominado *horizonte de reconciliação*. Este é o norte de trabalho da Comissão e é composto por três objetivos: adiantar as políticas de verdade, justiça e reparação em inter-relação com as vítimas; o desenho de políticas de reconciliação, necessárias para a reconstrução do tecido social e o fomento de espaços de participação cidadã; finalmente, facilitar o *fechamento das feridas* e um clima de reconciliação nacional (CNRR, 2006, p. 5).

A CNRR estabeleceu a necessidade de reparação integral para as vítimas, a qual define como o processo de dignificação por meio de medidas que aliviem o sofrimento, compensem as perdas sociais, morais e materiais que têm sofrido, assim como restitua os direitos dos cidadãos (CNRR, 2006a). Este processo de reparação integral, portanto, inclui o estabelecimento da verdade sobre o ocorrido, a construção da memória histórica, a atenção psicossocial, assim como a restituição de bens e indenização econômica por danos, físicos, psicológicos ou perda de oportunidades como emprego, educação, bens materiais etc. Para adiantar este processo a CNRR contou com o apoio de diferentes organizações internacionais de ajuda humanitária, entre as quais se destacam as Nações Unidas, a USAID¹⁵, a AECID¹⁶ e a OIM¹⁷, além de governos de diferentes países e empresas privadas.

Com a mudança de governo, em 2010, um novo *status* foi reconhecido para as vítimas: o presidente Juan Manuel Santos impulsionou a criação da Lei de Vítimas, na qual vários elementos inéditos ganharam destaque, entre eles, o reconhecimento do conflito armado interno e a lei de terras, que visa restituir as terras expropriadas pelos grupos armados ilegais. Esta medida foi fundamental para a reparação dos deslocados e para construir um piso social sólido no processo de reparação.

¹⁵ *United States Agency for International Development.*

¹⁶ *Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo.*

¹⁷ *Organização Internacional para as Migrações.*

Outro elemento é o reconhecimento direto (sem precisar de julgamento) das vítimas dos órgãos militares do Estado. Este último ponto é de especial importância para os familiares dos desaparecidos porque, segundo um relator da ONU, “por décadas, membros da força pública supostamente realizaram graves violações a grande escala, incluindo as execuções extrajudiciais que em muitos casos estavam associadas com desaparecimentos forçados” (W. Radio, 2011, p. 1), ou seja, a ONU reconhece que muitos dos desaparecidos forçados foram vítimas das forças do Estado. Além das implicações legais, a lei muda o *status* das vítimas diante da sociedade, porque o Estado reconhece os danos causados e a necessidade de uma reparação tanto econômica como simbólica para poder avançar num processo de construção de sociedade e que coloque um limite à violência. Desse modo, o Estado mesmo está dizendo que o exercício da violência à margem da lei não está permitido para ninguém, sendo ele mesmo incluído. O governo anterior se manteve contrário à inclusão desse ponto na lei, um dos motivos pelos quais ela permaneceu sem ser aprovada durante quatro anos.

Esta lei reconhece como vítimas as “pessoas que têm sofrido menosprezo de seus direitos a partir de 1985, como consequência de infrações ao Direito Internacional Humanitário ou de violações graves às normas Internacionais de Direitos Humanos. Também se consideram vítimas aos familiares em primeiro grau de consanguinidade, aos cônjuges e os filhos” (Paredes, 2011, p. 1). Hoje a mudança de posição do Estado é seguida de alterações em outras esferas da sociedade, como a mídia, que, conforme será relatado a seguir, passa a ocupar um lugar central como observadora e acompanhante do processo de reparação das vítimas em geral e dos familiares dos desaparecidos.

No âmbito acadêmico, Gallo (2008) reconhece a complexidade da tarefa de reparação. Para ele,

(...) um programa de atendimento a vítimas do conflito, que se conforma com a orientação jurídica (...) e em oferecer assistência social, não trabalha na via de devolver ao sujeito a dignidade de sua palavra. O atendimento requer que (...) se escute a cada um com a intenção de ajudar a produzir uma ‘re-significação histórica do acontecido’ (p. 39).

Finalmente, a chegada do presidente Juan Manuel Santos em 2010 à Casa de Nariño marcou a que talvez possa ser considerada a quarta ruptura estratégica no conflito armado colombiano, e possivelmente seu final negociado. As vítimas das diferentes formas de violência exercidas durante tantos anos de confronto bélico passaram a ocupar um lugar central na sociedade, nas ações do governo e nas estratégias para acabar com o conflito armado. O Presidente Santos reconhece a responsabilidade do Estado no conflito armado e declara explicitamente que a sociedade tem o dever de visibilizar os fatos de violência

acontecidos e restituir seus direitos às vítimas. Com a *Ley de Víctimas y Restitución de Tierras* (2011) formulada pelo governo de Santos e aprovada pelo Congresso, se reconhece a necessidade de sarar as feridas sofridas pela população, como parte fundamental para deter o que Martín-Baró (1999) denominou a espiral violenta¹⁸. Do sucesso dessa iniciativa depende em grande parte o futuro da Colômbia.

A nova Lei de Vítimas representa uma virada no atendimento e reconhecimento das vítimas do conflito. Ela substitui a CNRR pela *Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas*¹⁹, como órgão reitor para estabelecer as ações de atenção e reparação integral às vítimas do conflito armado. Por reparação integral entendem-se cinco medidas: **restituição de terras, compensação econômica, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição**, as quais funcionam em cinco dimensões: **individual, coletiva, material, moral e simbólica**.

A lei, por sua vez, acrescentou alguns elementos que tinham sido excluídos pelo governo anterior. O primeiro deles é o reconhecimento de fato da existência do conflito armado (ação à qual se opôs o anterior presidente) como primeiro passo para a busca de uma saída negociada. O segundo é o reconhecimento dos direitos das vítimas dos agentes do Estado, ou seja, vítimas do exército ou da polícia terão direito aos mecanismos de reparação, ponto de suma importância nesta pesquisa porque algumas pessoas foram desaparecidas pelo exército, e o governo anterior se negava a reconhecer plenamente seus direitos como vítimas. O terceiro ponto que acrescenta a lei é a restituição de terras às pessoas despojadas como consequência das ações dos grupos armados ilegais. Finalmente, é de grande valor para os processos de elaboração da experiência violenta a importância outorgada à reparação simbólica, assim como o reconhecimento que faz o próprio Estado de sua responsabilidade nas ações de violência e da necessidade de reparar as vítimas como condição para diminuir a violência na Colômbia.

Para compreender melhor qual é a situação atual dos familiares dos desaparecidos enquanto vítimas do conflito armado, a próxima seção faz uma pequena análise do seguimento que a mídia escrita tem feito das vítimas nos últimos anos.

¹⁸ Conceito que Baró construiu para mostrar que os fatos de violência têm como consequência mais violência, gerando uma espiral que é difícil parar.

¹⁹ Unidade para a Atenção e Reparação Integral às Vítimas

2.3 O fenômeno do desaparecimento forçado na mídia

A importância desta análise reside, entre outros aspectos, na responsabilidade que os meios de comunicação têm na visibilização de um problema que afeta diretamente milhares de pessoas e repercute em toda a sociedade colombiana.

Apesar da dimensão do problema, o seguimento sobre a situação dos familiares dos desaparecidos e as informações sobre o fenômeno na mídia nem sempre foram abundantes. A maioria das matérias fala sobre as vítimas do conflito armado em geral e, entre as que se centram nos desaparecidos, o tema mais destacado é o relacionado à legislação do processo de reparação. Neste sentido, a Rádio Caracol informou, em 4 de abril de 2009, que o Congresso estava tramitando um projeto de lei com o objetivo de reduzir o tempo necessário para que os familiares dos desaparecidos pudessem reclamar a ajuda humanitária ou realizar transações com os bens do desaparecido.

Outro tema que aparece nas matérias recopiladas é o das cifras de desaparecidos no país. Como já foi colocado, esses dados não são consistentes e variam muito, dependendo das fontes usadas pelos jornalistas. Segundo o jornal Vanguardia (2009, p. 1), “a Unidade de Justiça e Paz da Promotoria Geral da Nação reportou que o número de registros de pessoas desaparecidas que há no país é de 62.769, dos quais só 10.584 estão em todos os listados das outras instituições e de 12.867 não se têm dados precisos sobre as vítimas”. Para esse mesmo jornal, as dificuldades no estabelecimento das cifras certas se relacionam com a existência de muitas bases de dados e um número significativo de homônimos.

Outro grupo de notícias centra-se no processo de reparação econômica das vítimas, os avanços na legislação nesse sentido e os aspectos inclusos nela. Em maio de 2009, uma matéria da revista Cambio dizia: “uma luz de esperança para as vítimas se acendeu esta semana depois de que a Corte Constitucional ratificou que a reparação do Estado deve incluir uma ‘justa indenização’ pelos danos morais, materiais e pelo dinheiro que deixou de receber uma pessoa por causa do conflito” (p. 1). No entanto, nessa mesma matéria fica claro que o Governo rejeitou a proposta de realizar uma reparação simbólica, que incluía a criação de um Museu da Memória Histórica, no qual fossem recuperados testemunhos e documentação das vítimas, com o objetivo de reparar e sensibilizar os cidadãos sobre a não repetição dos atos de violência. Mais significativa, na compreensão das dificuldades jurídicas que enfrentam os familiares dos desaparecidos para sua reparação moral e econômica, é uma matéria do jornal El Espectador. O jornal denunciou várias organizações não governamentais (ONGs) da

Colômbia por pedirem à Corte Constitucional que declarasse como ilegais algumas normas de 1997, que não reconhecem aos desaparecidos de maneira forçada como vítimas da violência política no país (El Espectador, 2010).

Outro tipo de matéria está focado na descrição de fatos considerados mais extraordinários em torno do fenômeno do desaparecimento forçado. Foi confirmado em duas matérias da Revista Cambio que os paramilitares construíram fornos crematórios em dois Estados da Colômbia, com o objetivo de fazer desaparecer os corpos das pessoas assassinadas. Esta matéria observa que “a incineração de cadáveres para não deixar rastro lembra o Holocausto durante a II Guerra Mundial, foi prática de guerra no Peru nos anos 80 e nas ditaduras da Argentina e Uruguai e, agora, se descobre que também o fizeram os paramilitares na Colômbia” (Cambio, 2009). Segundo esta mesma revista, só em um dos fornos conhecidos foram incineradas mais de 200 pessoas.

Vale a pena destacar um artigo publicado na revista Semana, focalizando os efeitos psicossociais da desapareição forçada nos seus familiares. O artigo, intitulado *Desaparecimento forçado: a dor da incerteza*, reproduz alguns testemunhos da experiência vivida pelos familiares, entre eles, o de uma mulher que teve seu esposo sequestrado e não têm notícias dele há seis anos: “neste momento espero que me dêem qualquer notícia, embora sempre alimento a esperança de que esteja vivo e assim o espero, mesmo que me digam o contrário, mas quero me livrar do peso que me atormenta todos os dias” (Semana, 2010).

A partir de 2011, as notícias relacionadas com as vítimas do conflito armado aumentaram após o governo colocar como ponto central de sua agenda a aprovação da *Lei de Vítimas*. As matérias, no entanto, se ocuparam sobretudo das polêmicas que a lei gerou durante sua construção e trâmite legislativo, devido à oposição uribista ao reconhecimento de dois elementos: o conflito armado e as vítimas do Estado. A implementação da lei de restituição de terras também foi alvo de críticas uribistas.

Deve-se destacar que a mudança de posição do governo à respeito das vítimas, lhes outorgando maior importância e protagonismo influenciou o aumento das matérias relacionadas ao tema na mídia, sendo que hoje a maior parte das matérias se ocupa de fazer um acompanhamento à implementação da lei.

Esta breve passagem pelo olhar da mídia sobre o desaparecimento forçado na Colômbia indica que os jornalistas escolhem entre diferentes focos para se aproximar ao problema e, ao mesmo tempo, entre diferentes tipos de fontes. As fontes mais citadas são as dos órgãos do Estado e depois as ONGs. As vítimas e o seu ponto de vista sobre o fenômeno quase nunca são considerados. Ao mesmo tempo, a mídia deixa clara a evidente falta de

regulamentação legislativa, sobretudo em relação sobre o desaparecimento forçado e o desinteresse do governo em adiantar ações de intervenção psicossocial e simbólica, que permitam processos de reconciliação para prevenir a repetição destes mesmos atos de violência no futuro, pelo menos até 2010. Destaca, ainda, a aprovação da nova Lei de Vítimas como uma ferramenta central para a resolução do conflito e uma mudança positiva do novo governo.

Temos claro que o papel dos meios de comunicação tem sido fundamental para que as vítimas do conflito armado chegassem a ter um lugar central nas políticas públicas do atual governo. Apesar dos obstáculos, o trabalho decidido de colunistas de opinião, investigadores e sites especializados, como www.verdadabierta.com, fazem parte integral do esclarecimento e construção de uma memória histórica sobre o conflito armado colombiano, além de reconhecer a dignidade das vítimas no processo de reclamação dos seus direitos, ações que têm uma importância ativa na significação da experiência traumática.

Tendo isto presente, o último trecho deste capítulo visa oferecer um panorama do pensamento científico a respeito das circunstâncias que devem afrontar as pessoas afetadas pela confrontação armada e, especificamente, os familiares dos desaparecidos. O que tem a dizer a psicologia social, e outros discursos das ciências sociais dos quais ela se nutre, sobre a subjetividade das vítimas do conflito armado e especialmente sobre os familiares de desaparecidos?

2.4 Estudos sobre as vítimas do conflito armado colombiano e a violência

Sobre o tema do conflito armado colombiano há inúmeras pesquisas realizadas pelas Ciências Sociais com diferentes focos de interesse. Alguns dos focos giram em torno das vítimas e, entre eles, destacam-se as pesquisas sobre deslocamento forçado, estudos dos efeitos psicossociais do sequestro e sobre a saúde mental.

Franco, Suarez, Naranjo, Baez e Rozo (2007) propõem apresentar um panorama sobre as graves consequências do conflito sobre a vida, a mortalidade, a morbidez e os serviços de saúde na Colômbia. Eles acrescentam que algumas dessas consequências são sobre a vida, a saúde e a qualidade de vida das vítimas do conflito, destacando quatro formas da violência atual: os homicídios, o deslocamento forçado, os sequestros e as minas explosivas contra pessoas. Em relação ao sequestro, o definem como a privação forçada da

liberdade por diferentes motivos, sendo o mais importante o extorsivo, que combina elementos econômicos e políticos. No entanto, indicam que as desapareções forçadas são piores que o sequestro e chamam a atenção sobre o pouco debate que há sobre esta violação dos direitos humanos nos meios de comunicação e nos debates sobre o conflito, apesar da gravidade do tema e as consequências para a saúde das vítimas.

Os autores sustentam, em suas conclusões, que a violência é o principal problema de saúde pública que enfrenta a Colômbia, o que acarreta problemas psicoemocionais para as vítimas diretas e indiretas. Entretanto, enfrentar estes problemas transcende o campo da saúde pública, motivo pelo qual se faz necessário o esforço, a partir de outras áreas de conhecimento, para compreendê-los e enfrentá-los.

Muñiz, Londoño, Correa, Patiño e Restrepo (2005) buscaram compreender o modo pelo qual sobreviventes de um enfrentamento armado entre guerrilheiros e paramilitares no município de Bojayá (Chocó, Colômbia) subjetivam a experiência violenta, depois de se submeterem ao deslocamento forçado e assistirem à morte de familiares e de amigos. Na ocasião, foram assassinados 119 civis que se encontravam numa igreja. O estudo foi dividido em duas partes: uma primeira parte quantitativa, que considerou o estado da saúde mental das vítimas, e uma segunda parte qualitativa, na qual se centra o artigo, privilegiando o método indutivo para a análise das entrevistas clínicas realizadas, com um desenho instrumental de caso.

Essa abordagem qualitativa entende o narcisismo como um recurso do sujeito para rejeitar a morte, ou seja, para se proteger das experiências de morte “real”²⁰. A ênfase é colocada sobre as implicações do trauma por violência, “já que o trauma é frequentemente uma resposta diante do perigo da própria morte ou a morte de um ente querido” (Muñiz, Londoño, Correa, Patiño, & Restrepo, 2005, p. 190).

O referencial teórico leva em conta o contexto nacional, onde várias pesquisas têm feito abordagens (especialmente em relação ao deslocamento forçado), procurando a resposta subjetiva frente aos acontecimentos traumáticos violentos que desestabilizam as pessoas, bem como o núcleo familiar e social.

A reflexão é guiada pelo conceito de trauma a partir da psicanálise, a qual o define como um acontecimento da vida de um sujeito caracterizado pela intensidade, a incapacidade do sujeito de responder a ele e o conseqüente transtorno (Muñiz, Londoño, Correa, Patiño, & Restrepo, 2005).

²⁰ Entre aspas no original.

Para a análise dos dados, os autores utilizaram um caso como paradigma: uma pessoa experimentou episódios de angústia repetidos nos dias posteriores ao evento traumático. O segundo momento foi caracterizado pela tentativa de compreender o ocorrido, sintomas como insônia e perda de confiança no estranho, que vira ominoso, e a explicação de se manter com vida pela intervenção divina. A dificuldade para dar sentido ao ocorrido persiste, como o relata o entrevistado: “e, então, pensamos: e por que nos acontece isto?” (Muñiz & outros, 2005, p. 200). A conclusão dos pesquisadores é que “não poder dar sentido à intenção do Outro deixa uma pergunta sem resposta possível, que revive com a chegada do Outro estranho (...) que se constitui numa presença ominosa, geradora de sintomas de tipo paranóide” (Muñiz, Londoño, Correa, Patiño, & Restrepo, 2005, p. 190).

O que facilita a saída do trauma, neste caso, é a crença em Deus e a imagem ideal que o sujeito tem dos seus pais e de ser pai, o que permite uma identificação que facilita a construção de um sentido de vida como pai de duas meninas. A conclusão teórica dos autores explica como este evento traumático (o encontro com a própria morte) ameaça o ponto mais fraco do narcisismo: a imortalidade do *eu*.

Um dos pesquisadores mais reconhecidos internacionalmente por seus estudos sobre o conflito armado colombiano e a realidade política é o sociólogo francês Daniel Pécault. Este autor faz uma análise sociopolítica sobre as implicações do deslocamento forçado, indicando que somente ao final da década de 1990 a população colombiana tomou consciência de se encontrar em meio a uma verdadeira guerra como consequência do fortalecimento das guerrilhas e dos paramilitares e, ao mesmo tempo, conscientizou-se do fracasso das forças militares. Para esse momento, o número estimado de deslocados era de um milhão e quinhentos mil.

A tragédia desses deslocados é lida por Pécault (1999), a partir das contribuições de Hannah Arendt, em três planos. Em primeiro lugar,

(...) os deslocados têm sido arrancados dos pontos de referência de sua identidade pessoal e coletiva e inclusive daquelas que marcam sua memória. A perda da sua ‘residência’ não é só uma perda de propriedades, mas de todos os elementos que os modelam numa tradição que é parte da sua individualidade (Pécault, 1999, p. 2).

Segundo, a expulsão não se origina numa oposição explícita ao regime, mas no seu pertencimento a categorias negativas como classe social. É por isso que sofrem uma perseguição política sem sentido para eles.

Finalmente, embora os deslocados colombianos não sejam apátridas, como aconteceu com os deslocados da segunda guerra mundial, em muitos aspectos se parecem com eles

porque têm sido privados dos vínculos sociais com seu lugar de origem, pois “muitos deles têm familiares mortos no conflito. A maioria das unidades familiares têm se perdido; disso dão conta as famílias compostas por mulheres sozinhas. O rompimento da memória está no centro da sua experiência” (Pécault, 1999, p. 3).

Essas considerações evidenciam a proximidade entre os diferentes tipos de vítimas do conflito armado que, em alguns casos, se sobrepõem. Ao mesmo tempo, indicam que a experiência das vítimas do conflito armado está acompanhada de uma acomodação subjetiva a partir das perdas e do encontro com acontecimentos violentos, mesmo sem terem um lugar dentro de uma comunidade e os direitos básicos reconhecidos que lhes permitam assumir um lugar como sujeito na condição de cidadãos.

Villa, Tejada, Sánchez, e Tellez (2007) fazem a sistematização de uma experiência de intervenção psicológica com vítimas do conflito armado com uma orientação psicossocial. No seu referencial teórico explicam o lugar da reconciliação no processo de superação da violência, “que implica uma abordagem direta das partes no conflito, entre si e com a sociedade em geral, que acarreta um olhar sobre a reintegração e a reabilitação social dos afetados pela violência e os perpetradores da mesma” (p. 19). Este trabalho seria facilitado por psicólogos e profissionais das Ciências Sociais e teria que ir desde a solução dos problemas subjacentes ao conflito até a reconstrução das estruturas físicas e sociais destruídas na guerra.

Os pesquisadores sustentam a necessidade de considerar a dimensão subjetiva das vítimas a partir de vários aspectos centrais: “o enfrentamento do medo, a elaboração das dores sentidas e dos lutos pelas perdas vividas, a reconstrução da identidade fraturada, coletiva e individual, através da memória” (Villa, Tejada, Sánchez, & Tellez, 2007, p. 26).

Os autores propõem, além disso, um ponto de vista contrário a outras pesquisas que patologizam os traumas sofridos durante a guerra e consideram normais as reações das vítimas diante dos acontecimentos vividos. Propõem um processo de nomear o inominável, “dar um lugar público à dor conduz à memória, como aspecto fundamental para a reconstrução da identidade individual e coletiva (...) para quebrar a lógica da impunidade e de normalização da violência” (Villa, Tejada, Sánchez, & Tellez, 2007, p. 36).

No capítulo das consequências psicossociais da violência sociopolítica, sobre o desaparecimento forçado, indicam que “o desconcerto e a confusão unem-se à necessidade e urgência de conhecer, de saber alguma coisa do acontecido com a pessoa, quando não se encontra resposta” (Villa, Tejada, Sánchez, & Tellez, 2007, p. 90). Tal estado continua indefinidamente, conforme relata uma das vítimas:

o meu caso é que um filho meu está desaparecido, faz trinta e oito meses, quinze dias. Ele tinha 17 anos em 2003, estava terminando o ensino médio. Até este momento eu não sei nada, nada, nem de ninguém, continuo esperando o sol de cada dia para ver que respostas, que resultados tenho, nada' (GF8). (Villa, Tejada, Sánchez, & Tellez, 2007, p. 90).

Destacam, além disso, os processos de desestruturação familiar, a perda da figura provedora que coloca em vulnerabilidade econômica o núcleo familiar, a mudança de funções no interior da família, as afecções emocionais e a ausência do Estado na proteção das vítimas.

Finalmente, concluem reproduzindo o sentido de justiça elaborado por algumas das vítimas com as quais trabalharam na pesquisa: que nada do acontecido aconteça de novo.

Gallo (2008) realiza uma série de reflexões sobre a condição subjetiva de vítimas de um conflito armado a partir da pesquisa interdisciplinar: *Dinámicas de guerra y construcción de paz, el caso de la comuna 13 de Medellín*. A reflexão, proposta por ele, aponta a responsabilidade que cabe às vítimas:

não se discute que uma pessoa é vítima de... a partir do próprio instante em que é submetida por uma força superior que a deixa sem capacidade de resposta; mas se no tempo que segue surge um apoiador que lhe ofereça possibilidades para sair do estado de impotência inicial, deve-se esperar que o sujeito assuma a responsabilidade para aproveitá-las (p. 40).

O problema colocado reside no perigo que comporta a designação jurídica de vítima: que por tal via o sujeito se faça um ser (identidade) individual ou coletivo, que antes não possuía. Adota-se aqui a lógica de que a condição de ser escapa ao sujeito, mas o rótulo de vítima facilita que essa identidade se cristalice. Tais sujeitos viram sintoma para os programas de atenção oferecidos pelo Estado, tornando-se usuários de longa duração e críticos de qualquer ajuda. Por isso, o atendimento de pessoas afetadas pela violência deve estar orientado por uma exigência ética, que vise possibilitar que cada sujeito seja agente de seu devir. Este posicionamento ético facilita a saída de um estado – que se poderia considerar de vitimização – para outro no qual reassuma sua cidadania com ajuda das instâncias sociais envolvidas no processo (Gallo, 2008, p. 40).

No campo das pesquisas focadas especificamente em familiares de desaparecidos, Duque, Arango & Marín (2009) realizaram um estudo qualitativo com mulheres pertencentes à *Organización Madres de la Candelaria*. A pesquisa conclui que existem mudanças significativas na identidade de tais sujeitos evidenciadas em sentimentos como medo, desgosto, incerteza e dor. Esta situação se configura como traumática por não ser possível sua simbolização, o que se evidencia no luto inconcluso. Ao mesmo tempo, mostram que o parentesco determina, em parte, a forma como se vive o desaparecimento do ente querido.

O relatório final da pesquisa indica que futuros estudos devem prestar maior atenção à função da religião e aos rituais no possível trâmite da experiência traumática, e outros devem explorar a situação das crianças filhas de desaparecidos forçados.

Concordamos com os pesquisadores no que se refere ao significado do parentesco e à função dos rituais e da religião: estes são elementos chave na construção de sentido sobre a experiência violenta. Por tal motivo estes serão aprofundados mais adiante, na análise das entrevistas realizadas.

As pesquisas abordadas evidenciam a preocupação dos investigadores das ciências sociais por encontrar elementos que permitam compreender melhor a lógica do conflito armado colombiano, com um objetivo comum: facilitar sua resolução por meio da execução de estratégias, de acordo com a realidade abordada. No entanto, apesar da grande quantidade de pesquisas sobre vítimas do conflito armado, há poucas centradas no problema dos familiares dos desaparecidos. Desse modo, faltam estratégias para facilitar a elaboração do luto e a resignificação dessa experiência violenta.

A compreensão de um fenômeno com tantas dimensões como este requer uma abordagem a partir de um referencial teórico que permita abranger toda a sua extensão. No entanto, os estudos que abordam o tema não necessariamente consideram a subjetividade das vítimas, ou assumem o conceito como se fosse uma categoria referida à esfera individual e não como um conceito complexo, com elementos individuais e sociais, que permitiria abordar toda a complexidade do problema, considerando as instituições envolvidas, as organizações sociais, as perspectivas políticas e os grupos armados. Em consequência, a pergunta que este estudo se propõe a responder é: como se configura a subjetividade de familiares de desaparecidos forçados atendidos em programas de vítimas no Município de Medellín, Colômbia?

3 PERSPECTIVA TEÓRICO-EPITEMOLÓGICA

3.1 A subjetividade a partir de uma perspectiva histórico-cultural

O modelo teórico-epistemológico que usamos para a presente pesquisa fundamenta-se na teoria da subjetividade construída por González Rey a partir de uma orientação histórico-cultural.

Essa orientação critica o que tradicionalmente tem acontecido na psicologia social, a qual tem se centrado em processos ou individuais ou sociais, produzindo uma divisão que está na base do que a literatura tem chamado de psicologia social sociológica e psicologia social psicológica. A proposta de González Rey (2003) centra-se no conceito de subjetividade como sistema complexo, rompendo a ideia tradicionalmente aceita pela psicologia, que associa a subjetividade ao individual. Nesse sentido, a categoria subjetividade é

um sistema complexo produzido de maneira simultânea no nível social e individual, independentemente de que em ambos os momentos de sua produção reconheçamos sua gênese histórico-social, isto é, não associada somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas a forma em que uma experiência atual adquire sentido e significado dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual (p. 202).

Nessa proposta, o individual e o social se dão num processo simultâneo e no qual se integra a dimensão histórica. Dessa maneira, a subjetividade individual e a social são configurações da personalidade e do social, respectivamente, que se integram na subjetividade humana. A categoria configuração “não se define por conteúdos universais, nem por processos únicos de caráter universal, senão que constitui um núcleo dinâmico de organização que se nutre de sentidos subjetivos muito diversos, procedentes de diferentes zonas de experiência social e individual” (González Rey, 2002a, p. 203-4). Mais estritamente, a subjetividade, sob uma lógica histórico-cultural, deve ser compreendida a partir das configurações de sentidos e significados que inicialmente estão referidos à lógica individual e social, respectivamente, mas que “devem ser tomados como uma unidade e não separados. Em outras palavras, há uma completa e constante conexão entre o individual e a sociedade que não pode ser decomposta em elementos analisáveis, sem perder as características do todo” (Robbins, 2000, citado por Gonzalez 2003, p. 9). Essa ideia, que atravessa todo o edifício conceitual da subjetividade, tem profundas implicações teórico-metodológicas para o estudo, já que a compreensão da subjetividade de vítimas do conflito armado deverá abranger a dimensão socioinstitucional, na qual são construídos os sentidos e significados.

Tais configurações estão compostas por elementos de sentido pertencentes a diferentes subjetividades sociais que se relacionam entre si (o que permite entender espaços sociais aparentemente separados quando se estuda uma subjetividade específica) e, do mesmo modo, os processos da subjetividade social se produzem de maneira simultânea em nível individual. Assim, uma determinada subjetividade individual encontra-se precedida e inter-relacionada à subjetividade social.

O sujeito também se define a partir das emoções, porque “linguagem e pensamento se expressam a partir do estado emocional” (González Rey, 2003, p. 236). O indivíduo se constitui como sujeito no momento em que suas particularidades viram elementos de sentido, afirmação que tem uma profunda implicação para os familiares de desaparecidos que devem encarar o sem sentido, um evento inicialmente vazio, sem possibilidades de compreensão, procurando por todos os meios (mesmo que colocando em jogo suas próprias vidas) esclarecê-los para se tornarem sujeitos. Tal processo – que, erroneamente, pode ser considerado individual – sempre produzirá efeitos sociais. Em alguns casos serão facilmente visíveis e públicos, como quando uma pessoa que sofre o desaparecimento de um ente querido decide fundar uma organização para acolher outras vítimas e acompanhar seus processos de reclamação de direitos e elaboração de perdas. É assim que a subjetividade se constrói num processo espiral, no qual a subjetividade social contribui com a constituição da subjetividade individual e as formações de sentido individuais geram mudanças na subjetividade social. Destarte, o sujeito não se encontra determinado exclusivamente pelo contexto, mas também não está isolado do social, inclusive porque “a categoria sujeito implica necessariamente a participação, pois ele está sempre situado em uma região da prática social” (González Rey, 2005a, p. 238).

O conceito de subjetividade social, seguindo a González Rey (2005a), permite ver cruzamentos entre os diferentes espaços sociais na constituição de um comportamento social. Passa-se do estudo de fenômenos isolados – como o deslocamento, a violência ou o desaparecimento – para o estudo de espaços complexos, dos quais fazem parte as diferentes instituições sociais, os sujeitos específicos, os valores sociais etc. Em consequência, as configurações da subjetividade social estão presentes nas crenças, representações, costumes e códigos emocionais, que delimitam o espaço social dos indivíduos.

Essa perspectiva permite compreender as configurações de sentido que, geradas socialmente, ou seja, intersubjetivamente, configuram processos sociais específicos. Desse modo é possível explicar a produção de significados e sentidos subjetivos no plano social, entendido como sistema complexo.

Abordar a subjetividade concebida dessa forma requer um olhar multidisciplinar. E, do mesmo jeito, o estudo de grupos, instituições, agências sociais e sujeitos concretos constituem fontes essenciais para investigar uma determinada subjetividade social. Entre as implicações metodológicas de abordar um objeto de estudo social a partir dessa orientação está a necessidade de estudar as realidades subjacentes que estão além das teorias que pretendem abordá-las. A realidade como sistema complexo entra em contradição com os sistemas teóricos e, segundo González Rey (2002), é aí que o pesquisador deve colocar ênfase.

No contexto da proposta de González Rey (2002), o sujeito é compreendido a partir de uma perspectiva histórico-cultural, com um caráter criativo no qual seu agir não se encontra ultradeterminado por causas externas. Esse sujeito vai à contramão do causalismo porque é imprevisível. O social é produtor de sentido, através do lugar do sujeito nos seus sistemas de relações e, ao mesmo tempo, a relação entre o sujeito e o social pode ser contraditória. São nessas contradições que se desenvolvem os espaços individuais e sociais. O sujeito se constitui quando se subjetiva e este processo está constituído pelas configurações de elementos conscientes e inconscientes que formam o sentido subjetivo. Do mesmo modo, a reflexividade como propriedade da consciência não é racional nem um processo de sentido, mas produtora de sentido. Para o caso específico, a reflexividade poderá funcionar como uma capacidade a serviço da construção de sentido sobre o acontecimento violento, ou seja, um meio para a elaboração da experiência traumática.

Por outro lado, o sujeito está constituído pela subjetivação da própria história, por isso, não fica à mercê do discurso social. Nesse sentido, o sujeito é, enquanto se constitui na sua particularidade, embora o social seja pré-condição de sua existência. Por tal motivo o sujeito não fica condenado a se identificar com um significado geral sobre o ser vítima, mas produzirá um sentido em diálogo com a ordem social, mas com elementos individuais que correspondem com sua experiência particular.

Gonzalez Rey (2005) acrescenta, ainda, que

o conceito de prática social é essencial para compreender a idéia de sujeito. O sujeito é o indivíduo comprometido permanentemente em uma prática social complexa que o transcende e frente à qual organiza sua expressão pessoal, o que implica que defina as opções, com as quais preserva o seu desenvolvimento e os seus espaços pessoais no contexto dessas práticas (p. 238).

Se “a categoria sujeito nos permite compreender os sentidos e os significados de suas diferentes atividades e formas de relação e como resultado das complexas sínteses da experiência individual, que acompanham as diversas formas de expressão subjetiva do ser

humano” (González Rey, 2003, p. 237), então é necessário também especificar qual é o lugar que ocupa a linguagem na constituição do sujeito, a qual

não é somente uma manifestação simbólica presente nos discursos que circulam socialmente é, também, uma expressão simbólica do sujeito pela qual este constrói suas diferentes formas de participação no complexo processo de sua vida social e atua sobre seu próprio desenvolvimento subjetivo, com independência de que o impacto subjetivo dessa participação não esteja limitado na intencionalidade dessa participação consciente (González Rey, 2003, p. 236).

Tal condição implica, claramente, que a expressão simbólica tem uma contrapartida desconhecida para o próprio sujeito, considerada inconsciente.

González Rey (2003) inclui, também, as emoções na constituição do sujeito, não como elementos isolados, mas como estados de ativação psíquica e fisiológica ante o social, o psíquico e o fisiológico, de gênese cultural que se entendem como momentos na configuração da subjetividade e que estão ligados à ação (p. 242). Esta consideração abre às perguntas: como o acionar de familiares de desaparecidos forçados afeta suas emoções? O que acontece depois da perda do ente querido?

Até o momento foram introduzidas as categorias subjetividade social, sujeito e subjetividade individual, para construir a configuração da subjetividade humana como sistema complexo. Mais especificamente, a personalidade neste sistema complexo equivale à configuração da subjetividade individual como um sistema auto-organizado gerativo, que se expressa processualmente e gera sentidos ao longo da história individual. Nela estão organizadas subjetivamente as experiências, por isso, sua unidade de estudo é a configuração subjetiva, como a integração de sentidos relativamente estáveis (González Rey, 2005a).

Essas configurações subjetivas são móveis, por isso, a produção de sentidos se dá em um permanente acontecer. Elas integram o particular e o geral no estudo da subjetividade individual. Portanto, entende-se a personalidade numa perspectiva histórico-cultural como sistema subjetivo, no qual o que se compreende é o momento atual do sujeito. Desse modo, reconhecem-se elementos tanto estáveis quanto móveis na configuração subjetiva (González Rey, 2003), o que implica definir o sujeito a partir de uma posição não essencialista, mas também, não radicalmente relativista.

Subjetividade social, sujeito e personalidade configuram o processo de desenvolvimento da subjetividade como sistema, no qual a autoestima, a segurança e a identidade são formas de produção de sentidos que fazem parte do sistema da personalidade e não traços, como têm sido entendidos tradicionalmente. Para González Rey (2005), a

identidade é um sistema de sentidos que se articulam a partir das configurações subjetivas, constituídas na história e no momento atual do sujeito.

A subjetividade é, portanto, um sistema complexo, dialógico-dialético, em constante evolução e relação com outros sistemas. Tanto a subjetividade social quanto a individual são, ao mesmo tempo, constituintes e constituídas. Desse modo, a subjetividade não é acessível de forma direta, nem interpretada de forma fixa, mas através dos sentidos que a configuram, os quais só podem ser entendidos inseridos no contexto (González Rey, 2003).

Como consequência epistemológica, o conhecimento tem um caráter construtivo-interpretativo, no qual o investigador é ativo e o processo de pesquisa é essencialmente teórico. A epistemologia qualitativa define o caráter dialógico da pesquisa, no qual o pesquisador entra em diálogo com as Ciências Sociais e o investigado. Nela, destaca-se o valor do singular na produção de conhecimento, sem deixar de lado a possibilidade de generalizar. Não se enfatiza o valor da indução, nem o da descrição, mas o da teorização. O processo de construção teórica, nesta perspectiva, se compõe de fantasia, criatividade, descobertas e inovação (González Rey, 2003).

Finalmente, a investigação orientada pela teoria da subjetividade não tem uma intenção finalista, guiada por uma representação de caráter regular e externa, mas pela lógica configuracional de um sistema complexo.

3.2 As noções de violência e agressão numa perspectiva psicossocial

Numa pesquisa que busca compreender a configuração subjetiva de vítimas da violência, consideramos indispensável definir o que entendemos por violência e agressão. Para isso escolhemos o psicólogo social Ignacio Martín-Baró (1999), que define esses conceitos a partir de uma perspectiva psicossocial, considerando a importância do contexto histórico.

Segundo ele, existe uma confusão sobre o termo violência, tanto no seu uso cotidiano como nos conceitos utilizados pelos cientistas sociais. A principal confusão se dá entre os conceitos de violência e agressão.

Etimologicamente, a palavra violência vem do latim *vis*, que significa força e é definida pelo dicionário Priberiam (2010) como o “abuso da força (...), opressão, tirania: regime de violência (...) constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer

um ato qualquer” (p. 365); enquanto a palavra agressão é definida pelo mesmo dicionário como “ferimento, pancada ou insulto” (p. 365). Dessas duas definições Martín-Baró conclui que o conceito de violência é muito mais amplo que o conceito de agressão, visto que todo ato que seja realizado com força excessiva pode ser considerado violento, enquanto a agressão é uma forma de violência que se aplica de forma intencional para causar dano (Martín-Baró, 1999). Esta análise foi feita inicialmente para as palavras violência e agressão²¹ em espanhol, no entanto, se aplica também para o português, porque as duas têm a mesma origem etimológica em ambas as línguas e os mesmos significados.

Do anterior se deriva que seja possível falar de violência estrutural ou institucional. Entretanto, é duvidoso falar de agressão estrutural, pois é “difícil provar que uma estrutura social tenha a intenção fazer dano a alguém (...). No entanto, é possível falar de agressão institucional, quando uma instituição, por exemplo, o exército, acomete alguém para lhe causar dano” (Martín-Baró, 1999, p. 366).

Para o mesmo autor, a Psicologia tem feito uma valoração diferente dos dois conceitos: enquanto a violência é valorada negativamente, a agressão tem sido considerada (a partir de algumas perspectivas psicanalíticas e psicobiológicas) parte integrante do psiquismo humano e não é necessariamente boa nem má, sendo que a violência é considerada como uma forma nociva de agressão. Nessa última versão, os conceitos se invertem porque a agressão passa a ser considerada um conceito mais abrangente que a violência.

A inclusão do tema da valoração feita por Martín-Baró (1999) gera a pergunta sobre

(...) se um ato de violência ou agressão deve ser compreendido (...) como uma conduta que é objetivamente forte ou daninha, ou sua compreensão exige valorar a significação de tal fato ao nível de seu autor (pessoa ou grupo), como no contexto do marco social no qual se produz (p. 368).

Esta última opção implica, então, que as ações possuem “um sentido nem sempre discernível desde fora, cujas raízes e consequências têm que ser buscadas ao nível [sic] das estruturas históricas de uma sociedade” (Martín-Baró, 1999, p. 369).

O ponto colocado por Martín-Baró sobre a necessidade de considerar as interpretações, que em cada contexto se fazem de um determinado ato está em acordo com a perspectiva transcultural da violência utilizada pela Antropologia e pela Sociologia, a qual permite seu estudo em relação com outros níveis de análise, como as dimensões biológica, psicológica, evolutiva e interacional. Estas dimensões se formam a partir de contextos

²¹ As palavras em espanhol são *violencia* e *agresión*.

culturais específicos, por isso, esse enfoque minimiza as possibilidades de cair em interpretações da violência a partir das representações que dela se tem em umas poucas nações dominantes no contexto global (Garner, 1996).

Um ponto central colocado por Gartner (1996) em seu estudo “Aspectos transculturais da violência” é que ela é definida, legitimada e punida de diferentes formas em diferentes culturas. Prova disso é que o infanticídio pode ser valorado como positivo em alguns contextos específicos. Do mesmo jeito, as definições e reações frente ao aborto, eutanásia, suicídio ou punições físicas nas crianças mudam através das culturas. Em outras palavras, o que é considerado agressão ou violência em uma determinada cultura pode não sê-lo em outras. Daí a importância da perspectiva histórico-cultural, que, para Martín-Baró, trata-se de um enfoque psicossocial que permite a abordagem de fenômenos complexos. O enfoque psicossocial da violência consiste em analisá-la “como surge e se configura na junção entre a pessoa e a sociedade, nesse momento constitutivo do humano em que forças sociais se materializam através dos indivíduos e os grupos” (Martín-Baró, 1999, p. 365).

Martín-Baró assume três pressupostos básicos sobre a violência. O primeiro deles é que ela existe sob múltiplas formas e é necessário diferenciá-las, pois não são fenômenos semelhantes à violência estrutural e à violência interpessoal. Observa que a agressão institucional que um exército (ou um grupo armado ilegal) desencadeia sobre um vizinho ou um povoado civil é diferente da agressão interpessoal, produto da raiva ou da ira. Explica Martín-Baró (1999, p. 371): “uma é a agressão física, corporal, o ataque que tende a ferir ou matar o adversário e outra é a agressão moral, simbólica ou o insulto”. Em segundo lugar, a violência tem um caráter histórico, por isso, é impossível entendê-la fora do contexto social onde se produz. E o terceiro pressuposto é a *espiral violenta*, expressão que alude a como os atos de violência social têm um peso autônomo que os dinamiza e multiplica: atos violentos aumentam em sociedades que toleram ou exaltam agressões por parte de indivíduos ou do Estado, como acontece em países onde a pena capital é legal e apoiada pelos cidadãos (Gartner, 1996).

Segundo Martín-Baró (1999), há quatro elementos constitutivos da violência: a estrutura formal do ato, a equação pessoal, o contexto propício e o fundo ideológico. O primeiro está composto pela conduta em si mesma e pelo sentido do ato e, a partir dessa diferença, é possível separar a violência instrumental da final. A violência instrumental é aquela em que o ato violento é usado como instrumento para conseguir algo que se deseja, enquanto na violência final o dano do outro tem um fim em si mesmo, como acontece, por exemplo, numa vingança. A maioria dos atos violentos é do tipo instrumental, já que se mata

mais por interesse que por prazer. Com o conhecimento que temos até agora sobre o conflito armado colombiano, podemos dizer, no entanto, que violência instrumental e final encontram-se interligadas. A maior parte dos crimes cometidos nele é aparentemente de caráter instrumental; grande parte dos assassinatos, e depois os desaparecimentos, foram realizados com o objetivo de se apoderar e de controlar uma região específica, mas em resposta a esses atos surgiram vinganças, ou seja violências de tipo final.

A equação pessoal se refere àqueles atos violentos que somente são explicáveis pelo caráter da pessoa que os realiza. Nesta categoria, é possível considerar os transtornos de personalidade ou tendências sádicas que podem explicar atos criminosos (Martín-Baró, 1999, p. 371).

Em terceiro lugar, encontra-se o contexto propício, o qual também se compõe por dois elementos: um contexto amplo, social; e um contexto imediato, situacional. Ambos devem ser analisados. O contexto social é aquele marco de valores e normas que favorecem ou possibilitam o exercício da violência; por exemplo, é mais fácil assassinar uma pessoa quando se pertence a um grupo armado que aprova e legitima o ato (Martín-Baró, 1999). No caso estudado podemos dizer que o próprio Estado colombiano estabelecia um contexto propício para a violência, promovendo como valor entre suas forças armadas o assassinato do inimigo. O reconhecimento e recompensa dado aos soldados pelas “baixas” realizadas derivou nos chamados “*falsos positivos*”: assassinatos e desaparecimentos de pessoas, que não tinham nada a ver com o conflito, foram apresentados pelos soldados e oficiais do exército como subversivos mortos em combate, para ganhar promoções e outros privilégios.

Finalmente, Martín-Baró (1999) considera o fundo ideológico, pois todo ato violento tem um fundo ideológico, que remete a uma realidade social. O sentido desse fundo ideológico é que a violência deve poder ser justificável para o contexto no qual se exerce. Deste modo, o ato violento pode ser racionalizado e legitimado pelos que exercem o poder. No conflito armado colombiano todos os atores armados justificam suas ações violentas a partir de um fundo ideológico como as AUC²², as guerrilhas e o exército, cada um do seu canto. Especificamente as AUC justificavam homicídios e desaparecimentos de pessoas que eram acusadas de serem colaboradoras da guerrilha.

A justificativa da violência se dá porque ela é socialmente construída, no sentido de que

²² Autodefensas Unidas de Colombia (Autodefesas Unidas da Colômbia).

cada sociedade estabelece as condições em que pode se produzir a violência de forma justificada. Esse processo de construção social depende de quatro fatores e circunstâncias que não estão no próprio ato da violência (Martín-Baró, 1999, p. 376).

que são: 1) o agente da ação; 2) a vítima (a qual é valorada segundo seu *status* social); 3) a situação na qual se produz o ato de violência e 4) o grau de dano à vítima. A análise destes quatro elementos define os atos que serão justificados em cada sociedade (Martín-Baró, 1999).

O valor das colocações de Martín-Baró reside na possibilidade de fazer uma análise complexa da violência que não se limita a enfoques individualistas, mas, também, não a perspectivas estruturalistas ou determinismos sociais. Para ele, a violência deve ser abordada como um fenômeno psicossocial (que se constrói socialmente) e, para compreendê-la, deve-se considerar os elementos individuais e sociais que a constituem. Cada sociedade define o que considera ato violento e justifica algumas das práticas violentas a partir de interesses e posições de poder ou vulnerabilidade. A proposta de Martín-Baró permite perguntar: a) quais são as dinâmicas de constituição do desaparecimento forçado; b) quais são os sentidos e significados que os familiares dos desaparecidos constroem sobre o ato, e também, c) quais são as estruturas valorativas e normativas que a sociedade tem construído em torno de atos como esse e sobre as próprias vítimas. Estas perguntas adquirem uma importância maior quando se sabe que o exercício do desaparecimento forçado na Colômbia não foi um caso isolado, mas uma conduta sistemática perpetrada por várias organizações envolvidas no conflito armado.

Enfim, na abordagem da subjetividade dos familiares de vítimas de desaparecimento forçado a partir de uma perspectiva psicossocial não é possível deixar de lado outras formas de agressão e seus efeitos nos campos individual e social.

Sabemos que os efeitos da violência sobre os sujeitos e comunidades podem ser devastadores, como compreender, então, seus efeitos? Para isso, recorreremos ao conceito de Trauma Social. Mais uma vez nossa escolha responde a um cuidado epistemológico que visa ao uso de ferramentas de entendimento que levem em conta a importância da análise do contexto histórico sob uma perspectiva complexa que integre elementos individuais e sociais, indo além das definições individualistas do trauma. Além disso, o conceito de Trauma Social integra na análise as possíveis saídas, respostas ou resistências construídas pelas vítimas como formas de significar, elaborar, enfim, não se deixar submeter ao exercício da violência e o

poder de forma passiva. Estas saídas representam uma posição ética: a de preservar a vida encarando aquilo que pretende eliminá-la.

3.3 A noção de trauma social

A palavra trauma vem do grego *traumat*, que significa ferida no tecido humano causada por um agente externo. Como conceito, a palavra tem sido discutida a partir de diferentes perspectivas, no entanto, a perspectiva mais difundida é a médica, segundo a qual o trauma não se refere “ao ferimento causado, mas à pancada que o causa; não ao estado mental que produz, mas ao acontecimento que o provocou” (Erikson, 2011, p. 64). É segundo essa visão médica e patologista que o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), manual psiquiátrico mais importante e reconhecido, classifica o trauma como Transtorno de Estresse Pós-traumático, o qual quer dizer que “o transtorno recebe o nome do estímulo que o fez nascer” (Erikson, 2011, p. 64). Os efeitos ou sintomas de tal estímulo podem ser a depressão, ataques de ansiedade ou condutas compulsivas. Esta visão do trauma tem sido criticada por ser considerada individualista (Ortega Martínez, 2011) e por limitar o conceito de trauma ao seu sentido patológico e negativo, perspectiva que, de fato, desconsidera as possíveis saídas criativas que o sujeito pode construir para sair do acontecimento traumático e, ao mesmo tempo, favorece o que Brown (2011) considera a medicalização do sofrimento.

Este texto não pretende usar o conceito de trauma colocando a ênfase no evento externo, mas orienta-se (sem desconsiderar que o encontro com a violência possa causar feridas não só físicas, mas psíquicas e, portanto, sofrimento) em ampliar o estudo do conceito de trauma para além do evento que aparentemente o dispara. Além disso, considera as circunstâncias que acompanham seu surgimento e os significados que os sujeitos constroem diante da experiência violenta.

Foi Freud quem inaugurou uma nova forma de pensar o trauma ligado ao inconsciente e construído como um transtorno psíquico. Para a psicanálise, o trauma é

um acontecimento da vida do sujeito caracterizado por sua intensidade, a incapacidade do sujeito de responder a ele adequadamente e o transtorno e os efeitos patológicos duradouros que provoca na organização psíquica. Em termos econômicos, o traumatismo caracteriza-se por um fluxo de excitações excessivo, em

relação com a tolerância do sujeito e sua capacidade de controlar e elaborar psicologicamente tais excitações. (Laplanche, 1993, p. 447).

Esta definição abre o olhar mais sobre a desorganização psíquica que se produz que sobre o evento em si mesmo. A teoria freudiana estabelece como características do trauma a impossibilidade para esquecer o acontecimento e para elaborá-lo simbolicamente. Pensado em diálogo com a etimologia da palavra, “o trauma é a ferida aberta na alma ou no corpo por acontecimentos violentos recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra pelo sujeito” (Gagnebin, 2006, p. 110). O trauma, então, pode ser entendido como uma fratura da memória e pode ser produto de um acontecimento violento com consequências de ordem física ou psíquica; é uma ferida que dificilmente fecha. Para Gagnebin (2006), as feridas que sofreram alguns sobreviventes das duas grandes guerras na Europa permaneciam abertas e não podiam ser curadas nem por encantamentos nem narrativas.

Por que é tão difícil elaborar o trauma? O que faz com que uma experiência dolorosa se atualize e repita com um estado de angústia que se impõe sobre o sujeito? São algumas das perguntas que é preciso responder para o caso dos familiares dos desaparecidos, assumindo que o desaparecimento de um ente querido se configura como uma experiência violenta que pode chegar a ser traumática.

Um elemento para tentar responder a essa pergunta é que “o sujeito não está implicado subjetivamente no trauma, a implicação subjetiva está presente no sentido dado ao trauma pela forma como o sujeito o elabora” (Muñiz, Londoño, Correa, Patiño, & Restrepo, 2005, p. 194). Em outras palavras, o acontecimento traumático ultrapassa as possibilidades de compreensão do sujeito, que não consegue simbolizar; é esse o sentido da afirmação de que o sujeito não está implicado subjetivamente, ele só se implicará quando elaborado o sentido do acontecimento traumático. Aparece, então, uma indicação de como facilitar a elaboração do trauma – a produção de sentido sobre o acontecimento – e dela devem tomar conhecimento os programas de atendimento às vítimas.

Apesar de ser indiscutível que o trauma tem consequências individuais, ele vem sendo estudado também como conceito social. Ninguém está em desacordo de que “os eventos traumáticos não só afetam indivíduos, mas têm impactos desestruturantes sobre os grupos sociais” (Ortega Martínez, 2011, p. 28). O mesmo autor acrescenta que falar da dimensão coletiva do trauma significa entender a representação generalizada de um acontecimento que causa deslocamento massivo das relações, instituições e funções sociais de

um grupo ou comunidade, como de fato aconteceu a partir do exercício generalizado da violência durante o conflito armado colombiano.

Desse modo, a noção de trauma social designa

os processos e os recursos sócio-culturais por meio dos quais as comunidades encaram a construção, elaboração e resposta às experiências de graves fraturas morais que se percebem como moralmente injustas e que se elaboram em termos coletivos. (Ortega Martínez, 2011, p. 30).

Esta definição é discutida e criticada porque, tradicionalmente, o saber psicológico considerou que o uso da noção de trauma deveria limitar-se aos efeitos individuais de um evento estressante e também pelo fato de ser imprecisa demais. No entanto, o mais inovador dela é que permite abranger três dimensões diferentes no estudo do trauma: o acontecimento violento, a ferida ou o dano sofrido e as consequências que afetam o sistema a médio ou longo prazo (Ortega Martínez, 2011, p. 31). Os ganhos que acompanham seu uso são tanto teóricos como metodológicos. Note-se que a ferida encontra-se associada a cargas emocionalmente negativas e é causada sobre indivíduos específicos, mas as consequências vão além deles, desconfigurando famílias, comunidades e instituições.

O primeiro grande ganho metodológico com o uso desse conceito consiste em que estudar “o fato, a experiência e suas consequências obriga a pensar a plasticidade da experiência social para além das dicotomias familiares das ciências sociais modernas, tais como sujeito-objeto, evento-estrutura, experiência-ação, interior-exterior, etc.” (Ortega Martínez, 2011, p. 31). Não se trata de opor o trauma social ao trauma individual, mas de compreender que em algumas situações, por exemplo, no exercício sustentado e generalizado da violência contra uma comunidade, as implicações e consequências vão além do sofrimento individual e afetam o laço social.

O trauma pensado dessa forma não se define por um evento isolado, porque acontecimentos violentos podem ou não gerar traumas. Sendo assim, e mantendo a lógica da possibilidade de pensar o trauma em sua dimensão social, o trauma se define a partir da experiência, quer dizer, “experimentar um trauma entende-se como o processo pelo qual coletivamente se define o dano doloroso, se determina a vítima e se atribui responsabilidade, e atribuem as consequências morais ideológicas e materiais” (Ortega Martínez, 2011, p. 33). Essa experiência é a que atualmente está acontecendo na Colômbia a partir do reconhecimento social e legal das vítimas do conflito armado e o início do processo de reparação. No entanto, isso não quer dizer que antes da existência da lei não existia o trauma

ou a sua experiência, prova disso são as organizações de vítimas que começaram a surgir para reclamar seus direitos a partir da iniciativa de algumas pessoas que sofreram os efeitos da violência ou dos que sobreviveram à violência exercida sobre seus familiares. Neste sentido, o conceito de experiência implica a subjetivação do evento violento enquanto é significado.

É necessário ter cuidado para não cair na armadilha de uma definição que poderia ser chamada de subjetivista do trauma, esquecendo a importância dos fatos. De novo Ortega Martínez (2011) traz uma possível saída de grande valor metodológico: o uso da noção de acontecimento,

(...) a qual surge como uma tentativa de superar a dicotomia entre evento e estrutura. O acontecimento se entende como um momento de ruptura e transformação nas coordenadas tempo-espaço e, ao mesmo tempo, remete a um quadro de fatos – mais que a um fato individual – que expressam uma lógica social complexa. (p. 35)

As implicações são claras para nosso caso: no trauma dos familiares dos desaparecidos não só está envolvido o evento do sequestro e assassinato de um ente querido, mas as dinâmicas socioeconômicas que o determinam, as mudanças familiares e sociais que ele produz (entre as quais se contam o possível deslocamento forçado), as respostas das instituições estatais e da sociedade civil, etc.

Como indica Erikson (2011), o trauma pode criar comunidades, porque apesar de que se pense que a pessoa traumatizada se encontra num estado de isolamento silencioso,

(...) as condições traumáticas se deslocam dentro do próprio ser e, ao fazê-lo, dá às vítimas a sensação de que são especiais (...) tal sentido de diferença pode virar um tipo de chamado, uma condição pela qual as pessoas se sentem atraídas umas a outras, marcadas de forma similar. (p. 67)

Esta ideia configura o terceiro ganho teórico-metodológico que configura o conceito de trauma social: a partir do acontecimento traumático podem ser geradas fraturas nos processos identificatórios, mas também novas identificações e agrupamentos. Sendo assim, temos aqui um novo sinal além do já apontado por Arendt, de que tudo o que se deriva do trauma não necessariamente é negativo, como talvez poderia se pensar nas visões tradicionais, e de que a elaboração da experiência traumática não é um processo estritamente individual, mas social.

Partindo de tais pressupostos, apresentaremos as análises das narrativas dos familiares de desaparecidos. Procuraremos descrever e compreender a sua experiência como vítimas do conflito armado, não apenas focalizando nos efeitos negativos do acontecimento

violento, mas também nas saídas criativas que permitem a elaboração do luto em condições desfavoráveis. Ambas as faces fazem parte da configuração subjetiva que pretendemos pormenorizar.

4 MÉTODO

4.1 Objetivos

Com base na exposição realizada, definimos como objetivo geral:

Compreender as configurações subjetivas de familiares de desaparecidos forçados, no contexto do conflito armado colombiano.

Para alcançar este objetivo foi necessário desenvolver os seguintes objetivos específicos:

1. Explicar como os familiares dos desaparecidos constroem os sentidos e significados a respeito de ser vítima do conflito armado.
2. Identificar os sentidos e significados de familiares de desaparecidos forçados a respeito da comunidade, dos grupos armados e do Estado.
3. Descrever os sentidos e significados construídos pelos familiares dos desaparecidos forçados na Colômbia a respeito das diferentes instituições e organizações sociais relacionadas com os processos de atenção de vítimas do conflito armado.
4. Descrever os sentidos e significados de familiares de desaparecidos forçados a respeito dos processos de reparação, justiça e verdade.
5. Analisar como se constroem os sentidos e significados dos familiares de desaparecidos forçados em torno do desaparecimento do ente querido e da elaboração da perda.

4.2 Algumas considerações metodológicas

O objetivo deste capítulo é descrever como foi planejada e desenvolvida a pesquisa, bem como refletir sobre as implicações epistemológicas da perspectiva histórico-cultural na investigação acadêmica.

O estudo foi realizado a partir de um desenho qualitativo. Compreendemos que a pesquisa qualitativa concebe a relação dialógica entre o pesquisador e o participante, na qual o

primeiro reconhece que faz parte da realidade que investiga – e, por isso, põe em jogo sua própria subjetividade – e o segundo participa da construção de conhecimento, é ativo, significa, modifica-se e afeta ao sujeito que conhece. Essa concepção da relação participante-pesquisador na pesquisa implica que a subjetividade desempenha um papel fundamental no processo de investigação, porque introduz a significação como parte fundamental da pesquisa.

Do mesmo modo, a produção de conhecimento tem um caráter interativo. O pesquisador e o participante são ativos no processo de construção do conhecimento, interagem e, por isso, põem em jogo a significação e a subjetividade, pois o significado só “faz sentido” na intersubjetividade. Consequentemente, devemos considerar que as dificuldades da comunicação humana fazem parte do processo de construção de conhecimento com base em declarações, testemunhas e experiências coletadas no processo investigativo (González Rey, 2000).

Além disso, na pesquisa qualitativa se valoriza tanto a informação que surge nos momentos informais que são compartilhados com os participantes, quanto nos momentos em que é aplicada uma ferramenta metodológica. O pensamento teórico deve estar pronto a interpretar a relação entre o investigador e o participante para integrá-la na pesquisa. Devemos, ainda, ter presente em todo momento o contexto histórico-social, no qual se desenvolvem e se produzem as relações, que fundamentam a subjetividade como sistema e fazem parte da construção de conhecimento (González Rey, 2000).

O desenho qualitativo introduz a significação da singularidade como nível legítimo na produção de conhecimento. Para González Rey (2000), ela “se constitui como realidade diferenciada na história da constituição subjetiva do indivíduo” (p. 23). Ao considerar a subjetividade, compreende-se o objeto de pesquisa a partir de qualidades particulares, sendo que o mais importante não é a generalização de categorias, mas investigar processos com inter-relações complexas em constante desenvolvimento.

Seguindo as proposições de González Rey (2000), pode-se definir o qualitativo como a abordagem da subjetividade, a qual se expressa em um sujeito concreto, em relação com o contexto histórico de seu desenvolvimento. A singularidade é abordada teórica e metodologicamente no processo investigativo da construção de conhecimento, pela via da interpretação. Deste modo, **o desenho qualitativo não depende de forma exclusiva das técnicas de pesquisa, mas do tratamento dos dados e da maneira como o pesquisador se aproxima da realidade.** Nesta pesquisa se valoriza a configuração da subjetividade das vítimas do conflito armado colombiano; a subjetividade estará integrada pela história particular de cada sujeito, localizada no histórico-cultural colombiano.

4.3 Desenho Específico: estudo de casos múltiplos

Considerando as características do problema de pesquisa, optamos pelo estudo de casos múltiplos como uma forma de produzir, analisar e apresentar de forma pormenorizada a informação sobre as configurações subjetivas de familiares diretos de vítimas de desaparecimento forçado. O caso é compreendido aqui como um sistema complexo, em funcionamento, com limites e partes constituintes. Em outras palavras, como um sistema integrado (Stake, 2007).

A seleção dos participantes da pesquisa foi orientada a partir de uma amostragem intencional teórica (Galeano, 2004), que visou aprofundar-se nos elementos comuns dos casos identificados sem deixar de explorar as configurações singulares (menos repetitivas).

A unidade de análise teórica é a subjetividade de vítimas do conflito armado colombiano, que entendemos como um processo que integra de maneira simultânea a subjetividade individual e a social, em constante tensão, com uma dimensão de um sistema plurideterminado e em desenvolvimento. Esta subjetividade configura-se nos sentidos e significações produzidos entre as vítimas no contexto histórico-cultural determinado. De tal forma, sabemos que a configuração subjetiva é mutável e, portanto, suscetível de ser estudada em momentos específicos.

A unidade de análise empírica foram as narrativas de pessoas vinculadas a programas de atenção a vítimas da violência na cidade de Medellín, que cumpriram com o critério de serem familiares em linha direta de desaparecidos forçados. A especificação das unidades de análise de estudo e das categorias está apresentada, esquematicamente, na Figura 1.

UNIDADES DE ANÁLISE	UNIDADES DE ESTUDO	CATEGORIAS
Teórica: Configuração da Subjetividade como sistema complexo	Subjetividade Individual	Sentidos configurantes da subjetividade individual (Identidade, afetos, motivos, etc.).
Empírica: Relatos de vítimas do conflito armado	Subjetividade Social	Significados configurantes da subjetividade social (crenças, valores, representações sociais, costumes).

Figura 1 - Unidades de Análise, de estudo e categorias

4.4 Técnicas de produção de informação

Os diferentes instrumentos na pesquisa qualitativa se relacionam uns com os outros, formando parte de um mesmo sistema de informação. Eles têm como objetivo o surgimento de expressões simbólicas diferenciadas que envolvam emocionalmente as pessoas, para facilitar a expressão de sentidos subjetivos. O guia inclui instrumentos individuais, coletivos, orais e escritos, porque cada uma dessas modalidades facilita a construção de informações diferenciadas, favorecendo a triangulação e o surgimento de informações inéditas durante o processo, os quais poderão ser modificados a partir das novas orientações que os dados ofereçam.

De tal sorte, para produzir os relatos escolhemos quatro técnicas de produção de informação. A primeira delas é a revisão documental, que é útil para “rastrear, localizar, inventariar, selecionar e consultar as fontes, os textos e os documentos pertinentes para a

pesquisa” (Galeano, 2004, p. 120). Com esta técnica foram coletados testemunhos jornalísticos, antecedentes investigativos e referentes teóricos relacionados com o problema de pesquisa.

Posteriormente usamos a entrevista em profundidade, entendida como um sistema conversacional que tem como objetivo levar a pessoa a campos de significação de sua experiência pessoal, nos quais se produzem os sentidos subjetivos que fazem parte da configuração da subjetividade individual. Por esse motivo, seu ponto de partida não é constituído de perguntas preestabelecidas, mas de temas gerais propostos pelo entrevistador (González Rey, 2005). Esta técnica “parte do pressuposto de que cada ator social tem seu próprio sentido que se faz explícito no discurso” (Galeano, 2004, p. 189). A entrevista em profundidade é centrada em um tema e em um indivíduo que é portador de uma informação. A partir desta técnica foi possível reconstruir a trajetória de vida dos participantes, centrando-se em suas experiências como vítimas.

Cada entrevista começou com o convite à narração da experiência como familiar de um desaparecido forçado. O guia da entrevista foi construído de temas preestabelecidos que se encontram enumerados na Figura 2. Tais temas funcionaram como categorias orientadoras (tanto das entrevistas como dos grupos de discussão) relacionadas à esfera da subjetividade individual ou social. Isso deve ser entendido considerando que ambas as subjetividades fazem parte de um mesmo sistema, portanto, se constituem mutuamente, tornando possível que informações, coletadas a partir de um tema inicialmente social, permitissem compreender lógicas individuais e vice-versa.

Seguindo os pressupostos da Epistemologia Qualitativa, não foram definidas *a priori* perguntas específicas, mas temas abertos que visaram facilitar a abordagem de núcleos de sentido a respeito da experiência dos sujeitos como vítimas do conflito armado colombiano.

Subjetividade Individual	Trajетória de vida (antes, durante e depois do desaparecimento do familiar).
	Sentidos atribuídos a ser vítima do conflito armado.
	Sintomas e experiência corporal.
	Sentidos sobre a elaboração do luto e sentido da perda.
	Sentidos atribuídos ao evento da desapareção forçada.
	Transformações subjetivas a partir do evento de

	desaparecimento.
	Explicações sobre o desaparecimento do familiar.
	Sentidos sobre o agressor ou agressores
Subjetividade social	Crenças e representações sobre o fato de ter um familiar desaparecido.
	Reconfigurações nos papéis e interações no interior da família.
	Sentidos atribuídos à pertença a uma família vítima da violência.
	Sentidos da participação em comunidades ou grupos organizados de vítimas da violência.
	Sentidos atribuídos à pertença à comunidade nacional como cidadão.
	Explicações sobre sentido do conflito armado colombiano e a violência.
	Representações sobre o Estado e a cidadania frente às vítimas do conflito armado.
	Reconfigurações sociais e econômicas após o desaparecimento do familiar.

Figura 2 - Categorias orientadoras para a entrevista e o grupo de discussão

O terceiro instrumento foi o grupo de discussão. Este é um instrumento conversacional desenvolvido por Tomás Ibañez, que tem fundamento teórico na linguística, na psicanálise e na sociologia. Funciona como “um marco para captar representações ideológicas, valores e formações imaginárias e afetivas dominantes em grupos, setores ou classes sociais determinadas ou na sociedade em conjunto” (Galeano, 2004, p. 190). Nos grupos de discussão, o coordenador do grupo deve atuar de forma aberta e não diretiva, e o discurso produzido grupalmente facilita a emergência de sentidos que serão *matéria prima* para análise e interpretação.

A análise no grupo de discussão centra-se em elementos latentes do discurso que surgem a partir da construção coletiva, o lugar do coordenador do grupo é menos diretivo que nos grupos focais surgidos nos Estados Unidos e parte da premissa da reprodução das ideologias macrossociais na dinâmica conversacional de pequenos grupos.

Finalmente, foi construído um instrumento de complementação de frases²³, composto por indutores curtos de caráter geral, referidos a experiências, atividades ou pessoas. Tais indutores são abertos e convidam à pessoa que os complementa com a frase que lhe ocorra no momento, ao modo da associação livre, conforme descreve González Rey (2005).

As informações que esse tipo de instrumento permite coletar são tanto de caráter intencional quanto indiretas ou latentes. A utilização dessas informações facilita a expressão de sentidos subjetivos relacionados com diferentes aspectos da vida das pessoas. Para o caso específico, seu uso isolado poderia não ser de muita utilidade, por isso, será aplicado junto com a entrevista em profundidade, com o objetivo de favorecer o surgimento de novas informações que possam ser exploradas com a ajuda dos outros instrumentos.

Além desses critérios, a escolha dessas técnicas de produção de informação escritas, individuais e grupais, respondeu ao intuito de coletar também informações diferentes, como sugerido por González Rey (2005).

A aproximação do campo se realizou partindo do contato com duas pessoas vinculadas ao atendimento de vítimas do conflito armado: a presidente da *Organización Madres de la Candelaria, Caminos de Esperanza* e o psicólogo coordenador do *Modelo Integral de Atención a Víctimas* que funcionava na *Comisión Nacional de Reconciliación*, com sede em Medellín. A coleta de dados foi realizada em dois momentos, sendo o primeiro em fevereiro de 2010, quando foi aplicada uma prova piloto. Deste teste participaram 16 pessoas²⁴ pertencentes à *Organización Madres de La Candelaria, Caminos de Esperanza*²⁵ e atendidos pelo *Modelo Integral de Atención a Víctimas*²⁶. O trabalho realizado com os participantes incluiu a aplicação do instrumento de complementação de frases a 16 participantes, a realização de dois grupos de discussão e uma entrevista em profundidade. As pessoas que participaram dos dois grupos foram 14 mulheres e dois homens: 10 mães de desaparecidos, um filho, uma irmã, um pai, uma tia, uma prima e uma companheira

²³ Ver anexo nº 1.

²⁴ Os nomes foram modificados para manter oculta a identidade do participante.

²⁵ A Organização Mães da Candelária, Caminhos de Esperança é uma ONG composta por familiares de desaparecidos e assassinados que se reúne todas as sextas feiras numa praça pública da cidade para denunciar sua condição de vítimas, reclamar justiça por parte do Estado e visibilidade da sociedade.

²⁶ Este é o modelo encarregado de prestar atendimento às vítimas do conflito armado colombiano, depende do Ministério do Interior e de Justiça e funciona de forma interinstitucional.

sentimental. Todos preencheram o instrumento de complementação de frases. Foi realizada uma entrevista em profundidade e dois grupos de discussão: o primeiro composto por oito mulheres e um homem e o segundo composto por três mulheres e um homem. Todas as entrevistas e grupos de discussão foram gravados, com a autorização dos participantes.

O teste permitiu reestruturar os objetivos de pesquisa e reformular os instrumentos. No instrumento de complementação de frases identificamos que algumas frases eram repetitivas, não eram claras ou não aportavam informação relevante. Assim, o primeiro instrumento foi composto de 22 frases, e o segundo, de 16. Também observamos dificuldades com o preenchimento devido ao semianalfabetismo de alguns dos entrevistados, por tal motivo, o instrumento foi completado com a ajuda do pesquisador. Percebemos, ainda, a importância de construir cada frase em dois momentos que possibilitassem o pensar do lado oposto da primeira da situação que era apresentada, o que facilitou o aparecimento de avaliações contraditórias sobre o mesmo tema. Por exemplo, o desaparecimento do ente querido podia ser uma tragédia, mas mesmo assim era possível encontrar outros aspectos nessa experiência. O instrumento definitivo pode ser consultado nos anexos.

Os dois grupos de discussão e a entrevista em profundidade permitiram identificar alguns temas que deviam ser aprofundados nas entrevistas e que deveriam fazer parte das categorias orientadoras, como os aspectos relacionados com o vazio na identidade experimentado por algumas vítimas do conflito, ou o significado da justiça e da verdade na possibilidade de elaboração do luto. Também se destacou a categoria incerteza como parte fundamental na compreensão do sofrimento dos familiares de desaparecidos forçados.

Outro aspecto que merece ser mencionado foi a resistência inicial à pesquisa, encontrada no Modelo Integral de Atenção a Vítimas. Os psicólogos duvidavam da pertinência do trabalho que ia ser realizado – se ia ser favorável para os entrevistados ou se constituiria uma forma de vitimização secundária. Fazemos essa observação aclarando que a desconfiança da equipe psicossocial se justifica, porque eles devem cuidar do bom atendimento e não da repetição de formas de vitimização durante os processos de atenção. Quando perceberam o profissionalismo com o qual ia ser realizada a coleta de dados, e que ela mesma podia produzir algum efeito psicoterapêutico, prestaram toda a colaboração.

Por outro lado, a presidente da *Organización Madres de la Candelaria* abriu as portas da sua instituição de forma muito mais rápida e facilitou o contato com as pessoas que fazem parte da ONG, reconhecendo as entrevistas e os grupos de discussão como espaços privilegiados para a simbolização.

A segunda parte da coleta de dados foi realizada durante os meses de junho, julho e agosto de 2010. Novamente foram contatadas as mesmas pessoas que fizeram parte da prova piloto, para aplicar o instrumento de complementação de frases, realizar as entrevistas em profundidade e outro grupo de discussão. Também se realizou um acompanhamento etnográfico de algumas das atividades da ONG mencionada, como a atividade de denúncia dos direitos não atendidos, realizada a cada oito dias no átrio da Igreja da Candelária, no Centro de Medellín.

Todos os participantes da pesquisa foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Consideramos a necessidade de fazer encaminhamentos de alguns dos participantes para a atenção psicoterapêutica, a qual foi recomendada, em um dos casos, para o filho de uma das mulheres entrevistadas. Além disso, tivemos presente que a possibilidade da verbalização de eventos traumáticos poderia ter um efeito terapêutico, embora esse não fosse o objetivo primeiro da pesquisa. Foi isso, de fato, o que expressaram várias das pessoas entrevistadas, ao final do trabalho. Em ambos os lugares, os entrevistados agradeceram a oportunidade oferecida para contar sua história, para falar do seu sofrimento, reconhecendo o poder da verbalização na construção de sentido.

Durante a coleta de dados construiu-se um vínculo transferencial com os participantes da pesquisa, especialmente com as pessoas que trabalhavam na *Organización Madres de la Candelaria, Caminos de Esperanza*. Sua presidente, em agradecimento pelo trabalho realizado, declarou o pesquisador como Membro Honorário da ONG.

Antes de começar a pesquisa, o projeto foi enviado para avaliação do Comitê de Ética da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA) e a investigação cumpriu com todas as exigências legais para a realização de pesquisas com seres humanos, de acordo com a legislação brasileira e colombiana.

Os critérios de validade que tivemos presentes a partir do início da realização da pesquisa foram:

Credibilidade: Obtido mediante a qualidade da coleta dos dados, a partir de abordagens intensivas e a produção de informação com múltiplas técnicas.

Transferibilidade: Neste contexto da pesquisa qualitativa, foi conseguido com o estudo de casos típicos e atípicos e a descrição pormenorizada do contexto de pesquisa.

Confiabilidade: Deve-se considerar que a subjetividade própria dos pesquisadores faz parte do processo de investigação. Por isso, procurou-se reconhecer os próprios

preconceitos, afetos e movimentações durante a pesquisa, de modo que os dados não fossem interpretados a partir de valores e ideologias.

Para alcançá-los usamos diferentes formas de triangulação, entre elas: temporal, espacial, teórica, de observação, metodológica e bibliográfica. Ao mesmo tempo, o trabalho realizado com o orientador e o grupo de pesquisa manteve presente a necessidade de tornar conscientes os preconceitos, as emoções e os movimentos contratransferenciais durante o processo.

Neste último aspecto a prova piloto foi de grande valor, porque a primeira aproximação ao campo de estudo e às falas de sujeitos vítimas do conflito armado produziram, como pesquisadores, emoções que poderiam obstaculizar a pesquisa. É fácil sentir tristeza, pena e indignação diante das histórias de vida e morte narradas pelos familiares dos desaparecidos forçados. Os debates com o orientador e o tempo que passou entre a primeira aproximação do campo e a coleta de dados permitiram a reflexão sobre essas emoções e fazê-las conscientes, para que não funcionassem como uma barreira à escuta das narrativas.

4.5 Sobre o tratamento dos dados

A análise dos dados foi realizada a partir das considerações e propostas de González Rey (2005). Para ele, o tratamento dos dados deve estar em sintonia com a compreensão da pesquisa qualitativa como “uma via essencial para a produção de teoria, isto é, para a produção de modelos teóricos de inteligibilidade no estudo de sistemas que não são diretamente acessíveis, nem em sua organização, nem nos processos que os caracterizam, à observação externa” (p. 29). Deste modo, seguindo as indicações de González Rey, a teoria é definida como “a construção de um sistema de representações capaz de articular diferentes categorias entre si e de gerar inteligibilidade sobre o que se pretende conhecer na pesquisa científica” (p. 29).

A teoria encontra-se relacionada com o empírico, que “representa o momento em que a teoria se confronta com a realidade” (González Rey, 2005, p. 30). Deste modo, as teorias facilitam a percepção de determinados fenômenos empíricos, enquanto limitam a apreensão de outros. A teoria deve facilitar a interpretação do sentido subjetivo, ao mesmo tempo em que a própria interpretação constrói nova teoria. O sentido subjetivo “está associado a uma história e a um contexto diferenciado; por isso, o sentido não é algo que aparece diretamente nas respostas das pessoas (...) aparece disperso na produção total da pessoa, para o que

necessitamos da interpretação” (González Rey, 2005, p. 32) e das teorias para produzir inteligibilidade sobre ele.

A teoria existe em dois níveis inter-relacionados:

(...) um nível macro, que organiza representações de certa estabilidade e abrangência (...) e um nível local, que comprometido em forma mais imediata com o empírico, gera suas próprias representações e conceitos, ganhando uma inteligibilidade que lhe permite confrontar-se com o nível macro (González Rey, 2005, p. 34).

Essa relação entre os dois níveis da teoria pode ser problemática, porque os investigadores, em certas ocasiões, têm buscado acomodar a lógica de pesquisa sobre um fenômeno particular a categorias próprias de uma teoria macro, sem correspondência, facilitando o dogmatismo teórico. O que deve acontecer é que as construções da teoria local possibilitem questionamentos da teoria macro, que facilitem seus novos desenvolvimentos. A Teoria Fundamentada tentou fazer frente a esse tipo de problemas, abandonando qualquer tipo de construção teórica *a priori*. Nessa proposta, as construções sobre o campo são necessárias para a pesquisa, mas sem o abandono da teoria, que é

inseparável dos princípios gerais da Epistemologia Qualitativa, pois implica a renúncia ao empírico como lugar de legitimação e produção de conhecimento e orienta a recuperação da qualidade do estudado, especificando suas características ontológicas, o que, de fato, demanda uma definição teórica à qual os princípios metodológicos deverão se subordinar (González Rey, 2005, p. 35).

Dentro dessa lógica,

(...) a produção de conhecimento é um processo teórico comprometido com uma realidade que o desafia constantemente desde o momento empírico, desafio que constitui uma via de confrontação entre o estudado e o modelo teórico usado em sua significação (González Rey, 2005, p. 37).

Tal confrontação dialógica será a que facilite o desenvolvimento de nova teoria no processo de análise dos dados.

Assim, os princípios do processo de construção da informação, orientados pela Epistemologia Qualitativa, visam construir modelos teóricos que auxiliem na compreensão dos sentidos subjetivos e das configurações subjetivas envolvidas nos comportamentos e produções simbólicas humanas.

Os sentidos subjetivos não aparecem de forma direta na expressão do sujeito. Os pesquisadores devem estar atentos à qualidade da informação oferecida pelos sujeitos, pois nela encontram-se cifrados os sentidos subjetivos:

“no lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível de elaboração diferenciado no tratamento dos temas, na forma como se utiliza a temporalidade, nas construções associadas a estados de ânimo diferentes” (González Rey, 2005, p. 116).

Estes pormenores devem ser acompanhados pelo pesquisador no processo construtivo-interpretativo da subjetividade como sistema complexo.

A unidade interpretativa são os trechos da expressão do sujeito e o pesquisador deve reconhecer quando esses trechos transcendem os limites da intencionalidade consciente, sendo evidência disso a densidade e riqueza do relato.

Assim, o pesquisador deve identificar **os indicadores de sentido subjetivo** na conversação que permitam construir hipóteses e, posteriormente, identificar zonas de sentido e elucidar as configurações subjetivas. Nessa perspectiva, afirma González Rey (2005, p. 128), “o indicador apesar de ser hipotético, deve explicitar elementos presentes na informação estudada que justifiquem a hipótese elaborada”, a partir, por exemplo, da identificação de emoções relacionadas com um tema específico.

Mais especificamente, a análise dos dados foi feita em três níveis interligados: o superficial, o analítico e o interpretativo. O superficial faz referência aos trechos das entrevistas; o analítico, aos agrupamentos em categorias desses trechos, seja por sua similitude ou contradição; e o interpretativo, no qual se produzem novas configurações de sentido para as categorias formuladas, ou, em outras palavras, interpretações teóricas para a compreensão do fenômeno abordado (Ruiz, 2004).

Os dados obtidos a partir da aplicação dos instrumentos não são em si mesmos categorias *a priori*, como tradicionalmente têm sido usados na psicologia. O instrumento não define aquilo que será apresentado como resultado de pesquisa, porque é necessária a interpretação do pesquisador para tornar inteligível o sentido (Gonzalez Rey, 2005).

Realizamos o processo de análise dos dados com uma lógica abdutiva, fundamentada em uma dialogicidade constante entre o empírico e o teórico como fundamento para a construção de novo conhecimento, a partir de uma perspectiva histórica que permite contextualizar o fenômeno estudado sem renunciar a possíveis generalizações. Dentro dessa lógica, “a produção de conhecimento é um processo teórico comprometido com uma realidade que o desafia constantemente desde o momento empírico, desafio que constitui uma via de confrontação entre o estudado e o modelo teórico usado em sua significação” (González Rey,

2005, p. 37). Essa confrontação dialógica será a que facilite o desenvolvimento de nova teoria no processo de análise dos dados.

O texto completo da tese está condicionado à forma como foram tratados os dados, sendo que a análise não está presente apenas nos capítulos dedicados às análises das entrevistas, mas em todos.

O tratamento dos dados esteve orientado a partir dos princípios metodológicos descritos.

Os dados coletados a partir da aplicação dos instrumentos de pesquisa foram reunidos numa Unidade Hermenêutica para sua análise. Para tal fim, primeiramente transcrevemos as entrevistas, as frases e os grupos de discussão. Com os arquivos formamos a Unidade Hermenêutica no programa de análise de dados qualitativos Atlas-ti 6.2, o qual é uma ferramenta de pesquisa que permite identificar os indicadores de sentido, as zonas de sentido e as configurações subjetivas²⁷. Conforme já foi dito anteriormente, o método para o tratamento dos dados foi abduutivo; as categorias orientadoras (que tinham sido definidas a partir dos objetivos da pesquisa e podem ser consultadas na Figura 2) mantiveram uma relação dialógica com os dados. A partir dos dados foram construídas outras categorias, que foram depois relacionadas entre si para formarem as configurações subjetivas.

Ao redor de cada categoria, então, se agruparam indicadores de sentido observados nas falas dos entrevistados, que continham elementos em comum ou que apareciam como casos excepcionais. A cada trecho foi atribuído um nome e a cada categoria também, sendo que alguns nomes mudaram durante o avanço da pesquisa. O nome designava um elemento de sentido mais específico nos trechos e mais abrangente nas categorias. O processo implicou um diálogo constante entre o particular e o geral, que permitiu interpretar as falas a partir dos conceitos disponíveis, além de reformular os conceitos e criar outros a partir dos elementos de sentido emergentes dos dados.

Durante a análise, estas categorias – ou zonas de sentido – foram agrupadas e relacionadas entre si, a fim de formarem construções mais complexas, as configurações subjetivas.

Ao final, foram construídos mapas formados a partir das categorias. Cada mapa é uma parte da configuração subjetiva no seu conjunto. Por sua vez, cada parte dele é uma das categorias ou zonas de sentido. Esses são os mapas serviram como um guia para percorrer

²⁷ O programa Atlas-ti 6.2 não está construído exclusivamente para que os princípios da análise sejam os descritos; ele apenas é uma ferramenta e depende do pesquisador a forma como serão usadas suas funções.

cada um dos trechos apresentados e que pretendem revelar a configuração subjetiva de familiares de desaparecidos forçados.

Apresentamos , a seguir, o universo subjetivo dos familiares de desaparecidos forçados.

5 CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DE FAMILIARES DE DESAPARECIMENTO FORÇADO EM MEIO DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO

Foram analisadas dezoito entrevistas em profundidade, com o mesmo número de instrumentos de complementação de frases e três grupos de discussão. Os entrevistados foram dezesseis mulheres e dois homens. Os familiares desaparecidos foram nove filhos, três filhas, dois esposos, quatro irmãos, uma irmã e um sobrinho. O total de desaparecimentos foi 20, enquanto os entrevistados são 18, porque duas das entrevistadas tiveram dois familiares desaparecidos: uma delas teve um filho e seu esposo e a outra teve dois filhos. Quanto aos desaparecidos, 75% eram homens e 25% mulheres. 45% dos desaparecidos eram filhos, 15% filhas, 10% esposos, 25% irmãos e 5% sobrinhos. Os homens entrevistados sofreram o desaparecimento de uma filha e um filho cada um.

O primeiro dado que chamou a nossa atenção é a maior quantidade de mulheres que participaram da pesquisa. Veremos que esse fato diz respeito à diferença que existe na forma de assumir a perda de um ente querido entre homens e mulheres. Elas tomam a iniciativa em processos de reclamação de direitos com maior frequência, e passam a integrar organizações de vítimas. Outro fator que explica este dado é que existem mais homens desaparecidos (eles foram o alvo preferido dos grupos armados) que mulheres. Por tal motivo, são as mulheres as que ficam, as que sobrevivem e devem enfrentar a perda. O terceiro elemento que vale a pena destacar é que 65% dos entrevistados tinham um filho desaparecido. Conforme se verá adiante, o parentesco com o desaparecido faz parte da construção de sentido sobre a perda, e a perda de um filho é frequentemente avaliada como mais difícil que a perda de outro parente.

A respeito da idade, 55% dos entrevistados tinham entre 50 e 60 anos de idade, 44% entre 40 e 50 anos de idade e 1% entre 20 e 30 anos de idade. Sobre o grupo armado que cometeu o crime, 70% dos entrevistados declararam que o seu ente querido foi desaparecido por paramilitares, sendo que três dos entrevistados incluíram o exército como envolvido no desaparecimento e dois deles disseram não saber quem foi.

Dos entrevistados, três eram analfabetos e sete tinham nível fundamental incompleto. Apenas uma participante tinha nível superior, a fundadora da *Organización Madres de la Candelaria*. Sobre o local do desaparecimento, 85% deles se produziram em contextos rurais, sendo que 50% foram entre cinco e 10 anos atrás e 50% há mais de 10 anos. Dois dos entrevistados conseguiram identificar seus filhos no último ano através de exames de DNA. Eles foram encontrados em uma vala comum.

Os crimes foram realizados quase sempre no contexto rural, onde o conflito armado se concentrou e foi mais intenso e devastador, que significou que muitos dos familiares sobreviventes tiveram que se deslocar para a cidade, sofrendo outra forma de violência que também será levada em conta nas análises.

A baixa escolaridade dos entrevistados torna mais difícil a exigência dos próprios direitos, devido à falta do conhecimento e de operacionalização de ferramentas para este fim.

Finalmente, os desaparecimentos foram realizados majoritariamente por paramilitares, em uma política de extermínio generalizado em algumas regiões. Nesse caso, deve-se também considerar a tentativa de ocultar os crimes, para que não fossem investigados e julgados. A afirmação da participação do exército em três dos desaparecimentos está em acordo com os esclarecimentos que hoje se conhece a respeito do acionar em conjunto de paramilitares e forças do Estado em várias regiões do país.

Os dados percentuais apresentados não pretendem refletir uma amostra representativa da população de familiares de desaparecidos forçados, mas simplesmente identificar os participantes da pesquisa para contextualizar as interpretações realizadas durante a análise dos dados. De tal forma, devemos ter presente que apesar de haver passado mais de cinco anos dos desaparecimentos em todos os casos, os familiares ainda estão procurando os seus familiares desaparecidos, e veremos como a maior parte dos entrevistados não conseguiu elaborar a perda.

Esta caracterização permite contextualizar e entender as interpretações e as conclusões sobre o material analisado que serão apresentadas a seguir. Com já foi dito, no início de cada capítulo da análise será possível ver uma figura, construída com a estrutura de um mapa conceitual, que representa a estrutura do capítulo. Cada mapa será como uma radiografia da subjetividade dos familiares de desaparecidos formada a partir das relações entre conceitos e categorias emergentes da análise. Esperamos que os mapas conceituais sejam um guia de leitura e proporcionem maior clareza e entendimento ao leitor.

5.1 Sentidos e significados sobre a experiência de ser vítima do conflito armado como familiar de um desaparecido

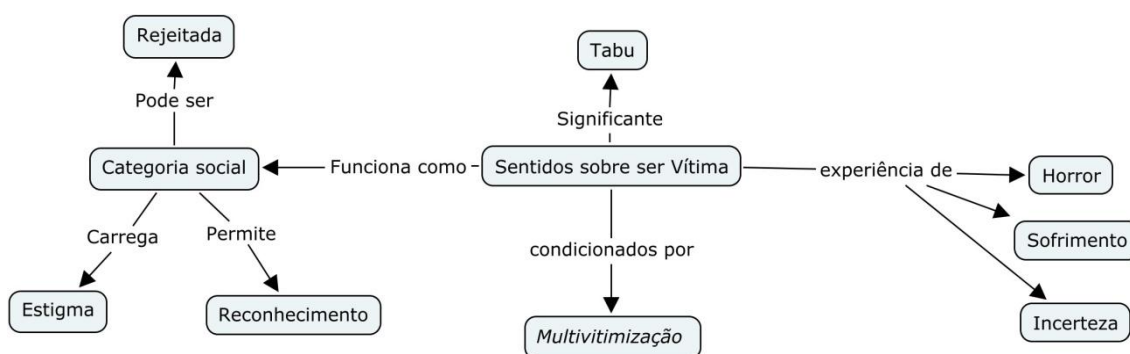


Figura 3 - Ser vítima, entre o horror e a identidade

O dicionário *online* Priberam (2010) oferece vários significados da palavra vítima. O primeiro deles tem uma conotação religiosa e está relacionado com sua origem etimológica latina (*víctima* ou *victimae*): “pessoa ou animal oferecida em sacrifício aos deuses ou num ritual religioso” (p. 1). Os outros significados fazem referência ao dano, prejuízo ou ferida sofrida por alguém, seja intencional ou casualmente: “pessoa que morre ou que sofre pela tirania ou injustiça de alguém (...) pessoa que foi assassinada, ferida ou atingida casualmente, criminosamente ou em legítima defesa ou por um acidente, catástrofe, crime, etc. (...) tudo o que sofre dano ou prejuízo” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2010, p. 1).

A palavra vítima tem, então, diferentes sentidos: desde o religioso, passando pelo cotidiano, que a associa com o sofrimento; o jurídico, que a relaciona ao criminoso, até “um enfoque mais abrangente, como é o da perspectiva dos direitos humanos, que são violados pela própria lei ou por aqueles que deveriam defender os direitos da justiça” (Zamora, 2009, p. 37). A definição geralmente aceita pela vitimologia determina que a vítima é “a pessoa que sofre um dano por culpa alheia ou por caso fortuito, entendendo-se por dano o detrimento, menosprezo, lesão, prejuízo que de qualquer modo se provoque” (Zamora, 2009, p. 35).

O estudo científico das vítimas originou-se em 1937, a partir da pesquisa de “Benjamin Mendelsohn, advogado romeno que estudou a resistência das vítimas em casos de estupro em 1937” (Dussich, s.d., p. 3) e que, em 1940, cunhou o termo vitimologia para se referir a uma nova disciplina que faria parte das ciências biopsicossociais.

Posteriormente, o criminologista alemão Hans Von Hentig publicou, em 1948, seu livro intitulado ‘El Criminal y su Víctima: Estudios de la Sociobiología del Crimen’. Ele

descreve a vítima como alguém que ‘dá forma e modela o ato criminal’ e enfoca na vulnerabilidade de certos tipos de pessoas (Dussich, s.d., p. 3). Os trabalhos de von Hentig permitiram uma virada nos estudos de criminologia, que antes eram feitos a partir de uma perspectiva unilateral que somente considerava o criminoso, enquanto, a partir dele, o ato criminoso começou a ser considerado como o resultado de processo de interação (Fattah, 2006). Tanto Mendelsohn como von Hentig são considerados os precursores da vitimologia moderna, a qual é definida por Dussich (2010) como

o estudo das pessoas que são vítimas de crimes e outras ações que causam sofrimento e morte. *Segundo*, é o estudo científico dos fatos de vitimização, entre os quais se incluem as circunstâncias dos casos, por exemplo, de homicídio, roubo, estupro, sequestro, acidentes, abuso de poder e desastres naturais. *Terceiro*, é o estudo científico de como as agências ou os aparatos do Estado respondem: na identificação de grupos vulneráveis (...); na atividade de prevenção da violência e em casos de vitimização (como diminuir o sofrimento e ajudar às vítimas no seu processo de recuperação (p. 2).

A definição do que é a vitimologia, assim como suas origens, indicam que seu estudo implica abordagens transdisciplinares que incluem o Direito, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, as Ciências da Saúde etc., porque a vitimização envolve consequências sociais, psíquicas, físicas, jurídicas, entre outras.

São múltiplas as classificações que a vitimologia faz dos tipos de vítimas. Ferreira (2005) faz um resumo de várias tipologias desenvolvidas por diferentes vitimólogos, entre elas a de Neuman, que considera a existência de vítimas individuais, familiares, coletivas, sociais e supranacionais. Das vítimas individuais “diferencia entre as que carecem de atitude vitimal ou adotam uma atitude vitimal irrelevante para a ação do delito” (Ferreira, 2005, p. 137), que seriam as vítimas inocentes ou resistentes. Há também aquelas que têm uma atitude vitimal culposa, como no caso da ação em legítima defesa, e as que têm uma atitude dolosa, como no caso do suicídio.

As vítimas familiares são aquelas que sofrem vitimização no âmbito familiar, como as crianças ou mulheres maltratadas; em um terceiro setor encontram-se as vítimas coletivas, como comunidades ou nações afetadas por fenômenos como terrorismo ou genocídio. E finalmente, numa quarta categoria, inclui as vítimas da sociedade que ultrapassam o âmbito penal e inclui as crianças abandonadas, os idosos, os loucos etc. (Ferreira, 2005).

Esta classificação, complexizada e compartilhada em parte por outros autores, como Fattah (1967), indica que, na perspectiva contemporânea da vitimologia, considera-se fundamental definir o tipo de vítima e seu grau de participação na ação vitimizante. Ela

permite identificar que um mesmo sujeito pode sofrer vários tipos de vitimização derivados de um mesmo ato violento.

Outra classificação clássica da vítima, útil para a presente pesquisa, é aquela que divide as vítimas em diretas e indiretas. A diferença estaria entre as pessoas que estão diretamente expostas ao evento traumático e aquelas que são testemunhas do evento traumático, sem que necessariamente tenham sido afetadas (Domínguez, 2010). As vítimas indiretas podem ser familiares, amigos, vizinhos ou, simplesmente, membros de grupos de socorro. Um dado que ganha destaque sobre esse tipo de vitimização é que, “embora se pensasse que a repercussão do acontecimento traumático é menor nas vítimas indiretas, sem relação próxima com a vítima direta (seja por parentesco, seja por amizade) e que os profissionais implicados no acontecimento se encontravam de certa forma protegidos precisamente por sua identidade profissional, a experiência das recentes catástrofes têm colocado em questão estas hipóteses” (Dominguez, s.n, p. 1-2). Nesse sentido, observa-se que a classificação de vítima direta ou indireta não define o grau de sofrimento que uma pessoa deve enfrentar após um evento traumático, como o desaparecimento de um familiar.

Segundo a CNRR, consideram-se vítimas

todas aquelas pessoas ou grupos de pessoas que, em razão ou por ocasião do conflito armado interno (...) tenham sofrido danos individuais ou coletivos, ocasionados por atos ou omissões que violaram os direitos consagrados nas normas da Constituição Política da Colômbia, do Direito Internacional, dos Direitos humanos, do Direito Internacional Humanitário e do Direito Penal Internacional (CNRR, s.d., p. 2).

Nessa lógica, conforme dito anteriormente, os familiares dos desaparecidos forçados se configuram como vítimas tanto em nível psíquico quanto emocional e, em muitos casos, é também vulnerada a estabilidade econômica dos mesmos. A Lei de Justiça e Paz assinala especificamente que “serão consideradas vítimas o cônjuge, parceiro ou parceira permanente, e familiar em primeiro grau de consanguinidade (...) da vítima direta, quando declarada morta ou *estivesse desaparecida*” (CNRR, 2008a, p. 3). Segundo o *Ministerio del Interior y de Justicia* da Colômbia (2011)

vítima, para efeitos da Lei, será toda pessoa que houvesse sofrido um dano por fatos acontecidos após 1º de janeiro de 1985, como consequência de violações do Direito Internacional Humanitário ou de violações graves manifestas às normas internacionais dos Direitos Humanos, que ocorrerem por ocasião do conflito armado (p. 8).

Essa demarcação inclui as pessoas que sofreram o desaparecimento de um ente querido. Nosso interesse, para além da lei, é conhecer a experiência dos afetados a partir de

suas próprias falas, saber de quais danos estamos falando e como são enfrentadas tais violações pelos sujeitos que as sofreram. Enfim, descrever os sentidos e significados que os familiares dos desaparecidos constroem sobre ser vítima. Buscaremos, então, nos aproximar da experiência dos familiares de desaparecidos, começando pela significação que eles dão ao fato de serem vítimas do conflito armado.

O desaparecido é meu esposo Julio. O dia 16 de fevereiro de 2011 fez nove anos de desaparecimento forçado. Ele saiu de casa às 10 ou 11 horas da manhã no município de Guarne, ia para San Carlos, para uma província do Rio Samaná, ele gostava muito de pesca, então saiu com uns amigos de passeio por dois ou três dias. Tiveram que se desviar de caminho e o ônibus pegou por Granada (...) quando o ônibus passava por lá havia uma *blitz* de uma frente das Farc, pararam o ônibus, o motorista parou e encostou. Todos os passageiros tiveram que descer, foram entrevistados e lhes perguntaram até de que queriam morrer. Depois de três horas falaram que podiam continuar, que subissem no ônibus, menos você, você e você... selecionaram os três que vinham de Guarne [entre eles meu marido]. De Guarne iam sete, mas dos sete, três eram colegas. Então um casal que ia com eles dizia que não os podiam levar, que não era possível, que os tinham que levar a todos porque estavam juntos, mas essa gente lhes disse para ir embora e não se preocupar, que iam ficar com eles três ou cinco dias e depois os devolviam, que estavam interessados em investigá-los. Os companheiros ficaram cerca de dois dias procurando em San Carlos; na polícia, no cemitério, dois dias buscando, mas não encontraram resposta. Até o sol de hoje não sabemos absolutamente nada sobre o meu marido. Ele trabalhava em uma empresa há 15 anos, era um bom trabalhador (...), tínhamos um filho de três anos de idade, desde que estava na barriga ele lhe dedicou muito tempo, ansiava ter uma criança e desfrutou demais dele até o dia em que... (Marta, Esposo, 2002)²⁸

O trecho que encabeça o capítulo indica que os familiares dos desaparecidos se deparam com uma série de **perguntas sem resposta**: por que foi desaparecido? Está vivo ou morto? Onde está? O que aconteceu com ele? Quem o levou? Apesar de não ser o caso mais “obscuro”, já que houve testemunhas relatando que o sequestro foi realizado por guerrilheiros, ser vítima é enfrentar uma série de perguntas sem resposta. Tais interrogações são o primeiro obstáculo na possibilidade de construir um sentido do acontecido.

A primeira das formas de construir esse sentido é a **negação** da condição de vítima. Para vários dos entrevistados, a vítima é o desaparecido:

Eu acho que a vítima é a quem lhe aconteceu, a pessoa que se foi, que levaram, maltrataram e abusaram, que perdeu-se no mato que foi morto. Do meu ponto de vista acho muito difícil me considerar vítima. Acho que sou parente de uma vítima, eu não sou a vítima porque para mim a vítima é quem foi levado; eles fizeram o dano diretamente para ele. Ou seja, eu fui afetada totalmente pelo que lhe fizeram, mas a vítima, mas é ele. Aconteceram-me muitas coisas como consequência do desaparecimento forçado dele. (Marta, Esposa, 2002).

²⁸ Os dados que aparecem no final de cada fala identificam o nome fictício do participante, o familiar que foi desaparecido e o ano em que desapareceu. Em algumas ocasiões também aparecerá uma letra “G” indicando que a fala corresponde a um grupo de discussão.

Apesar de reconhecer que sofreu danos como consequência do desaparecimento do esposo, Marta rejeita a se considerar vítima, é como se o sofrimento do esposo, por ser direto e talvez maior que o sofrimento dela, tivesse um *status* diferente, mais sério. Mas, ao mesmo tempo, é uma forma de evitar a conotação de horror que a palavra evoca:

(...) a palavra vítima me parece tão horrenda... Ela é usada em muitos casos, mas para mim as vítimas seriam aqueles que estão sequestrados, aqueles que foram tocados e sofrem diretamente a guerra. É uma palavra horrível que não gosto de pronunciar. (Marta, marido, 2002)

O lado horroroso do significante *vítima* vira **tabu**; não se pronuncia para evitar a evocação do horrendo que o acompanha. No entanto, a tentativa de afastamento não funciona e é necessário enfrentar a condição de vítima: “a coisa mais difícil é que eu como familiar sou vítima também, ele foi sequestrado e fiquei eu como sua família” (Marta. E1, Esposa, 2002).

A experiência como vítimas na maioria dos casos não se restringe a ser familiar de um desaparecido, pois é muito mais ampla. Pode-se dizer que é uma **vitimização múltipla**, já que os mesmos sujeitos podem sofrer vários tipos de vitimização ao mesmo tempo, ou em momentos diferentes:

Eu sou deslocada porque eles ameaçaram meus filhos porque reclamavam pelo irmão que foi desaparecido, eles disseram: querem que lhes aconteça o mesmo que a seu irmão? A ele o matamos, o partimos em pedaços e o jogamos no rio. A gente achou meia perninha dele, foi muito difícil perder um filho, mas não podia perder os outros, então saí daí. (Claudinha, G1, filho, 2005)

O **tipo de vitimização sofrida faz parte da construção da identidade**, como se observa neste caso quando a entrevistada diz “eu sou deslocada”, ela passa a se definir a partir da pertença a um grupo de sujeitos com os direitos vulnerados de uma forma específica: sendo deslocados à força. O deslocamento forçado, como se conhece o fato de ter que abandonar a casa e a comunidade pela força, é a forma de violência mais comum derivada do conflito armado colombiano. Segundo a ACNUR²⁹ (2011), a Colômbia é um dos países com maior número de deslocados internos. Até maio de 2011 o Governo da Colômbia registrou mais de 3,7 milhões de deslocados como consequência da guerra. Embora o objetivo deste trabalho não seja o estudo dessa problemática, é impossível ignorá-la quando se pretende compreender a experiência dos familiares dos desaparecidos, pelo mesmo fato expressado antes: a vitimização é quase sempre múltipla. Por tal motivo voltaremos sobre seus efeitos em promenores, quando forem abordadas as desconfigurações da comunidade e a família.

²⁹ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Em alguns casos, além de ser múltipla, a vitimização se repete como se não existisse saída, unida à própria história:

Em cinco de janeiro de 1998 meu filho Cristian desapareceu, mas eu venho experimentando o conflito armado desde 1988, porque em Muirtar, uma vereda do sudeste *antioqueño*, mataram sete familiares. Nós éramos fazendeiros de Urrao, por causa dessa chacina saímos de lá e compramos uma fazenda em Urabá, mas de novo chegou o paramilitarismo e tivemos que sair. A gente sofreu muito com essa morte, mas continuamos procurando outro sítio porque a vida toda fomos camponeses, então chegamos a Necoclí onde mataram meu pai, porque não quis vender a terra. Aí foi quando viemos para Medellín. (Tere, filho, 1998)

Identificar-se como familiar de um desaparecido é, portanto, apenas uma das formas de se nomear como vítima. Outra seria o *ser desplazado*³⁰, palavra bastante comum entre as vítimas da violência na Colômbia. A maior parte dos *desplazados* é de origem rural, contexto no qual a guerra chegou a ter maior intensidade e afetou um grande número de pessoas, que foram obrigadas a abandonar suas terras quando os territórios passaram a ser controlados pelos grupos armados dominantes. Por tal motivo, um dos pontos mais importantes da *Ley de Víctimas* é a restituição de terras.

O **sofrimento** é outro dos sentidos construídos ao redor da condição de vítima:

Antes dos meus filhos desaparecerem eu só sabia dos desaparecidos pelas *Voces del Secuestro*³¹. Eu ouvia o programa e pensava que era horrível e chorava muito porque escutava as mães pedindo para saber o que tinha acontecido com seus filhos, e eu pensava que era horrível, dava graças a Deus que não ia acontecer isso porque nós não temos dinheiro. Depois do desaparecimento do meu filho, soube da dor dessas famílias, porque já foi uma experiência minha. (Flor, Mãe, 2000)

Existem duas vias para tomar conhecimento do sofrimento que implica ser vítima como familiar de um desaparecido ou sequestrado. A primeira é através dos relatos das vítimas; a segunda, a partir da experiência. No depoimento imediatamente anterior, essas duas formas aparecem separadas. De um lado encontra-se a aproximação à dor dos outros, como se a mulher assistisse a um drama de ficção; de outro, o sofrimento conhecido a partir de sua própria experiência. Como afirma Ortega Martínez (2011), o evento por si só não define o trauma, mas é necessário avaliar a experiência que cada sujeito tem dele. Por isso, para que um acontecimento possa ser configurado como traumático, ele deve estar associado a um sofrimento abrangente.

³⁰ Palavra que significa deslocado forçado. Usamos neste caso o substantivo em espanhol para enfatizar presença e relevância que ela tem na sociedade devido ao grande número de pessoas que sofreram esta condição como consequência do conflito armado.

³¹ Programa de rádio que era transmitido todos os dias nas horas da madrugada, dedicado a facilitar a comunicação entre os sequestrados e suas famílias.

O significante vítima se relaciona com o horror do dano sofrido, ou seja, se constrói associado ao afeto que produziu a notícia do desaparecimento de um ente querido: “mesmo que você leia e encontre que se pode ser vítima de uma pancada, vítima de... de tantas coisas, acho horrível porque essa foi a primeira palavra que ouvi quando ele desapareceu: ‘ela é uma vítima a mais’” (Marta. E1, Esposo, 2001).

Fazer parte de uma **categoria social** como vítima, da qual se acreditava estar distante, afastada, causa a primeira tentativa de incredulidade e rejeição. A procura no dicionário da palavra vítima, neste caso, é uma tentativa de construir um significado diferente, um que não implique pertencer a um grupo violentado e ferido pela guerra. É melhor sofrer um golpe que fazer parte da categoria dos familiares de desaparecidos e, embora para o significante vítima haja muitos significados, o sentido que o sujeito constrói sobre ele é aquele marcado pela experiência do próprio sofrimento, pela experiência do seu encontro.

Ser vítima, então, passa a integrar a identidade tanto no sentido social como pessoal: social, pois se integra a uma categoria da qual fazem parte outras pessoas e torna possível responder à pergunta ‘quem sou’ “usando categorias grupais, no lugar de utilizar atributos individuais” (Pujal i Llombart, 2004, p. 115); pessoal, porque cada sujeito assume a experiência de uma forma particular. Os familiares dos desaparecidos são vítimas do conflito armado e são reconhecidos como tal, mas cada um deles assumiu tal conjuntura de uma forma particular. Essa perspectiva da identidade é análoga à teoria da subjetividade de Gonzalez Rey (2002), a qual se configura a partir de elementos individuais e sociais.

Dentro do reconhecimento social que implica ser vítima da violência, um elemento valorizado é a possibilidade de receber ajuda econômica:

Uma coisa é a ajuda como deslocado e outra como vítima. Meu marido foi reconhecido, mas não meu filho não porque o número de protocolo dele é muito alto. Eu falei que gostaria que fossem reparados os dois porque foram mortos na mesma chacina (...) por enquanto não recebi nada, mas como eu sou *desplazada*, recebo ajuda por isso. (Piedade, marido e filho, 1996)

O ser reconhecido como vítima pode estar associado à possibilidade de receber uma indenização econômica, que não seria acessível de outra forma, ou seja, o reconhecimento que o Estado faz das vítimas contribui para a construção de um sentido, para essas pessoas, como merecedores de uma ajuda.

Ao mesmo tempo, esse reconhecimento pode estar carregado de uma **marca**: (...) “isso é o mais duro, que eu como parente dele sou vítima porque ele foi levado embora e me deixou como sua família, e lógico, a gente fica marcado como vítima da violência” (Marta, marido, 2001).

Essa marca se carrega como um **estigma**, no sentido entendido pelos gregos: “signos corporais que representavam algo ruim ou pouco habitual no *status* moral de quem os carregava” (Goffman, 2003, p. 11). Acompanhando a Goffman, a pertença à categoria social de vítima torna o sujeito desacreditado; ou seja, os familiares de desaparecidos experimentam como um estigma pela sua identificação com o grupo das vítimas do conflito armado:

A gente se torna um objetivo militar. Quando eu estava no estrato 20³² me davam carona para ir ao trabalho, mas quando estava com meu filho desaparecido e não tinha em que me deslocar, ficava esperando na rua e essas mesmas pessoas seguiam seu caminho, sem sequer me olhar. Das velhas amigas apenas duas têm colaborado para as vítimas. (Tere, filho, 1998)

Não deixa de chamar a atenção que o peso do estigma é um elemento em comum das vítimas com seus algozes. Patiño & Patiño (2010) mostram que os desertores dos grupos armados também enfrentam o desafio de carregar um estigma, uma marca que tentam esconder do outro, para não serem desacreditados.

Reconhecer sua condição de vítima (como o fez a mulher que dá este testemunho, ocupando-se da construção de uma organização para a reclamação dos direitos das mães dos desaparecidos em Medellín) implica perder o *status* que alguma vez se possuiu e passar a pertencer a uma classe menos favorecida e vulnerável, que se sente invisível em relação àqueles que foram seus pares em um momento de maior fortuna. Entende-se, então, que a constituição do ser vítima como estigma pode implicar a perda do reconhecimento do outro, ou pelo menos uma perda parcial. O outro chega se perceber como indiferente, humilhante ou ameaçante:

Algumas pessoas ganharam muitas coisas em nome das vítimas e, o que a gente ganhou? Dor. Ninguém fala a verdade ou apenas a dizem parcialmente. Por que motivo [os carrascos] iriam falar a verdade e esclarecer onde estão as valas comuns, ou por que mataram aquele, ou esse outro? O que está acontecendo? Que o Governo não quer que os carrascos falem a verdade. E por que eles [carrascos] podem fazer tantas coisas e nós que somos as vítimas a cada dia estamos pior. Aqui algumas mães são *desplazadas*, têm desaparecidos forçados, mortes e não têm onde morar, não tem o que comer e eles têm todas as vantagens; então isto não dá confiança, para mim gera-se muito mais desconfiança, por isso nos sentimos sozinhas, porque somos vítimas e essa palavra tem um peso enorme sobre nós e nossas famílias. (Ana Marta, G1, marido, 1998)

No encontro com o outro, ser vítima significa ser **enganado**, manipulado pelos integrantes dos grupos armados que recebem benefícios do Estado sem cumprir os compromissos do processo de reparação, enquanto as pessoas afetadas pela guerra se

³² Ditado para expressar que pertença à classe social alta.

enxergam abandonadas e carregando o peso do estigma associado ao sofrimento do conflito armado.

As ações e produções subjetivas a partir da construção desses significados serão objeto de análise no capítulo sobre transformações e respostas diante da experiência traumática. Por enquanto, podemos dizer que **vítima** é qualquer pessoa que sofra os danos do conflito armado. Tal etiqueta é significada pelos sujeitos que pertencem a ela basicamente de cinco formas: a primeira diz respeito à consciência do caráter plural da vitimização (ser vítima de várias formas de violência); a segunda é que ser vítima remete fundamentalmente ao sofrimento e, por tal motivo, algumas delas a enfrentam pela via da denegação, ou seja, sabem que são vítimas e ao mesmo tempo negam essa condição. Outra consequência é que o significante vira tabu porque se associa com o horror. Em terceiro lugar, ser vítima é um lugar social que se valoriza de duas formas; uma negativa, entendida como marca ou estigma; e outra positiva, que significa uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida (ganho econômico). E, finalmente, ser vítima significa ocupar uma posição de desvantagem diante dos carrascos, porque os direitos de reparação são vulnerados.

Além disso, desta análise deriva-se que os familiares de desaparecidos forçados têm uma experiência de **multivitimização**. Eles sofreram várias formas de violência: seus entes queridos foram desaparecidos, outros foram assassinados e, como consequência da violência, tiveram que se deslocar de regiões rurais para a cidade. Tais episódios estão conectados entre si: por um lado, influenciam de forma direta a formação de sentidos e significados sobre a sociedade, por outro, as instituições de vítimas, os grupos armados ilegais e o Estado. A vitimização é um entrançado de fatos que forma uma rede complexa. Nesse sentido, o conhecimento derivado desta análise pode ser generalizado, pelo menos de forma parcial, para compreender a experiência de outros sujeitos que tenham sofrido formas de violência.

Quais os sentidos que serão construídos pelos familiares de desaparecidos sobre a sociedade em geral, sabendo que esta os etiqueta como possuidores de um estigma? Na próxima parte serão analisados os sentidos e significados que familiares de desaparecidos constroem sobre o Estado, as instituições que prestam atendimento às vítimas do conflito armado, o outro em geral e os grupos armados que protagonizaram os atos e as ações violentas contra si mesmos e suas famílias.

5.2 Sentidos sobre a sociedade as instituições e organizações de atendimento a vítimas do conflito armado

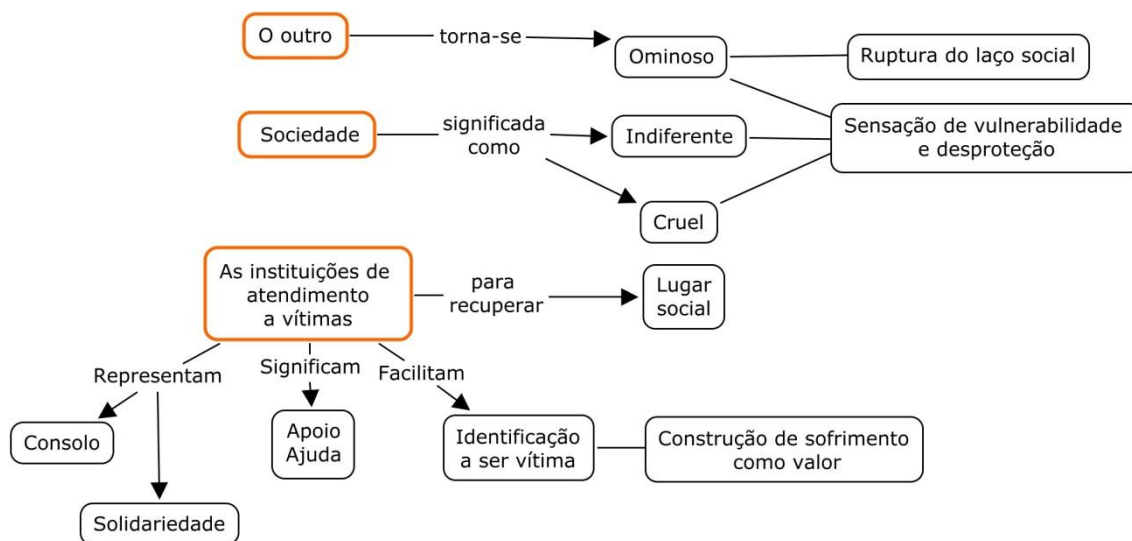


Figura 4 - Representantes do Outro: solidariedade, crueldade ou indiferença

A palavra sociedade deriva-se do latim *societas*, que significa associação amistosa com outros. Ela poderia se definir como o conjunto de pessoas que compartilham costumes, crenças e interesses que interagem entre si. Entendida desse modo, a sociedade é parte fundamental da identidade, quer dizer, nela encontram-se os aspectos comuns que servem para identificar a pertença ou não de um sujeito a um grupo. Os familiares de vítimas de desaparecimento forçado fazem parte de uma sociedade – partilham crenças, valores, costumes etc. com outros sujeitos. O que acontece após o episódio violento no relacionamento desses sujeitos com sua comunidade, com as instituições envolvidas no processo de reparação, o governo nacional e os mesmos algozes? Essa é a pergunta que pretendemos responder neste capítulo.

5.2.1 O outro e as rupturas do laço social

A partir da experiência violenta uma das *bases da construção da identidade*³³ é *vulnerada*; o outro desconhecido vira alguém **ominoso** do qual se desconfia: “às vezes

³³ Para Revilla (2003), a identidade encontra-se ligada a quatro ancoragens. Uma delas é relacional e consiste na confiança de que o outro agirá dentro de certas margens esperadas. A experiência violenta apaga essas margens, fazendo com que o outro desconhecido possa ser considerado ominoso.

desconfio de pessoas estranhas porque a gente fica marcada com tanta violência que há, e também de sair com alguém que não sabemos quem é” (M. de Jesus. C.F., marido, 1993). Aquele que não se conhece representa o possível agressor. Ser vítima da violência cria a expectativa de que alguém que chega à sua porta pode torná-la vítima de novo. Quando não se conhece a verdade sobre o acontecido com o familiar, é compreensível que os atos de violência sejam esperados de qualquer um que não se conheça.

Os sentidos que familiares de vítimas elaboram sobre o outro como semelhante (outro que compartilha vários elementos fundamentais da sua identidade social como a nacionalidade, a ocupação, costumes e valores) é o de indiferente e sem nenhuma solidariedade. O sofrimento do outro não diz nada a respeito de si próprio.

Enquanto não forem tocadas suas fibras as pessoas não sensibilizam como deveriam. Digo isto porque, por exemplo, eu e a minha esposa assistíamos as notícias e víamos que alguém desapareceu e sentíamos pesar, só isso, o que mais a gente podia fazer? Você não podia ajudá-los, até que um dia aconteceu com a gente e percebemos que a coisa é difícil e que da mesma forma como temos mostrado solidariedade com muitas pessoas, também gostaríamos que mostrassem solidariedade com a gente, mas infelizmente há muitas pessoas que não têm realmente sensibilidade. Acredito que seja porque há tantos desaparecidos, que é o pão de cada dia. (Xavier, filho, 1998)

A leitura que há por trás do trecho acima é que existe uma **vanalização e naturalização da violência** na sociedade colombiana. As agressões e formas de violência se repetem e acontecem com tanta frequência que as pessoas se acostumam a conviver com elas, pois o fato tem a ver com o outro e não consigo mesmas. O desaparecimento de pessoas (e outros tipos de crimes) passou a ser rotineiro e parte integrante da cotidianidade. O outro, portanto, se julga **insensível**, desprovido de solidariedade.

No entanto, essa indiferença, percebida durante a maior parte do conflito, pode mudar quando os meios de comunicação colocam como um dos pontos centrais da sua agenda os afetados pelo conflito:

Agora as pessoas não são como eram antes que não eram sensíveis com as vítimas; agora são os meios de comunicação que estão publicando mais sobre as vítimas e sobre os desaparecidos. Pela mídia é que podemos saber o que aconteceu no país com os desaparecidos. *Las Madres de la Candelaria* também se fizeram conhecer depois de tanto insistir todas essas quintas feiras a cada oito dias, na Igreja da Candelária. (Anna de D, irmão e primo, 2002 e 2003)

A forma como os meios de comunicação divulgam os eventos relacionados ao conflito armado tem a ver com tal “vanalização”. Uma análise das matérias publicadas sobre o fenômeno do desaparecimento forçado em dois jornais nacionais da Colômbia, uma revista e o *site web* da rádio de notícias mais importante na Colômbia entre 2009 e 2010, mostra que

apesar da dimensão do problema, o acompanhamento da situação dos familiares dos desaparecidos e as informações sobre o fenômeno na mídia não eram abundantes para essa época. A maioria das matérias falava sobre as vítimas do conflito armado em geral e, entre as centradas nos desaparecidos, o tema mais destacado é o relacionado à legislação do processo de reparação. Tal situação, predominante até 2010, mudou quando foi aprovada a Lei de Vítimas em 2011. A partir daí o acompanhamento da mídia tem sido geral, reconhecendo ao Governo as positivas implicações sociais e políticas da iniciativa. A visibilidade dos afetados pelo conflito armado é um primeiro passo para sua reparação e, mais que isso, é o início do caminho para reconhecer, como pares, aqueles que têm sido ignorados, estigmatizados e tratados com crueldade, fatos que configuram formas de vitimização secundária:

Como somos chamadas? É como o que aconteceu hoje no átrio de La Candelaria, as pessoas nos veem lá em pé com cartazes e nos dizem velhas loucas, saiam pra rua para serem atropeladas que estão obstruindo caminho. Nós somos seres que não podemos confiar em ninguém, porque até mesmo a sociedade e as pessoas que dizem que estão a trabalhar para nós e ajudar-nos não são de confiança, porque, às vezes, ficam por perto e acariciam o ombro porque somos vítimas, e depois eles começam a pedir coisas em nosso nome e não nos ajudam. (M. Agustina. G1, filho, 1999)

Os sujeitos que integram um grupo que reivindica seus direitos como vítimas da violência através de ações públicas, às vezes, se tornam alvos de agressões. Por tal motivo, o sentido construído sobre o outro é de crueldade; em outras palavras, o estigma de ser vítima revela-se na **crueldade** do outro, que em princípio não é o carrasco e, portanto, não se espera aquilo dele.

A participação política em um agrupamento que reúne afetados pela violência tem efeitos sobre a identidade que pode ser sustentada a partir da pertença a tal organização que reivindica os direitos de vítimas da violência, já que uma das “propriedades fundamentais da identidade é seu caráter e seu teor de oposição, o que possibilita a afirmação de um indivíduo em relação a outros indivíduos e de um grupo em relação a outros grupos” (Galinkin & Zauli, 2011, p. 254). Indo além, poder-se-ia pensar a identidade como uma moeda composta por duas caras; uma delas seria a que identifica o igual (Galinkin & Zauli, 2011) e a outra, a diferença. Essas diferenças podem ser valorizadas de forma positiva ou negativa e de tais valorações se derivam os fenômenos de exclusão: o outro diferente (estrangeiro, forasteiro, rival), neste caso, aquele que faz parte do grupo das vítimas da violência, que reclama e denuncia, carrega o estigma, o distintivo pelo qual é agredido e excluído pelos mesmos sujeitos com os quais compartilha costumes, nacionalidade, crenças, etc., ou seja, sujeitos com os quais integrava uma sociedade.

(...) é bem frustrante para a gente... Eu assisto ao jornal e vejo que a Colômbia é tão grande e tem tantos policiais, mas às vezes você se sente sozinho, porque você vê os paramilitares matarem, desmembrarem, corpos que são jogados no rio. Penso que com tantos policiais e a gente tão sozinho, porque os paramilitares e as guerrilhas fizeram o que quiseram, e agora tudo está mais calmo, mas a gente viveu num tempo em poder dos violentos. (Lúzia, G2, irmão, 2004)

O que se retrata aqui é a sensação de **vulnerabilidade**, de **desproteção**, experimentada pelas pessoas que viveram em comunidades dominadas por grupos armados ilegais. Nesse estado de coisas, as instituições do governo praticamente eram inexistentes ou inúteis. Em meio a uma sociedade com instituições inoperantes e indiferentes, os familiares de desaparecidos demandaram organizações que se interessassem por sua situação e os apoiassem:

Gostaria que o Governo, as pessoas que têm a ver com isso, ou ONGs, se interessassem pelo desaparecimento. É que eu vejo muitas pessoas falar do sequestro, da *Operación Jaque*³⁴, legal ter liberado todas essas pessoas, mas não é o mesmo o sequestro ao desaparecimento, porque você sabe onde está sua amada sequestrada, você a vê lá, enviam provas de sobrevivência, se estiver bem ou mal, você sabe onde está, mas quem se interessa pelos? [Gostaria] de achar uma organização, uma ONG, que esteja interessada, mas realmente, (...) O que precisamos as famílias dos desaparecidos? Que encontremos os familiares e a verdade. (Flora, Filho, 2000)

Apesar de já existirem organizações dedicadas ao atendimento de vítimas da violência, os familiares de desaparecidos reclamam por uma instituição exclusiva para eles, que tenha as ferramentas necessárias para encontrar os entes queridos e esclarecer o ocorrido. Ao mesmo tempo, a experiência dos familiares de desaparecidos forçados é significada como mais sofrida e intensa que a de outras pessoas que sofreram a violência do conflito armado, fato que é usado como uma forma de justificar a demanda. No fundo, o que se procura é o reconhecimento do outro, o reconhecimento do sofrimento e o alívio da solidão pelo abandono e a indiferença das instituições governamentais.

5.2.2 As organizações de vítimas: Conforto, identificação e reclamação de direitos

Uma das respostas a essa falta de reconhecimento do outro são justamente as organizações de vítimas. Conforme foi descrito anteriormente, catorze dos entrevistados pertencem à *Organización Madres de la Candelaria*, ONG que procura visibilizar a

³⁴ A Operação Xequê foi a liberação pelo exército de Ingrid Betancourt, junto com alguns militares colombianos e três cidadãos dos Estados Unidos. Essa operação foi muito publicitada na mídia.

problemática de familiares de desaparecidos forçados e reclamar seus direitos. Quais são os sentidos construídos sobre esta e outras instituições que prestam atendimento a vítimas da violência? Quais os efeitos de pertencer a uma dessas organizações?

Nesse contexto, a organização de vítimas ocupa o lugar vazio que deixa o Estado e busca lutar pela reivindicação dos direitos dos familiares de desaparecidos, tornando-se ao mesmo tempo um espaço de participação e exercício político, como narrado por sua fundadora:

Percebemos que neste país, sobretudo em Antioquia, estavam desaparecendo muitas pessoas. Aqui não se respeitavam jovens, crianças nem adultos. Eu falei com o Governador de Antioquia daquela época, Guillermo Gaviria, na campanha para que quando chegasse ao Governo nos ajudasse, então ele me disse que tínhamos que nos organizar. Eu estava organizando mais quinze mulheres que participavam nas marchas que se faziam no país contra o sequestro. Nas manifestações que terminavam no *Parque de Banderas*³⁵, onde eu as esperava com o Padre Cataño, conheci a muitas e fiquei com o telefone de algumas, as visitei e falei para elas que era responsabilidade das mães das vítimas, que nos organizássemos. Naquele momento tinha os olhos por aqui³⁶ e estava pesando 38 quilos. Falei para elas que devíamos procurar um lugar para nos reunir. (Tere, filho, 1998)

A Organização de vítimas apresenta a possibilidade de **ganhar um lugar perdido** no conjunto da sociedade e de legitimar-se como cidadão, realizando ações com vistas a demandar justiça pelas ações criminosas sofridas. Assim, a ONG conforma um coletivo no qual seus membros adquirem segurança e força para reclamar, o que não tinham quando estavam isolados:

Então foi quando eu tive *verraquera*³⁷ foi quando eu disse, eu tenho deixar o medo, tenho que lutar por um ente querido que desapareceu, eu estou aqui e eu tenho que fazer tudo ao meu alcance, então eu comecei a deixar o medo, comecei a sair, a vir nas Madres de la Candelaria, naquela época estava o governador Guillermo Gaviria, e ouvi a propaganda na televisão e vim à comemoração aqui da igreja La Candelaria. Falamos com as outras mães e fomos convidadas para cada oito dias ao plantão e cada oito dias eu não faltava. Eu comecei a vir e se tinha que fazer algum trâmite perguntava para as colegas que me acompanhava. Desse jeito abandonei o medo e um ano depois comecei a trabalhar aqui em Medellín e vinha com mais segurança. (Marta, marido, 2001)

Deve-se considerar a origem rural e o baixo nível de escolaridade da maioria dos afetados pelo conflito, inclusive dos familiares de desaparecidos; características que se encontram associadas ao desconhecimento dos trâmites necessários nos processos de reparação empreendidos pelo Estado depois da *Ley de Justicia y Paz* e em 2011 com a *Ley de*

³⁵ Praça central da cidade de Medellín.

³⁶ Faz um gesto para mostrar que se encontrava muito magra e fraca fisicamente.

³⁷ Gíria usada na Colômbia, e especialmente no departamento de Antioquia para designar coragem, valentia.

Víctimas. No caso, a *Organización Madres de la Candelaria* nasceram da iniciativa de uma mulher que já trabalhava como administradora de uma corporação do município de Medellín, com um grau de instrução superior à média dos outros familiares de desaparecidos. A ação da ONG é um **apoio**, uma **ajuda** para aqueles que não tinham as ferramentas necessárias para enfrentar a burocracia, como relatado pela mãe de uma garota de 17 anos, desaparecida há sete anos: “[aqui me assessoram para] levar documentação e denunciar porque eu não fizera praticamente nada. Eles me *empurravam* para que fosse denunciar. Comecei desse jeito até que agora fiz os trâmites e estou esperando que me respondam” (Rosita, filho, 2003).

Um segundo teor de sentidos sobre o papel das organizações de vítimas destaca as funções e efeitos na forma de se encontrar com o sofrimento e a perda, como descrito por uma de suas integrantes:

Fui acolhida por pessoas que sentem a mesma dor que eu sinto, eu pude chorar no ombro das colegas, conheci muitas pessoas valiosas, eu mudei muito, porque antes nunca saía da minha casa, agora o entorno é diferente, eu saio, providencio minhas coisas, já anseio vir a qualquer hora e tudo se tornou mais fácil. (Maria, marido, 2001)

Pertencer à *Organización Madres de la Candelaria* ou a outra organização afim significa **sentir-se rodeado**. Esta e outras ONGs acolhem pessoas que sofreram os efeitos da guerra e facilitam processos de identificação entre os membros, com efeitos de apaziguamento do sofrimento e até transformações subjetivas:

Para nós foi um grande apoio. Eu tenho encontrado muito apoio de Tere, Eugenia e todo o pessoal faz parte do movimento. Reunimo-nos partilhamos nossas dores e assim as vamos enfrentando; é melhor do que individualmente. (Xavier, filho, 1998)

Destacam-se dois elementos: a ONG apoia e ao mesmo tempo é um espaço para tramitar o sofrimento no encontro com semelhantes que sofreram uma experiência parecida. A organização de vítimas lhe outorga um lugar simbólico, um sentido à experiência violenta, porque se antes a pergunta era ‘por que aconteceu comigo?’, testemunhar o sofrimento dos outros numa situação parecida ou pior permite regular o sentimento de solidão e constitui uma forma de consolo. O paradoxo é que quando o outro se torna um espelho do horror, aquilo **causa bem-estar**:

O mesmo drama, a mesma situação, a mesma incerteza, **muito bom**... Porque por exemplo, a uma lhe desapareceram dois filhos (...), os desapareceu “Menin”, e ele disse que haviam sido mortos no carro e que foram jogados no rio. Outra se chama Bernardina e vive em Guarne; desapareceram-lhe quatro, mas ela apenas procura o marido foi as FARC, o frente 47. Por Aurora sinto muita pena, desapareceu o filho dela e ela parece uma uva passa, uma velinha pequenininha e ela não era desse jeito, era muito animada e trabalhava e agora não, anda por instinto e a gente vê ela no

centro e lhe pergunta – e você o que esta fazendo? - Procurando se meu garoto está por aqui. Então sei que compartilho o mesmo sofrimento com elas, a mesma dor, a mesma incerteza (Flora, filho, 2000)

Tal estado de “bem-estar” talvez possa ser explicado pelo perigo que evidencia Ricoeur (2010) porque “ter sido vítima dá direito a se queixar, protestar e reclamar’. Essa postura gera um privilégio exorbitante, que põe o resto do mundo em posição de devedor de promissórias” (p. 99). O destaque aqui é para denunciar a comodidade que o lugar de vítima pode oferecer quando o sujeito, tendo as condições para mudar, permanece usufruindo um lugar de conforto que, finalmente, pode se tornar mais um obstáculo ao processo de elaboração da perda.

Por outro lado, a dinâmica relacional nas instituições de atendimento se traduz em uma transformação identitária porque, como afirmam Galinkin e Zauli (2011, p. 255),

a identidade é, pois, necessariamente relacional e constitui-se nas interações entre indivíduos ou grupos em diversos contextos sociais. Além disso, só faz sentido em contextos relacionais específicos. Nas relações sociais, opera como um código de categorias que ‘comunica’ as formas possíveis de interação, os lugares sociais dos sujeitos nessas relações, os valores atribuídos às pessoas, aos grupos em contato.

Nesse sentido, o **sofrimento no contexto de um grupo de vítimas da violência pode se tornar um valor**, um refúgio especular que configura mais um obstáculo para a resolução do luto. Ao mesmo tempo é um espaço que pode favorecer efeitos terapêuticos, porque legitima a exteriorização do sofrimento e a verbalização que em outros contextos é barrada:

[uma vez fui à *Madres de la Candelaria*] e alguém comentou que nove familiares seus tinham sido assassinados, então a gente começa a ouvir tantas coisas tristes e vê que a tristeza não é apenas da gente, mas de tantas casas. Se eu sinto dor pelo desaparecimento do meu irmão, há outros que têm três ou quatro parentes desaparecidos, então eu voltei para casa mal. Além disso, meu marido me disse que se eu ia nessas reuniões para chegar em casa a chorar, então era melhor não ir, então melhor parei de ir. Fiz a documentação. Fiz a documentação para ter a esperança de que se aparecer o vão entregar. (Lúzia, irmão, 2004)

O encontro com o outro espelho materializa a possibilidade de desmanchar o sentimento de pena e dor, numa espécie de **sofrimento coletivo** sem limites claros que, como expressamos antes, pode constituir um impedimento para a tramitação da perda pelas vias simbólicas e inclui o perigo de afirmar a identidade ao redor do significante vítima. Mas, embora exista esse perigo, tais organizações oferecem um espaço com atividades propícias para verbalizar e dizer o não dito, facilitando um caminho para a elaboração do trauma. Ao

mesmo tempo, oferecem um lugar social legítimo e o acompanhamento dos processos de restituição de direitos:

Primeiro, a associação [*Madres de la Candelaria*] gera confiança porque ninguém acreditava nas vítimas, da mesma forma como ninguém acredita nos deslocados forçados. É produzir essa confiança e credibilidade nas pessoas. Em segundo lugar, prestar assistência e apoio às mulheres que vêm pela primeira vez, que nunca se atreveram a falar de sua dificuldade, da sua experiência. Em terceiro lugar, ouvir as mulheres, porque é mais difícil para uma mulher ou um homem que vai contar sua história e respondem para não ir com essa história de novo. Eu experimentei isso, fui rejeitada na promotoria. Quando Mancuso se desmobilizou, ele mesmo falou que controlava a promotoria com um dedo, senti vontade de parti-lo. [Segundo ele] quando chegavam as denúncias na promotoria eram ignoradas, por isso não estava o arquivo do meu filho que denunciei três vezes. Mas, eu continuo aqui e todas as pessoas sabem o que aconteceu. As outras vítimas veem na gente um referente um grande exemplo, porque a gente foi quem primeiro em Antioquia denunciou todos os desaparecimentos e ficar em um parque, no parque de Berrío³⁸ a gritar ‘os queremos vivos, livres e em paz’. (Tere, filho, 1998)

Se a falta de significação sobre o desaparecimento do ente querido é um obstáculo para o trabalho do luto, o trabalho da ONG dá sentido à tragédia. Em outras palavras, o desaparecimento faz sentido porque motivou a criação de uma organização que acolhe, ajuda e até outorga um sentido ao sofrimento de outras pessoas em situação parecida, e também porque representa uma esperança³⁹: “nunca chegou aos meus ouvidos que ele estivesse em algum lugar, e nós estamos aqui nas Madres de la Candelaria com a esperança de encontrar algum dia a verdade de onde estão as nossas famílias, [e saber] o que aconteceu com eles para um ter um alívio” (Maria Diosa, G3, filho, 2003).

No entanto, a esperança atua de duas formas contraditórias: por um lado, eterniza o sofrimento e mantém a ferida aberta por se esperar pelo retorno do ente querido vivo; por outro lado, ela é esperança de **saber**, ou seja, a ONG representa a possibilidade de esclarecer o acontecido e, portanto, dá **a tranquilidade e o alívio** que acompanha a certeza.

Mas nem todos os sentidos sobre as organizações que atendem os familiares dos desaparecidos são positivos:

Existem muitas organizações que apoiam e acompanham a gente, mas, por exemplo, essa organização que aqui em Medellín se chama Asfades⁴⁰ me derrubou no dia em que eu fui lá e me levaram numa habitação com a foto do meu filho e me perguntaram pelas características dele, com os psicólogos. Então, peguei um documento da Promotoria que o descrevia com as sobrancelhas espessas, todos os sinais particulares do meu filho, e um psicólogo me disse: *ele já não tem as sobrancelhas espessas*; ele tinha um brinco na orelha, *já não o tem*; ele tinha uma

³⁸ Praça fundamental do centro de Medellín.

³⁹ Não se pode esquecer que o nome completo dessa ONG é *Organización Madres de la Candelaria, Caminos de Esperanza*.

⁴⁰ *Asociación de Familiares de Detenidos y Desaparecidos*. ONG que acompanha a busca de desaparecidos forçados e os processos de justiça e memória.

unha negra, *que não*; ele tinha um sinal no estômago, *não tem mais isso*, eu disse: como assim? Porque ele não tem mais nada disso? - *Seu filho está morto*. Como é que a gente vai procurando ajuda e é desmoralizado dessa forma?! (Flora, filho, 2000)

Nesse caso, uma oficina que tinha por objetivo conscientizar os familiares da morte dos entes queridos desaparecidos é rejeitada porque significa a **morte da esperança**. Embora não tenhamos elementos para avaliar a forma como foi conduzida a oficina, o trecho revela a resistência diante da possibilidade de concretizar a morte do ente querido, resistência já denunciada por Freud como existente no trabalho do luto normal.

A organização de vítimas também pode ser representada como uma instituição que abusa e que não trata com equidade as pessoas que procuram ajuda nela:

[a *Madres de la Candelaria*] se aproveita um pouco da dor das vítimas. Procuram o caso mais escandaloso, o que toca o coração de alguém, mas se a pessoa não sabe se expressar, escolhem outra que saiba. Quando chamam a todas as mães? Quando precisam da presença massiva, quando as humilham? Quando dão para elas 2.000 míseros pesos para a passagem e muitas delas iam andando para reclamar esse dinheiro e comprar meio quilo de arroz. (Amalida, irmã, 2001)

Apesar de não ser comum, o julgamento negativo sobre a instituição *Madres de la Candelaria* contradiz os outros sentidos construídos sobre ela como uma organização que ajuda, acompanha e traz certo sossego a seus membros. A irmã de uma mulher desaparecida parou de participar porque se sentiu humilhada. Para ela, existe uma espécie de hierarquia entre as vítimas, que é determinada pelas coordenadoras da ONG. O resultado seria que alguns membros são mais bem tratados que outros e, ao mesmo tempo, algumas ações da ONG são humilhantes e ocultam interesses políticos particulares que não procuram beneficiar os afetados pela violência.

Os familiares de desaparecidos também se agrupam ao redor de instituições que não foram criadas especificamente para tal fim. É o caso das igrejas cristãs ou católicas que se tornam uma espécie de refúgio, uma saída, uma forma de construir um sentido em torno do sofrimento:

Foi difícil para mim, eu chorei, estive três meses só chorando, pensava, onde estará meu filho, o que aconteceria com ele? Não sabia onde começar. Era um dilema dia e noite. Eu deitava à uma da manhã e a uma e vinte já estava acordada pensando, esperando a ligação do meu filho porque todos os dias ele ligava às seis (...) Foi duro, o padre me convidou a participar dos grupos de oração e lá encontrei o apoio, o alívio. Foi o que Deus me apresentou, colocou-me nas mãos dele, me procurou, me encontrou e eu o aceitei. Desde que estou nos grupos de oração sinto que é duro, mas continuo aí, Deus está e me mantém fortalecida. Falam para mim que com tudo o que me aconteceu era para que estivesse louca ou morta, mas Deus me tem aqui e sabe para que me mantém. (Piedade, G3, filho e marido, 1996)

Diante da angústia e do sofrimento, uma alternativa é recorrer à religião, instituição que gera certo conforto e consolo, sobretudo em um contexto cultural onde o catolicismo é muito forte e a igreja ainda é uma referência social respeitada. Através da religião é possível dar sentido à tragédia, considerar-se escolhido para sobreviver e tolerar a pena como se fosse um desígnio divino. Deus se torna a saída para que se dê significado àquilo que ultrapassa as capacidades discursivas do sujeito, neste caso, a angústia que provoca a incerteza. A análise do caso do morador de uma vila que foi atacada por grupos armados ilegais conclui o mesmo. Para Muñiz e outros (2005), o encontro com o real da morte que produz um trauma é elaborado recorrendo a Deus como a única saída para significar o acontecido.

Finalmente, as organizações de vítimas – *Organización Madres de la Candelaria* e outras – cumprem pelo menos três funções: facilitam a expressão do sofrimento, que às vezes é barrado na dinâmica familiar; acompanham os procedimentos legais necessários para a reparação ou para a identificação dos familiares, nos casos em que a pessoa desaparecida é encontrada, constituindo-se como depositárias da **esperança** de saber e sossego; restituem um lugar social para seus integrantes como afetados do conflito armado, através da participação política, como se observa na Figura 5, fotografia tomada durante protesto semanal realizado no centro de Medellín.



Figura 5 - Familiares na Igreja de la Candelaria, Medellín⁴¹

Além das organizações de vítimas, a realidade dos afetados pelo conflito armado encontra-se formada por instituições governamentais que têm algum envolvimento com a condição de vítimas e, de outro lado, os grupos armados ilegais que realizaram as agressões. A significação construída sobre ambos os tipos de instituições serão analisadas no próximo trecho.

5.3 Sentidos sobre o Estado e os grupos armados ilegais para os familiares dos desaparecidos

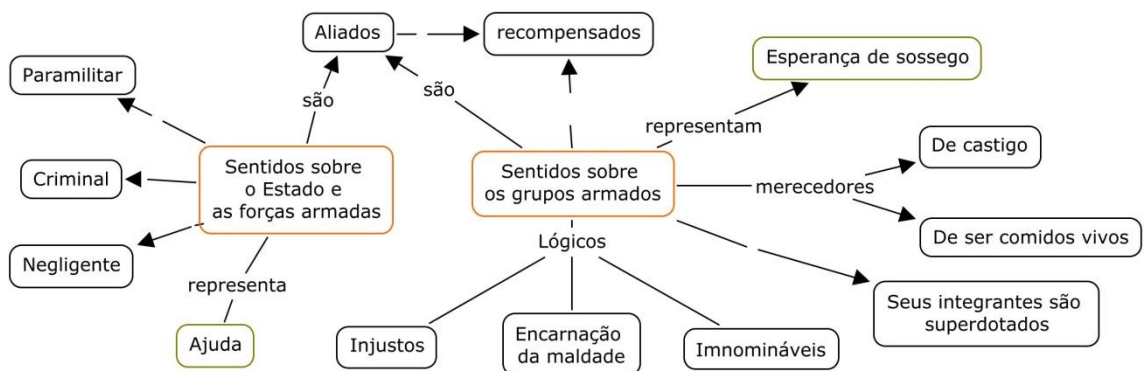


Figura 6 - Estado e grupos armados ilegais: carrascos e salvadores

Pode parecer estranho agrupar os sentidos sobre instituições legais e ilegais. De fato, inicialmente estariam em seções diferentes, mas a análise das falas permitiu definir que era mais indicado e compreensível apresentar os resultados desta forma, porque tanto as organizações armadas ilegais como as legais fazem parte, em muitos casos, do mesmo universo de agressores dos sujeitos afetados pelo conflito armado. A violência não é exercida apenas por guerrilhas e paramilitares, mas também pelo próprio Estado. Por esse motivo, a construção de sentido feita pelas vítimas pode abranger ao mesmo tempo as três partes envolvidas na confrontação. Em segundo lugar, acreditamos que essa abordagem permitirá a compreensão de uma dinâmica complexa, enquanto não têm limites claros e definidos, pelo

⁴¹ Esta fotografia foi autorizada pelos familiares de desaparecidos forçados, que semanalmente protestam em frente à Igreja de la Candelaria no centro de Medellín.

contrário, os sentidos construídos sobre umas e outras organizações contradizem as funções sociais que, *a priori*, deveriam exercer esses tais atores sociais.

O primeiro grupo de sentidos sobre os grupos armados ilegais foi denominado **significado lógico**: aquele que responde ao sentido comum quando uma pessoa é perguntada sobre o que opina do grupo armado que desapareceu o seu ente querido. A primeira resposta, então, define os grupos e seus integrantes como **encarnação da maldade**. São descritos como cruéis, perpetradores de um ato que causa um sofrimento tão grande que não têm nome: “minha mãe me diz para não ir lá porque eu sou muito grosseira e falo o que tem que falar. Eu gostaria de inventar uma palavra que pudesse afetar a todos os que fazem mal às pessoas (...) porque das que sei, de ‘a’ a ‘z’, nenhuma cabe” (Amalida, irmã, 2001). Os carrascos, portanto, entram na categoria de **inomináveis**.

Mas, por que são nomeados como maldosos? São colocados nessa categoria apenas pela ação violenta realizada? Não é exatamente a ação violenta em si mesma a que provoca o julgamento negativo, e sim a falta de justificativa para cometer um crime: “eu digo que é gente muito má, porque nunca confirmavam se era a pessoa que estavam pensando, mas apenas matavam por matar” (Aleida, irmã, 1999). Na mesma direção, outro familiar afirma:

(...) como assim que matam a uma pessoa? São sem alma e sem Deus, porque como assassinam uma garota sem saber de onde é ou para onde se dirige? O correto é que seja investigada, como lhe falei anteriormente, que chegue à família e saiba que essa garota é isso ou aquilo, não ir matando a menina assim, porque sim, por isso me parece que esse pessoal é desalmado e não tem perdão de Deus. (Maria Diosa, filho, 1997)

O assassinato ou o desaparecimento seria compreensível, justificável se a vítima fosse de fato a quem estavam procurando para matar, ou seja, se aquele desaparecido merecesse morrer. Nas duas reclamações no trecho anterior, a primeira vítima desaparecida era um doente mental, aparentemente não haveria motivo algum para acabar com a vida dele; a segunda era uma camponesa sem envolvimento no conflito que ia visitar o pai e foi desaparecida numa *blitz* paramilitar. A crueldade sem explicação, para a qual não existe um sentido, explica-se de novo pela via religiosa, quando se afirma que são pessoas sem alma e sem perdão de Deus.

Ao mesmo tempo, o trecho acima evidencia uma ideia de justiça que justifica o assassinato. Algumas pessoas podem merecer a morte, mas os grupos armados ilegais são especialmente **injustos** por exercerem seu poder sobre quem não cabia.

Os sentidos sobre as ações dos grupos armados ilegais estão marcadas por um julgamento moral. Seus integrantes são vistos como genocidas sem remorso, especialmente os

paramilitares. As suas ações violentas não foram dimensionadas, como se os fatos tomassem um verniz de irrealidade que apenas era possível visualizar com o seu reconhecimento público.

[Soube o que estavam fazendo os paramilitares] pela investigação da Promotoria. Nós ouvíamos falar das autodefesas, mas não prestávamos muita atenção. Eles não eram ninguém para chegar a matar todo mundo. Todas as pessoas que se deslocavam pelas estradas e os campos não eram guerrilheiros e se o fossem também não tinham direito de matá-los porque era uma vida humana. Agora, há tantas vítimas, muitas viúvas, órfãos, mães, irmãos que não sabem onde eles estão, o que fizeram com eles, onde eles estão... O que sabemos é que os queimaram com pneus, os jogaram nos rios ou os desmancharam com uns líquidos que eles usavam (...). Eles tinham uns produtos químicos que colocavam nos corpos e os desmanchavam. O da incineração nos pneus eu não acreditava, mas quando nos falaram isso, para mim foi a dor de maior pensar onde terá ficado [meu irmão] e o que ele teve que passar. (Dana de D, irmão e primo, 2001)

Como em alguns testemunhos de sobreviventes da *Shoá* durante a segunda guerra mundial (que não acreditavam que um extermínio em massa de judeus estivesse acontecendo), os afetados pelo conflito armado só tomaram conhecimento da dimensão do acontecido depois que começaram as investigações da promotoria com a desmobilização dos paramilitares e alguns depoimentos de comandantes paramilitares foram divulgados pela mídia.

Durante o processo de reparação algumas vítimas se encontraram cara a cara com os carrascos que foram submetidos à justiça. Nessas situações, até o próprio encontro com o algoz parece estar revestido de irrealidade:

O primeiro dia que enfrentei os paramilitares na prisão de máxima segurança o que vi primeiro foi o Don Berna⁴²; não sei o que aconteceu comigo, mas eu fiquei olhando para ele e via a maldade nesse senhor. Naquele momento desmaiei e ele ia me segurar, mas eu disse que não. Lá estava Sergio Fajardo⁴³, o secretário de Governo e outros e entre as pessoas que estavam me ajudando e via a cara de Don Berna e não podia ser que esse senhor que tinha matado tantas pessoas neste país me estivesse dando a mão. (Tere, mãe, 1998)

Encontrar-se com os paramilitares é justamente **enfrentá-los**, palavra comum na esfera militar. Ao mesmo tempo, o enfrentamento tem efeito sobre o corpo e o sujeito desmaia; depois a cena toma um ar absurdo quando justamente uma das pessoas envolvidas no desaparecimento do próprio filho é a que oferece ajuda e conforto. Surge a contradição: como é que aquela pessoa que cometeu tantos crimes, a mesma que encarna a **Maldade**,

⁴² Seu verdadeiro nome é Diego Fernando Murillo; chefe paramilitar, traficante e comandante do *Bloque Cacique Nutibara*, que operava principalmente na cidade de Medellín. Fez parte do processo de desmobilização dos paramilitares e foi extraditado aos Estados Unidos em 2008.

⁴³ Prefeito da cidade de Medellín naquele momento.

alguém que causou tanto sofrimento, pode oferecer ajuda? Esta é uma situação inacreditável que se torna impossível de significar.

Os realizadores das ações violentas despertam nos familiares das vítimas diversos sentimentos; eles **merecem castigo**:

Eu vejo na televisão os paramilitares quando estavam sendo levados [para os Estados Unidos] e não entendo. Se deviam tanto na Colômbia, porque foram extraditados? Porque não os deixaram falar o que tinham para falar, porque não o permitiram? (Lúcia, irmão, 2004)

O castigo deveria ser, neste caso, uma pena de prisão na Colômbia e prestar os depoimentos que aclarassem os seus atos durante a sua participação no conflito armado. No entanto, a extradição para os Estados Unidos da América da maior parte dos chefes paramilitares favorece que esse **desejo de castigo** não seja canalizado e satisfeito pelas vias legais, e sim através do real da passagem ao ato:

Eu não sou má, mas se alguém me disser quem foi que matou meu filho, **eu o comeria vivo**. Isso é algo que, de repente, o entende quem já viveu algo parecido. As pessoas dizem que o dirigente daquela região onde mataram o meu irmão era Jorge 40, e eu o observava tão saudável, com tanta tranquilidade para falar... Mas eu acho que ele não confessou tudo o que fez. Se eu tivesse na minha frente essas pessoas, acho que me tornaria má. (Dana de D., irmão e primo, 2001)

Dentre os elementos analisáveis desse trecho destacam-se três relacionados entre si. O primeiro deles é o significado da maldade e aquilo que a justifica: parece que a experiência de sofrer a violência liberta e justifica que o familiar se torne violento também; aí aparece o segundo, que diz a respeito de **comer vivo o carrasco**, o qual significa dar via livre, na fantasia, aos sentimentos de vingança que são favorecidos pelo não julgamento dos crimes cometidos pelos paramilitares na Colômbia. Não basta matar o algoz, ele deve sofrer, ser comido vivo (na fantasia, até a proibição cultural do canibalismo é ultrapassada). No terceiro elemento ela se coloca no lugar das mães que sofreram o desaparecimento de um filho, mas imediatamente depois se contradiz e reconhece que sabe que seu irmão foi morto, apesar de não ter dados precisos sobre seu assassinato porque até aquele momento estava oficialmente desaparecido. Tal contradição evidencia as incertezas que a condição de desaparecido gera nos familiares.

As fantasias de vingança também fazem parte das crianças, dos filhos dos desaparecidos:

Perguntaram para meu filho no ano passado o que ele estava fazendo de projeto de vida, o que ele queria ser quando crescer, qual profissão gostaria. [E ele respondeu]

vou entrar no mato para acabar com esses filhos da puta que levaram meu pai e não me permitiram conhecê-lo. (Marta, marido, 2001)

Os atos de violência realizados durante o conflito armado afetam a sociedade no seu conjunto e abrangem diferentes gerações, produzindo o que Martín-Baró (1978) chama de espiral violenta. Essa espiral funciona em três dimensões, não apenas influenciando um território e a pessoas que nele habitam, mas também tempos diferentes entre si. Nela, a violência é perpetuada quando as feridas permanecem abertas, ou seja, quando as perdas não são elaboradas. Mas como se produz a elaboração de um fato que não tem perdão, como vários familiares de desaparecidos o testemunham?

Cara, é que nestes casos se perdem as energias, como eu poderia dizer? Perde amor à família, ao parceiro, perde amor ao casal, o mundo se fecha para a gente em ódio. Por exemplo, eu sinto isso e não para, sinceramente eu vejo um desmobilizado, ouço que alguém teve parte nisso (...) e sinto como um rancor, sinto tanto rancor... (Gil, filha, 2001)

O rancor encontra-se associado à impossibilidade de perdoar os carrascos: “eu não sei como existem esposas, mães, eu vi pelo jornal, perdoam a guerrilha e os paramilitares, eu não perdo, é uma coisa muito dolorosa” (Luz Alê, irmão, 1999). A presença de rancor, ou dito de outro modo, a impossibilidade de perdoar é prova da não elaboração do luto. Como afirma Ricoeur (2010), o trabalho da memória, o do luto e o do perdão se complementam entre si. Para ele, “se uma forma de esquecimento⁴⁴ puder ser legitimamente evocada, não será um dever calar o mal, mas dizê-lo de um modo apaziguado, sem cólera. Essa dicção tampouco será a de um mandamento, de uma ordem, mas a de um desejo no modo optativo⁴⁵” (p. 462). No fundo, trata-se de uma forma de conceber o luto como uma cura da memória, na qual é possível evocar o acontecimento doloroso de forma serena e, ao mesmo tempo, renunciando ao desejo de vingança, abandonando à pretensão de “comer vivo o carrasco”. Um dos entrevistados diz:

Não sei quem são, nem onde estão, o único que sei é que eu os perdoei, porque eu carregando com esse ódio, com esse rancor, com essa raiva que sentia no início do desaparecimento fiquei doente. Tive gastrite, má circulação, dor de cabeça, e faz dois anos que estou melhor desde que os perdoei (...) Antes tomava comprimidos, agora tomo um café, converso com minhas amigas, é diferente, sinto que joguei fora o lixo que estava dentro de mim, descarreguei um peso que não era meu. (Marta, marido, 2001)

⁴⁴ Refere-se ao esquecimento do acontecimento violento.

⁴⁵ O problema do perdão será abordado com maior profundidade no capítulo sobre a elaboração do luto e a sua reparação com a justiça e a verdade.

Ricoeur (2010) resgata ainda uma pergunta sobre a natureza do perdão: será que o carrasco pede perdão para outorgá-lo? A esposa de um desaparecido responde à pergunta pelo viés do perdão como dom que não necessariamente foi pedido. O ressentimento contra os perpetradores do crime é um peso que se carrega e faz **adoecer**. Diante do sentimento de ódio existem duas opções: uma destinada à amargura, que consome o próprio corpo adoecido; nesta alternativa os outros representam o agressor que não pode ser identificado e, portanto, não pode pagar enfrentando a justiça, se produz um deslocamento do afeto que, em termos freudianos, não encontra o objeto certo para descarregar. A segunda alternativa é uma **decisão subjetiva** entendida como uma das alternativas simbólicas para elaborar a experiência traumática (Facio Lince, 2002). É esse o caso do relato anterior.

Existe tanta dificuldade de explicar como os grupos armados conseguiram realizar tantas ações violentas em meio da presença do Estado e da sociedade, que uma das explicações construídas diz que os integrantes de tais grupos (e especificamente dos paramilitares) eram **superdotados**, como relata uma das entrevistadas:

(...) com a inteligência deles, poderiam ter controlado o país de outra forma (...) os chefes da guerrilha e dos paramilitares desenvolvem uma inteligência que eu e muitos gostariam de ter, o sexto sentido deles. Eu acho que a perseguição que eles sofrem porque qualquer um pode matá-los faz que desenvolvam essa inteligência. Eles poderiam ter controlado o país sem tanta chacina. Penso em massacres porque a de Machuca⁴⁶ é inaudito... Pessoas que confessam que mataram 2.500 pessoas, 6.000 pessoas e pronto, pagam um ano de prisão, então penso em me tornar assassina, se pago com um ano de cadeia melhor ir matar... (Luzama, irmã, 2001)

Ao mesmo tempo, a impunidade se converte em justificativa para continuar com os crimes porque é interpretada como permissão.

Entretanto, alguns depoimentos estão permeados pelas contradições e contrastes do princípio ao fim, os carrascos são, ao mesmo tempo, objeto de ódio e de rancor, de esperança e de sossego:

Se aparecer algum desses garotos que levou meu filho Humberto, alguém que saiba dele e me falasse o que aconteceu com ele, eu agradeceria de coração. Eu peço muito a Deus para que eles tenham a coragem de dizer a verdade, não peço nada ruim para eles (...) apenas peço que se alguém souber alguma coisa que nos diga. (Maria Diosa, filho, 2006)

A esperança de achar respostas nos depoimentos às vezes teve uma resposta positiva e às vezes não, mas tais depoimentos em ocasiões como esta se tornam uma forma de vitimização secundária, na qual os próprios assassinos se orgulham das suas ações. Conseqüentemente, o algoz, que significa em um momento **a esperança** de compreensão, da

⁴⁶ Município do departamento de Chocó.

prova de realidade e, portanto, de sossego, vira o **merecedor do castigo divino**, única saída diante da inoperância da lei terrena:

Em 2005, quando esses homens se desmobilizaram e começaram as versões livres, aquilo nos alegrou muito porque pensamos que eles iam contar tudo (como os prenderam, como os mataram, se os tinham em cativeiro) por isso, estou muito feliz porque pensei que eles iam dizer a todos exatamente como e onde eles foram pegos ou mortos se eles fizeram. Mas o paramilitar que podia contar o que me interessava era um senhor velhinho que comandava no Magdalena Medio⁴⁷ e falou bem tranquilo que (...) ele não mandava recrutar os garotos para engordá-los como porcos, mas os matava logo. Deu-me uma coisa, e lhe disse que apenas merecia morrer, apodrecer e que Deus o castigasse. (Tere, filho, 1998)

Existem diferenças entre a forma como são representados os comandantes e os integrantes dos grupos armados que não têm poder de mando. Estes últimos são eximidos da responsabilidade, embora sejam, na maioria das vezes, os executores diretos das ações criminosas:

Veja, eu não sinto raiva deles porque tenho conversado com muitos desmobilizados guerrilheiros e paramilitares e me disseram que estando lá [na organização armada] eles têm que cumprir ordens dos chefes porque senão são mortos (...) eu já falei com alguns deles que me perguntaram como me sentia com o desaparecimento do meu filho e eu respondi que se soubessem o dano que fazem fisicamente às pessoas não o fariam, e a resposta deles foi que eram iguais aos soldados que prestavam serviço militar no exército e cumpriam ordens do Presidente, eles também tinham um Governo e deviam cumprir as ordens. (Maria Diosa, filho, 2003)

Para alguns familiares de desaparecidos, os responsáveis pelos desaparecimentos são chefes guerrilheiros e paramilitares que davam as ordens, os outros integrantes seriam apenas os executores sem capacidade de decisão.

Uma das conclusões desta análise é que as vítimas precisam responsabilizar alguém pelos danos sofridos, mas esse alguém não necessariamente é o executor do crime, pode ser também outro integrante da organização armada. Pode ser, inclusive, o Governo ou algumas das forças militares do Estado. Em segundo lugar, a última fala reproduz o pensamento de alguns desmobilizados a respeito da sua participação em atos de violência durante o conflito armado. Eles se eximem com frequência da responsabilidade, sob o argumento de que estavam cumprindo ordens. Essa mesma saída usaram alguns dos nazistas nos seus depoimentos durante os julgamentos de Nurenberg depois da Segunda Guerra Mundial, evasão de responsabilidade que é rejeitada por Arendt (2001).

Outro aspecto que envolve a construção de sentidos a respeito dos integrantes dos grupos armados ilegais é a noção de justiça, sobretudo em meio a um processo de

⁴⁷ Região central do país influenciada pela passagem do principal rio da Colômbia, o Rio Magdalena.

desmobilização coletiva dos grupos paramilitares, que envolveu a suspensão das penas para a maior parte dos integrantes e uma série de privilégios que não têm outros cidadãos. Por isso, para uma das entrevistadas, eles “estão ganhando um prêmio por tudo de errado que eles fizeram, por matar camponeses inocentes, ou seja, isso é ganhar um prêmio por todo o mal que fizeram” (Anali, filha, 1997). Uma pergunta para ser respondida em outro estudo nos surge: quais são os sentidos construídos sobre o crime numa sociedade na qual os responsáveis por crimes de lesa-humanidade não só não recebem um castigo, mas adquirem uma série de privilégios que uma grande parcela da população não tem?

O medo é o resultado lógico dessa **aliança de grupos armados ilegais e forças do Estado**. É produzida uma situação de terror, na forma como entende Arendt (2001): uma situação na qual (perdida qualquer forma de poder) o próprio Estado se enfrenta com os seus integrantes e qualquer cidadão se torna um alvo de extermínio. Algumas comunidades colombianas experimentaram essa situação durante os anos de conflito.

Enfim, não se deve esquecer que na confrontação bélica colombiana, a partir dos anos 1980, existiram três partes: os órgãos de seguridade do Estado (exército e polícia); os grupos guerrilheiros, que hoje são as FARC e o ELN; e os grupos paramilitares. Nesse contexto algumas unidades do exército e a polícia agiram de forma coordenada⁴⁸ com os paramilitares contra as guerrilhas, motivo pelo qual as autodefesas também são significadas como favorecidas pelo Estado. Quais são, neste cenário, os sentidos construídos sobre o Governo e suas forças armadas? Este será o tema central no último trecho do capítulo.

Em meio a um conflito armado com dois exércitos ilegais (guerrilha e paramilitares) o lógico seria pensar que as forças do Estado fossem vistas como uma possibilidade de proteção, mas não necessariamente é assim. Durante o mês de julho de 2012 o governo de Juan Manuel Santos enfrentou uma das suas piores crises, quando indígenas de várias etnias, agrupados através da *Asociación de Cabildos Indígenas del Norte del Cauca*⁴⁹ (ACIN), armados apenas com paus, obrigaram o exército a se desalojar de uma base militar, com o argumento de que não queriam mais guerra no seu território. Tal fato, que faz parte do contexto de guerra vivido pela Colômbia e que possui maior intensidade em algumas regiões, permite inferir que exército e grupos armados são significados da mesma forma pelos civis: todos geram ações de violência que afetam as comunidades que moram em meio ao confronto:

⁴⁸ Esta afirmação baseia-se em condenas judiciais ratificadas contra alguns militares que realizaram ações criminosas aliados com grupos paramilitares.

⁴⁹ Associação de Indígenas do norte de Cauca.

Decidimos morar aqui [em Medellín] porque o conflito se agravou e se arraigou mais lá [em Urrao⁵⁰] entre *paras*⁵¹ e guerrilheiros, não é verdade? Então ficamos num conflito tremendo, ficamos em meio a três forças; guerrilheiros, paramilitares e o Estado, porque o Estado, quer dizer, o exército e a polícia não deixavam passar os alimentos suficientes para o sítio. (Gil, filha, 2001)

Em regiões de conflito, o ingresso de alimentos às regiões rurais é controlado pelo exército, para evitar que a guerrilha receba os suprimentos necessários através dos civis, o que quer dizer, ao mesmo tempo, que os civis, mesmo sem querer, ficam envolvidos no conflito, sendo, no mínimo, objeto de suspeita para cada um dos três lados envolvidos. A filha do entrevistado foi desaparecida pelos paramilitares quando retornava ao sítio para visitar seu pai, depois de ter se deslocado para Medellín fugindo da guerra. O exército, na experiência desse sujeito, é **uma ameaça a mais**, comparável à ameaça de organizações armadas ilegais.

Mas a leitura que familiares de desaparecidos fazem do Governo vai além. Para eles, o ex-presidente Uribe (que governou até o ano 2010) fez parte dos paramilitares (portanto, foi um **governo paramilitar**)⁵².

Eu quero lhes dizer que penso que enquanto Uribe estiver no Estado nunca vamos saber sobre os nossos entes queridos. Alguns deles, a guerrilha os desapareceu, e o que vai fazer Uribe? Nunca vai ter acordo com a guerrilha; nós não somos culpados de que a guerrilha tenha assassinado o pai de Uribe (...) Por que ele deu tanta preferência para os paramilitares? Por que ele os criou? Ele primeiro fundou as Convivir⁵³, depois as tornou paramilitares e agora mandou Don Berna para os Estados Unidos. (Maria, G1, filho, 1999)

Nessa ordem de ideias, **o Presidente da República**⁵⁴ **é avaliado como uma vítima** que agiu motivada pelo desejo de vingança contra a guerrilha e, por isso, criou os paramilitares. A reclamação se entende porque tal vingança afetou pessoas que não tinham nada a ver com ela, ou seja, a motivação de sua ação seria pessoal e incondizente com sua responsabilidade como chefe de Estado, que deveria estar guiada pelo bem comum. Além disso, as decisões do Governo supõem mais um **obstáculo para esclarecer o acontecido com os familiares**, já que, extraditando os paramilitares, impediram o bom curso dos depoimentos e esclarecimentos sobre suas ações violentas. Familiares de desaparecidos esperavam que o processo de desmobilização dos paramilitares fosse uma possibilidade de conhecer os fatos

⁵⁰ Pequena cidade do departamento de Antioquia, Colômbia.

⁵¹ Gíria para nomear os paramilitares ou as autodefesas.

⁵² Esta afirmação tem implicações ainda mais graves, se levarmos em conta que a maior parte dos desaparecidos são vítimas dos paramilitares.

⁵³ Cooperativas de vigilância criadas por Álvaro Uribe Vélez, quando era Governador de Antioquia, e que foram acusadas de legalizar os grupos paramilitares.

⁵⁴ O pai do ex-presidente Álvaro Uribe Velez foi assassinado pela guerrilha, por isso a interpretação que o entrevistado faz sobre seu desejo de vingança.

associados ao desaparecimento de seus entes queridos, mas entendem como improvável um processo parecido com a guerrilha com Uribe como presidente.

Mas as avaliações sobre o papel que o Estado ocupou no desaparecimento forçado podem ser ainda mais radicais:

O desaparecimento é a pior coisa que poderiam ter inventado os humanos e o Estado; porque eu acho que o desaparecimento forçado não foi inventado por qualquer tolo, foi o Estado, que não estava interessado em que alguém falasse algo. Então, me parece que como muitas coisas que aconteceram, o que realizou os desaparecimentos foi o Estado. (Maria, G1, filho, 1999)

O Estado chega a ser significado como **responsável** pelas ações violentas contra sua própria população e, especificamente, pelos desaparecimentos forçados. Consequentemente, as suas instituições perdem credibilidade para acompanhar processos de justiça e paz e confiabilidade para defender os direitos dos cidadãos. Torna-se uma ameaça a mais, além dos grupos armados. Para os familiares dos desaparecidos **o Estado é criminoso**; não apenas o Governo, mas a polícia e até o ministério público. Essas avaliações sobre o Estado evidenciam a construção de um pensamento político que dificilmente se produziria se as vítimas permanecessem isoladas. Tal ação participativa é facilitada, neste caso, pelas organizações que agrupam os familiares de desaparecidos e que lutam pela restituição de direitos.

Um segundo grupo de sentidos se agrupa ao redor da categoria que poderíamos chamar de um **Estado negligente**, um Estado que negligencia suas obrigações, que é considerado inumano e injusto porque, conforme foi relatado pelo pai de uma mulher desaparecida:

desde que cheguei na cidade vi muitas injustiças; não é justo que as pessoas estejam morrendo nas portas de hospitais, ou que estejam morando na rua e pegando comida no lixo, não é justo que em uma cidade onde existe tanta pobreza, tanta miséria (...) gastem tanto dinheiro num carnaval. (Gil, filha, 2001)

A percepção da inoperância do Estado não se resume à injustiça social que pode afetar qualquer cidadão, mas também se relaciona com a experiência como vítimas da violência por que:

O Estado nos abandonou, extraditaram os paramilitares, sem realizar os depoimentos. O Estado não estava interessado em que falassem, mas em que pagassem as penas por narcotráfico nos Estados Unidos, eles se interessam mais pela cocaína que levam para os Estados Unidos, que pelo desaparecimento forçado na Colômbia (...) estamos bem sozinhos e continuaremos desse jeito, se antes não somos desaparecidos, não temos para quem falar. (Maria, G1, filho, 1999)

Nesse depoimento as ações do Estado são interpretadas como um **abandono**; a vida dos próprios cidadãos é menos importante que os delitos cometidos em outros países e o que se considera abandono não é outra coisa que incapacidade e desinteresse para implementar a justiça que reclamam as vítimas.

O Estado é considerado **cúmplice** dos grupos armados ilegais na realização de ações violentas: “todas essas pessoas que entravam nas pequenas cidades matavam porque alguém indicava a quem deviam assassinar, e quem mais pôde ter feito isso, se não a mesma promotora, a polícia, os prefeitos, que passavam as listas⁵⁵ e davam as ordens?” (Gil, filha, 2001).

São basicamente três as reclamações feitas ao Estado pelos familiares dos desaparecidos. A primeira critica sua passividade – ele é considerado ineficiente para garantir os direitos básicos dos seus cidadãos. A segunda e terceira reclamações são de outra ordem porque nelas o Estado passa a ser ativo: é acusado de ser partícipe nas ações violentas contra a população civil – dele reclamaram proteção e encontraram terror – e de realizar ações (como a extradição de paramilitares) para evitar que se conheça a verdade que reivindicam sobre o acontecido com seus entes queridos. A confiança e a credibilidade nas instituições associadas a ele terminam, neste contexto, completamente minadas:

Perdemos muito a confiança no Estado, porque quando o cidadão vota para escolher um governador, um prefeito, um governador ou qualquer um, o faz para que o proteja; não é para que o deixe sozinho no pior momento e nestes anos vimos a fraqueza do Estado e a cumplicidade dos prefeitos e o Governo (Gil, filha, 2001)

Os sentidos que dominam as falas das vítimas da violência (em parte derivados das avaliações das ações do Estado durante os anos de guerra) poder-se-iam condensar em dois: o primeiro basicamente fala de um Estado **criminoso**; o segundo mostra um Estado **fraco e injusto**, incapaz, que foi ultrapassado pelo tamanho do conflito e se viu envolvido nele sem exercer as funções que eram reclamadas pelos cidadãos, como protetor e assegurador dos direitos humanos, mas como uma força a mais na confrontação que afetou a população civil. Especialmente uma tarefa lhe foi reclamada pelas vítimas do conflito: a proteção. Fracassando em seu papel, é definido também como um Estado **indolente**.

Apesar de que sejam esses sentidos os que dominam a experiência das vítimas da violência, para alguns sujeitos, o Estado ajuda: “gosto muito do que está fazendo o Governo com as vítimas, concordo porque vejo que está prestando muito, muito apoio” (E2. Mãe,

⁵⁵ Durante o conflito armado colombiano os paramilitares realizaram vários massacres em pequenas cidades, onde chegavam com listas com os nomes das pessoas que supostamente eram colaboradoras da guerrilha.

1997). Esse relato é da mãe de uma mulher desaparecida, se referindo à reparação econômica que o Governo tinha começado a realizar com as vítimas do conflito armado, apesar de não ter recebido nada ainda.

Chama a atenção uma avaliação contrária e positiva do Governo do ex-presidente Uribe, que contrasta com a maioria das avaliações negativas realizadas pelas vítimas:

(...) eu não tenho nada de que me queixar do Governo porque Uribe vai nos ajudar em muitas coisas (...) na favela a gente estava muito mal e foi ele que melhorou os bairros, pelo menos pagando aos garotos, e eles pararam de assassinar e de assaltar, agora eles se matam entre eles mesmos e os que se devem. Uribe fez muita coisa boa na Colômbia. (Maria, G1, filho, 1999)

A ajuda econômica que é feita pelo Governo aos desmobilizados do conflito armado é significada pela entrevistada como positiva, porque diminui a violência sobre as comunidades. Para ela, a motivação da violência contra a população civil é o dinheiro, mas se ela é exercida entre os mesmos combatentes é justificável.

Em resumo, podemos dizer que os sentidos e significados construídos sobre as diferentes instâncias do outro, sejam elas legais ou ilegais, estão carregados de afetos positivos e negativos que contrastam e se contradizem entre si, o que lhe adiciona mais um elemento à tese da complexidade do problema. Nem mesmo o carrasco é apenas odiado, ele significa, ao mesmo tempo, a possibilidade de saber e de sossego. Será que por essa via poderá ser perdoado para que, como afirma Ricoeur (2010), a tragédia possa ser lembrada de forma tranquila, sem mágoas e rancores? Em outras palavras: os depoimentos e a verdade sobre o acontecido facilitaram o trabalho do luto? Esperamos ter elementos para responder a essas perguntas um pouco mais adiante.

Se a verdade é importante, qual será o lugar da justiça no processo de elaboração do trauma? Até agora podemos dizer que os familiares de desaparecidos precisam responsabilizar alguém, sendo que às vezes o responsabilizado não é diretamente o executor do crime. Essa é umas das formas de clamarem por justiça.

Outro aspecto que é necessário destacar é a função que tem a formação de sentidos sobre as instituições, com as quais se têm relação pelo fato de ser familiar de um desaparecido. Tal construção de sentidos sempre estará relacionada com a possibilidade de compreender o acontecimento traumático. Exemplo disso é como a fundadora da *Organización Madres de la Candelaria* encontra em suas funções na ONG o sentido do desaparecimento do seu filho.

Fenômenos como a multivitimização; Estado deslegitimado e criminoso, mas ao mesmo tempo reparador; carrascos cruéis, mas, da mesma forma, detentores de um saber que

pode por fim ao sofrimento – são categorias contraditórias em torno da experiência de ser vítima que demonstram o caráter complexo do trauma, motivo pelo qual a sua compreensão requer a análise de todas as dimensões envolvidas nele, sejam individuais, sociais, emocionais, históricas e contextuais.

5.4 Efeitos coletivos da violência: desconfigurações na comunidade e na família

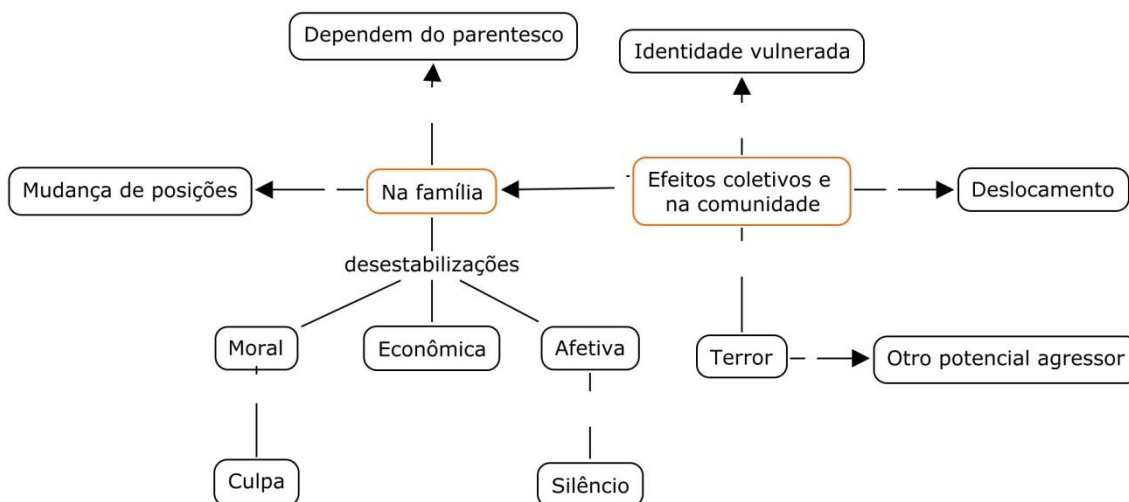


Figura 7– A Família e a comunidade: culpa e desconfiança

Até aqui foi possível verificar que, para compreender a experiência traumática, é necessário estudar os efeitos que ela produz, não só no em um nível individual, mas também nas relações que os sujeitos estabelecem com as instituições que fazem parte do seu contexto. Sabemos que a construção de sentidos e significados encontra-se relacionada à forma de agir e de se relacionar com o outro, tal como afirma a teoria da subjetividade de Gonzalez Rey (2002). Nesta ordem de ideias, quais serão os efeitos que o desaparecimento de um ente querido produz na família e na comunidade? Essa é a pergunta que pretendemos responder aqui, partindo dos testemunhos de familiares de desaparecidos e apoiados nas reflexões de Arendt (1994) sobre os efeitos da violência e o poder sobre comunidades.

Anteriormente, afirmamos que o conflito armado afeta os sujeitos e as comunidades de diversas formas. Em outras palavras, as formas de vitimização são múltiplas, e uma delas é o deslocamento forçado: muitos dos familiares de desaparecidos tiveram que abandonar seu lar em decorrência da guerra. A tese que aqui vamos desenvolver é que o deslocamento forçado é apenas uma evidência do maior efeito que geram na comunidade as ações de guerra

repetidas: **o terror**, na forma como é entendido por Arendt (1994) é resultado de uma relação particular entre violência e poder que a leva a uma situação extrema. Para compreender como funciona esta relação, faremos uma breve passagem pelas ideias arendtianas.

Hannah Arendt, uma das filósofas mais destacadas do século passado, faz uma brilhante análise da relação destes dois conceitos. No seu livro *Sobre a violência* (1994), mostra que para a maioria dos filósofos e sociólogos⁵⁶, tanto de esquerda como de direita, a violência tem sido considerada uma expressão do poder. A violência seria, portanto, uma forma legítima do exercício do poder quando exercida pelo Estado. Tal consideração deriva-se do poder ter sido definido por esses mesmos autores como um instrumento de dominação. Sua essência seria o comando e sua função seria conseguir que uns ajam conforme a escolha de outros. Para cumprir tal objetivo, a violência seria a sua máxima manifestação (Arendt, 1994).

Arendt explica que essa visão da relação violência-poder coincide com a tradição grega que definia o governo como a forma de domínio do homem pelo homem. Mas existe outra tradição grega e romana, sobre a qual se fundamenta a existência da república, que não proclama como ideal a obediência dos homens, mas o respeito às leis que o povo apoiou. Nessa tradição, é o apoio do povo que confere poder às instituições. Toda forma de governo precisa do apoio de uma parcela da população para se manter, inclusive “o tirano, o Um que governa todos, precisa de ajudantes no exercício da violência, ainda que seu número possa ser restrito” (Arendt, 1994, p. 35).

Daí que Arendt considerasse a necessidade de diferenciar entre alguns conceitos que têm sido utilizados de forma indistinta, como poder, vigor, autoridade e violência. Para Arendt, “o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido” (Arendt, 1994, p. 36).

O vigor, por sua parte, “designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas” (Arendt, 1994, p. 37).

⁵⁶ Arendt analisa as colocações de autores como Wright Mills, Max Webber, Bertran de Jouvenel e Hobbes, entre outros.

Sobre a força, o termo deveria ser reservado para as forças da natureza ou das circunstâncias, “isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (Arendt, 1994, p. 37).

Arendt considera que a autoridade é o mais enganoso desses fenômenos. Para ela, a autoridade encontra-se associada à pessoa ou ao cargo que detém, como o lugar de pai, sacerdote ou senador. “Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles que se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias” (Arendt, 1994, p. 37).

Finalmente, Arendt entra no campo da violência, e considera que esta “distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os instrumentos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo” (Arendt, 1994, p. 36).

Para Arendt, a violência nunca é legítima, mas pode ser justificável quando se usa em defesa própria; sua justificação se desmancha quando o fim distancia-se no tempo e se corre o risco de que a violência se torne o fim em si mesmo. Essa posição ética é radical considerando-se que, para a autora em questão, a violência faz parte da condição humana: “o ódio e a violência que às vezes – mas não sempre – o acompanham pertencem às emoções ‘naturais’ do humano, e extirpá-las não seria mais do que desumanizar ou castrar o homem” (Arendt, 1994, p. 48).

Não é esta uma forma de naturalizar e justificar a violência, já que “nada poderia ser teoricamente mais perigoso que a tradição do pensamento organicista em assuntos políticos, por meio da qual poder e violência são interpretados em termos biológicos” (Arendt, 1994, p. 55). Pelo contrário, Arendt considera que a violência ao ser instrumental por natureza é de caráter racional “à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la” (p. 58). No entanto, “a violência só pode permanecer racional se almeja objetivos de curto prazo. Ela não promove causas nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso, mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública” (p. 58). É por esse motivo que cada vez mais se produz a burocratização da vida pública – entendida como uma forma de governo na qual não existe ninguém a quem se possa apresentar queixas – a violência vira uma ferramenta efetiva para chamar a atenção sobre aquilo que se queira reclamar.

É o caso dos desaparecidos forçados na Colômbia e a situação de violência experimentada em algumas regiões do país: “em nenhum outro lugar fica mais evidente o fator autodestrutivo da vitória da violência sobre o poder do que no uso do terror para manter a dominação (...), o terror não é o mesmo que a violência; ele é, antes, a forma de governo que

advêm quando a violência, tendo destruído todo poder, ao invés de abdicar, permanece com o controle total” (Arendt, 1994, p. 43). No terror, o governo vira-se contra seu próprio povo; ele sustenta que o informante já não é mais um agente profissional e sim qualquer pessoa com que se tenha contato. Mesmo que o executor da violência não tenha sido diretamente o governo, em algumas regiões da Colômbia os familiares dos desaparecidos viveram numa dinâmica de terror. Os próprios vizinhos ou até familiares podiam ser informantes dos grupos paramilitares e esses grupos paramilitares, em alguns casos, atuaram em parceria com as forças militares do Estado, impondo suas condições, regras ou ideais por meio de diferentes formas de violência: extermínio, desaparecimento forçado, deslocamento forçado, etc.

Mostraremos a continuação, a partir das falas dos familiares de desaparecidos, de como o exercício generalizado da violência produz, entre outros efeitos, terror em algumas comunidades. Os relatos, portanto, não se limitaram ao acontecimento do desaparecimento do ente querido, mas a outras formas de violência associadas ao conflito e ao que foi já classificado como vitimização múltipla.

Para Piedade, o deslocamento forçado de sua terra significa o abandono da sua própria história, deixar para trás aquilo que construiu escolheu para sua vida:

Eu me casei lá, tive meus filhos, cresci e agora tive que largar a terrinha e vir para cá, porque não sei trabalhar a terra. Então vim para cá, foi duro, comecei a trabalhar em casa de família⁵⁷ para me manter e manter meus filhos, e também para conseguir alimentação. Porque a gente no campo tem tudo o que precisa para comer, mas aqui você tem que comprá-lo e se você não tem, passa fome. (Piedade, esposo, filho, 1996)

O lugar que proporcionava o sustento deve ser abandonado por uma mulher que, sozinha, já não consegue dar conta do trabalho camponês, sendo obrigada a trabalhar como faxineira para a sua manutenção e a do filho. Dessa forma, são apagados à força os costumes e o bem-estar. Deve-se considerar que os grupos armados ilegais impuseram a violência como forma de se apropriar das terras, pagando pouco por elas.

O conflito armado impõe uma encruzilhada para os habitantes das regiões afetadas: as comunidades são obrigadas a “colaborar”, entregando seus filhos para as organizações armadas ou trabalhando para elas:

Tivemos que nos deslocar por causa da guerrilha, porque queriam que a gente fosse cúmplice deles, que cozinhasse para eles, então falaram para a gente que se não queríamos colaborar, que todos os que viviam na área tiveram que colaborar devíamos ir embora, caso contrário não

⁵⁷ Como faxineira.

respondiam por nossas vidas, então tivemos que sair de lá (Ana L. filha, 1997).

O deslocamento forçado significa a única possibilidade de se **manter à margem do conflito como civil**, não existe opção de não envolvimento. Ser *desplazado* é a alternativa a ser guerrilheiro ou paramilitar, por um lado, ou ser assassinado, por outro. Ser *desplazado* é, dessa forma, uma **escolha ética** com profundas implicações afetivas, econômicas e sociais:

Começaram a vincular os jovens às milícias e não concordamos com isso, nem meus filhos nem eu, então decidimos vir pra cá. Alguém me disse que eles estavam prestes a levá-los e eu os titei daí, graças a Deus alguém me avisou a tempo. Vendi uma vaca e consegui uma casa alugada na cidade, enviei tudo e fiquei sozinho. No sábado às quatro da tarde os guerrilheiros chegaram e perguntaram onde estavam meus filhos e eu falei que tinham viajado para Medellín a trabalhar porque lá não havia emprego, então eles pediram para que voltassem que eles arrumavam trabalho, mas eu não aceitei (...) dois anos depois desapareceu minha garota. (Gil, filha, 2001)

A escolha ética de abandonar o lar para não fazer parte da guerra teve um preço neste caso, a filha do Gil desapareceu quando voltava para o sítio para visitar o pai, que ficou morando lá.

O deslocamento do campo para a cidade significa mudança de costumes e geralmente é acompanhado de dificuldades econômicas, porque os camponeses não estão preparados para a vida na urbe. Tal mudança é significada como uma **desestabilização**; a segurança e a tranquilidade de um sustento seguro se perdem:

De lá para cá tive muitas despesas com a família, de saúde e econômicas. Estamos aqui em Medellín há 10, quase 11 anos, pelo conflito e a violência, pelo desaparecimento dela, e até agora não tenho sido capaz de me recuperar economicamente, estou endividado até o pescoço e desestabilizado. (Gil, filha, 2001)

A convivência com a violência numa região afetada pelo conflito armado impõe a seus habitantes o **medo**, o cotidiano se torna ameaçador:

Talvez Deus me ajude e um dia possa recuperar o que tiraram de mim, o que nunca vou recuperar são os entes queridos que desapareceram (...) minha mãe me acompanhou muito quando vivia para ver se eu me atava na terra, eu não consegui porque os vizinhos falavam que me matavam, que pegavam a criança, então tinha muitas dificuldades vendo a terra estava sendo destruída, já que eu não era capaz de trabalhar porque eu dona de casa, então pagaram qualquer coisa pela terra e viajei deslocada para Medellín. (Piedade, esposo, filho, 1996)

Depois do assassinato e desaparecimento de seu filho e seu esposo, além da desestruturação econômica e afetiva, foi acrescentado o medo de ser assassinada e de que o filho que sobreviveu fosse sequestrado. Essa é a violência cotidiana que alguns familiares de

desaparecidos enfrentam, se pretendem continuar morando em comunidades tomadas pelo que Arendt (1994) denomina **terror**.

Nós defendemos que o conceito de terror pode ser aplicado, embora o agressor não seja o diretamente o Estado, quando, em uma comunidade afetada pela violência cotidiana de um conflito armado, o outro se torna um potencial agressor. Foi isso o que aconteceu em algumas regiões da Colômbia, nas quais os próprios vizinhos, ou até familiares, podiam ser informantes dos grupos armados, porque todas as pessoas que faziam parte da comunidade rural eram obrigadas a colaborar com o grupo armado dominante. Em alguns casos, tais exércitos ilegais atuaram em parceria com as forças militares do Estado, impondo suas condições, regras ou ideais por meio de diferentes formas de violência, entre elas o extermínio, o desaparecimento e o deslocamento forçado. Comunidades inteiras foram obrigadas a viver nesse regime de terror e sob ameaça de assassinato, sem poder sair dos centros urbanos e retornar a suas terras porque viravam **objeto de suspeita**, já que “naquela época ninguém podia ir a Currulao ou Turbo⁵⁸ para fazer uma denúncia porque toda pessoa que denunciava ou falava de um cadáver tinha problemas ou também era assassinado” (Anali, filha, 1997).

Alguns sujeitos suportaram até chegar a um momento limite: enfrentaram a possibilidade de serem assassinados e foram obrigados a abandonar a própria moradia:

Eles [os grupos armados] foram duas vezes na minha casa durante a noite; na madrugada chutaram a porta, mas eu tinha travado a entrada, eu estava com meus dois garotos, rezando e pedindo a Deus. Naquele dia me entreguei a Deus antes de sair e eu acho que o Senhor me protegeu, porque eu saí em pleno meio dia e não me viram sair. Quando cheguei na cidade já estava a notícia de que haviam matado meu vizinho, que era da minha família, e mais para cima tinham matado dois senhores e até tinham entrado na cidade e matado oito motoristas. (Gil, filha, 2001)

Indefeso e aterrorizado, sabendo que a qualquer momento podia ser assassinado, a única alternativa de proteção para assumir o risco da fuga e explicar que o sucesso foi Deus.

Em meio ao terror o outro se torna um possível agressor, situação que, paradoxalmente, também experienciam os próprios integrantes dos grupos armados, pois em meio à guerra desconfiam do desconhecido. Por esse motivo assassinaram ou desapareceram com pessoas que não eram moradores das regiões onde se encontravam, conforme relata Anali sobre o assassinato e desaparecimento da sua filha: “a versão que contam é que como naquele momento ela ia sozinha, por isso a mataram, porque ninguém sabia quem ela era” (Anali, filha, 1997).

⁵⁸ Centros urbanos próximos da região onde morava parte da sua família e onde foi desaparecida a filha.

Para as vítimas do conflito armado esse sentimento de desconfiança e medo perdura no tempo como uma marca da experiência violenta, porque **uma das bases da construção da identidade**⁵⁹ **é vulnerada**. Por isso, o outro desconhecido torna-se uma potencial ameaça: “às vezes desconfio de pessoas estranhas porque a gente fica marcada com tanta violência que há, e também de sair com alguém que não sabemos quem é” (Gil, filha, 2001).

Em consequência, o laço social é destruído; que tipo de relacionamentos podem se estabelecer se o outro é objeto de desconfiança e temor? Além disso, o fato de que conflito armado não tenha acabado é mais um motivo para se manter alerta: “não podemos dizer que há tranquilidade, porque as pessoas ainda estão morrendo, ainda ouvimos de guerrilha e paramilitares, então sabemos que a qualquer momento podem voltar contra a gente, então não há segurança” (Gil, filha, 2001).

O cenário de guerra é uma situação desestruturante para a comunidade. Esta se torna refém, sendo obrigada a participar do conflito ou a abandonar sua terra em meio a ameaças e medo. Ao mesmo tempo, tal experiência – bem como a de sofrer o desaparecimento de um ente querido – é motivo suficiente para que advenha um estado de isolamento sustentado na possibilidade de que o outro é um possível agressor. A identidade termina sendo vulnerada ainda, na sua vertente coletiva, quando se é obrigado a abandonar a comunidade da qual se fazia parte como camponês para fazer parte do coletivo das vítimas do conflito armado.

5.4.1 A família depois do desaparecimento de um de seus membros

Passando do nível comunitário ao familiar, mas sabendo que são elementos interligados, nos proporemos à continuação do processo de descrever e compreender o que acontece nas famílias dos desaparecidos. Quais mudanças se produzem em decorrência de tal acontecimento?

O desaparecimento de um ente querido acarreta uma série de **mudanças e transformações na família** da qual fazia parte; o lugar que ocupava na dinâmica familiar fica parcialmente vazio e, por isso, os papéis na família se modificam. Para Anali, o

⁵⁹ Para Revilla (2003), a identidade encontra-se ligada a quatro ancoragens. Um deles é relacional e consiste na confiança de que o outro agirá dentro de certas margens esperadas. A experiência violenta apaga essas margens gerando que o outro desconhecido possa ser considerado o possível agressor. Para um maior aprofundamento no conceito de identidade e a explicação destes quatro ancoragens é possível consultar o meu artigo “Configuración de la identidad de desertores da guerrilla colombiana” (Patiño & Patiño, 2012).

desaparecimento da sua filha significou **ausência de uma figura de autoridade** que pudesse acompanhar a educação de seus netos:

Os filhos da minha filha já são homens, um tem 19, o outro 18, e a menina quase 17, estão entre 16 e 19 anos. Foi horrível porque eles decidiram não estudar, e permaneceram assim. O de 18 anos está no exército, não está feliz, mas eu sim; pense, a gente trabalhando não podia estar ao cuidado deles, então pegaram o vício da droga, especialmente a maconha, era difícil estar do lado deles e controlá-los, por isso eles assumiram esses maus comportamentos. São três e o mais velho tem 19 anos e às vezes age como se fosse de 10 anos. (Anali, filha, 1997)

Para Anali, ocupar o lugar que deixou sua filha é “horrível, porque eu agora sou a avó, sou a mãe, pai e avó, eu represento tudo para eles” (Anali, filha, 1997).

Assumir tais responsabilidades por obrigação e não por escolha traz efeitos no corpo: “aumentou a pressão, o açúcar, quando tenho problemas ou pensamentos fico doente. Eu peço muito a Deus que me ajude a educar a menina mais alguns anos, que algo acontece comigo ela já seja maior de idade” (Elvira R, filha, 2003). As responsabilidades derivadas do desaparecimento do ente querido podem significar um **peso que deve ser carregado com esforço e angústia** e apenas a maioridade da neta a liberaria da herança não escolhida.

Cada membro da família adota **respostas e funções diferentes diante do desaparecimento do ente querido**: alguns evitam participar das atividades reacionadas com o desaparecido, enquanto outros as assumem como próprias. “Eu sou o que sempre participa das reuniões [do grupo de familiares de vítimas]. Minha esposa sempre está em casa, meus filhos ocupados com suas tarefas. Então eu sou o que assume a responsabilidade do caso” (Xavier, filho, 1998). Xavier foi o responsável pela busca do filho desde seu desaparecimento, até que o corpo foi encontrado em 2006. No entanto, continuou participando das atividades da *Organización Madres de la Candelaria*.

Em um segundo grupo de transformações que enfrentam os familiares está as mudanças de costumes e hábitos, como consequência do desaparecimento do ente querido ou da experiência como vítima em conjunto: “Tivemos que nos separar por um tempo, pela questão do conflito, nem tanto pela filha. Eu não consegui me adaptar na cidade, e para evitar que os filhos corressem um risco minha esposa teve que ficar aqui com eles, e eu fiquei lá no sítio sozinho fazendo minha comida e trabalhando” (Gil, filha, 2001). O deslocamento para a cidade, em alguns casos, **divide a família** e está acompanhado de uma mudança drástica da cotidianidade que, às vezes, não é aceita.

O desaparecimento associa-se a uma tristeza que não admite festas e comemorações:

Tudo muda porque já não há celebrações, já não existe dia das mães como quando meu filho estava. Já não há aniversário, dia das mães, tudo é a gente pensando. Por exemplo, agora em outubro é o aniversário e sempre a gente tinha a ilusão de pelo menos ligar para ele, agora a gente não sabe pelo menos onde está, então a incerteza é muita. E tudo mudou, porque veja, por exemplo, a filha que ele deixou de um ano agora está com 10. Ela disse – meu pai levou a vida e não me viu crescer (...) ai avó, que legal fosse que meu pai chegasse para esse dia, esse seria o melhor presente que poderia ter de primeira comunhão. (Flora, filho, 2000)

O pensamento que não cessa é a lembrança invasiva, mortífera e dolorosa do ente querido desaparecido, é o signo da ferida ainda aberta, do luto não alcançado. Tanto no discurso da mãe, como no da filha, **o desaparecido permanece vivo e o luto perdura inacabado**. Espera-se sua presença para acompanhar as comemorações, pois **com sua falta também desaparecem os motivos para festejar**.

O desaparecimento do marido significa um giro de 180 graus:

Minha vida mudou, dá um giro de quase 180 graus, porque eu não trabalhava, quer dizer, eu vendia loteria esporadicamente, mas não tinha um trabalho de tempo integral, trabalhava apenas duas horas por dia, mas não tinha um trabalho no que tivesse que pegar ônibus e viajar para Medellín todo dia. Deixar as crianças sozinhas foi um giro total. (Marta, esposo, 2001)

Além da tristeza pelo desaparecimento do ente querido, em muitas ocasiões os familiares devem enfrentar a insegurança econômica, porque a perda do esposo é, neste caso, também a **perda do bem-estar econômico**. Assim, a vida muda de forma radical para quem, sem desejar e sem estar preparado, deve assumir as responsabilidades de provedor na família.

Em janeiro me informaram que iria receber o salário do meu marido apenas durante um ano, que devia prestar atenção nisso, né? Então uma amiga me disse que estava trabalhando num Seminário de Medellín e que os Padres precisavam de alguém – Te recomendo?, me perguntou (...). Na semana seguinte comecei a trabalhar. Trabalhei meia jornada durante seis anos e com esse dinheiro me sustentava. (Marta, esposo, 2001)

As novas obrigações, que inicialmente poderiam estar acompanhadas de angústia, também representam ganhos, aprendizados e transformações subjetivas. Foi o que aconteceu nesse caso, diante das novas responsabilidades econômicas.

A desestabilização econômica gerada pelo desaparecimento e possível morte do principal provedor da família força uma mudança dos papéis na família. Se no caso anterior a esposa do desaparecido teve que assumir a responsabilidade econômica e de educação dos filhos, em outros casos os filhos são os novos responsáveis:

Ele [meu filho] responde por mim. Está comigo em casa, tem três filhos e a esposa. Graças a Deus fez uma cirurgia e colocou o intestino de plástico. Para ele foi bem duro no começo, ficou como louco, bebia, chorava e dizia que queria morrer, mas

Deus é bom porque já não bebe, trabalha para um senhor de uma fazenda em Don Matias e com isso sustenta a família e eu. (Piedade, esposo, filho, 1993)

Nessa família foram sequestrados os dois filhos e o marido da entrevistada; eles foram baleados e jogados no rio, mas o filho mais novo sobreviveu. Ele hoje ocupa o lugar do pai sustentando a mãe, além da família que construiu. Para Piedade, apenas através de Deus é possível compreender a recuperação do filho, que viu o assassinato do pai e do irmão sem poder fazer nada enquanto os assassinos acreditavam que ele já tinha morrido.

A troca de papéis devida à falta de um dos integrantes da família, a mudança de costumes e hábitos rurais para urbanos e a perda da segurança financeira geram angústia e desestabilização no núcleo familiar. Entretanto, observa-se uma boa capacidade para enfrentar as novas condições, principalmente no que diz respeito à perda da segurança financeira. Em outras palavras, mãe, filhos ou esposa assumem as responsabilidades do sustento da família, sendo que as novas ocupações e responsabilidades fazem parte da construção de um novo sentido de vida.

5.4.2 Desestabilizações afetivas

[O desaparecimento da minha filha] nos impactou muito, **nos desestabilizamos totalmente**; nos desestabilizamos **economicamente, fisicamente, moralmente**, meus filhos... quer dizer, nós não sabíamos em que mundo estávamos, por exemplo, minha esposa a mãe dela [e eu], perdemos a noção de que éramos um casal, nos desestabilizamos totalmente. Sobretudo as meninas (filhas) foram decaindo muito de saúde, fisicamente. Até hoje há uma que ainda não conseguiu se recuperar. (Gil, filha, 2001)

Existem consequências que não são resolvidas apenas com o acesso ao dinheiro necessário para o sustento familiar. Diferentes formas de enfrentamento da perda, reclamações de afeto no seio da família, solidão, procura de substitutos afetivos e o sofrimento das crianças são algumas das desestabilizações **afetivas** derivadas do desaparecimento do ente querido.

Apesar de encontrarmos elementos comuns que poderão, até certo ponto, permitir que o conhecimento gerado nesta pesquisa seja generalizável a outros casos de pessoas que enfrentam o desaparecimento de um familiar, e embora nossa ótica privilegie a construção de um conhecimento sobre a subjetividade social e não apenas individual, não devemos perder de vista que cada sujeito enfrenta a perda de uma forma particular; em outras palavras, confronta-se e constrói sentidos sobre a ausência do familiar de forma particular. Um dos motivos para que ocorra assim é que cada membro da família tem parentesco e vínculos

afetivos diferentes com o desaparecido. Por isso, Luz Alê (irmão, 1999) afirma: “para mim foi muito mais fácil porque ele havia muito tempo que não estava com a gente, ele estava com ela [minha irmã], acho que Blenda sentiu com mais intensidade que eu. Como eu já estava casada não percebia como sofria minha mãe”.

Cada membro da família tem uma experiência diferente diante do desaparecimento do ente querido, assim como **o lugar ocupado pelo desaparecido na família é significado de formas diferentes**. O desaparecimento do esposo e do filho, por exemplo, não significa o mesmo: “é mais difícil [perder] o filho que o marido, porque nós sentimos a dor para tê-lo, para criá-lo, o marido não” (Piedade, esposo, filho, 1993). Conceber, parir e educar um filho representa um padecimento que faz com que seu desaparecimento esteja acompanhado de um sofrimento maior que a perda de um esposo. Na mesma direção aponta o depoimento de outra das entrevistadas:

Para mim, a dor de uma mãe é muito diferente da uma dor de um filho, de um irmão ou do marido, porque o marido, no fim, não tem parentesco nenhum com a gente, mas o filho sim. A gente nunca vai substituir o filho, enquanto o marido o pode suprir com outro se quiser. (Flora, filho, 2000)

O fato de que cada membro da família assuma a ausência de outro de forma particular implica que cada um assumirá o sofrimento também de forma peculiar, afetando aqueles que permanecem presentes: “eu, apesar de ter meus [outros] filhos, não queria nada. Falavam para mim que não me interessava por eles, que apenas me importava pelo desaparecido” (Maria, filho, 2002). Alguns dos sobreviventes fazem **reclamações de afeto** para a mãe, esposa, pai etc., que após o desaparecimento do ente querido afunda-se no sofrimento, afastando-se dos outros que permanecem a seu lado.

[O desaparecimento do meu irmão fez minha mãe mudar]. Apesar a gente fale que elas [as mães] não têm um filho favorito, a minha tinha, para ela eram os dois homens. Ela só teve dois homens e sete mulheres. (...) Uma vez liguei para ela e lhe disse que ela tinha mais oito filhos para aproveitar e que se ia continuar chorando a vida toda por um deles, a gente também precisa de amor e ternura, somos sete irmãs e outro homem que tinha em casa, então era para tentar dissipar as tristezas com a gente, para falar com a gente, depois disso ela mudou. (Luz Alê, irmão, 1999)

As implicações do desaparecimento do ente querido tocam de forma especial as crianças (quase sempre filhos dos desaparecidos) em muitos aspectos. Eles também sofrem a ausência dos seus pais, irmãos ou tios, mas, sobretudo, enfrentam os efeitos que a perda tem sobre os adultos. Disso sabe Marta que, com seu esposo desaparecido desde 2001, se reconhece como **espelho dos seus filhos**:

Eu sou o espelho dos meus filhos, eu sou o exemplo para os meus filhos, então, o que eles estão aprendendo de mim? Eu acho que isso é o que Juan [meu filho] aprendeu de mim: a viver com raiva, a estar jogando tudo, a amaldiçoar, por isso agora não posso reclamar, porque isso foi o que eu fiz dele, mas foi sem minha culpa, porque eu não sabia. (Marta, esposo, 2001)

Para Bohleber (2000, citado por Seligmann-Silva, 2005),

(...) sobretudo nas famílias em que os pais se protegeram do trauma negando-o e se recusando a falar dele, as crianças receberam de modo inconsciente os fatos, relacionando-se com ele via fantasia e –dentro de um esquema mítico-repetitivo– “agindo”. Em certos casos a identificação com o sofrimento dos pais levou ao que já foi denominado de ‘*teléscopage*’ de duas ou três gerações: um desastre de engavetamento múltiplo que reduz (...) ao espaço do tempo do trauma. A temporalidade dessas crianças que se identificam com o sofrimento de seus pais torna-se fragmentada. (p. 69)

É o que parece acontecer com Juan, que se identifica com a raiva da mãe expressando a fantasia de vingança dos algozes do seu pai. Para ele existe um sentido em crescer e entrar no exército para se vingar. O luto não resolvido pode ser um dos combustíveis para a continuação do conflito armado a partir do que já foi apresentado aqui como “espiral violenta”.

As crianças, por outro lado, podem tornar-se **substitutos dos adultos desaparecidos**:

A criança chora muito, ele tem dias que é muito triste, vê [em fotos] seu irmão e diz – que bonito seria ter conhecido meu irmão. Ele tem 11 anos e não se separa do meu lado, é meu anjo, imagine que ainda dorme comigo porque não vivo com o pai dele, porque [na época do desaparecimento] eu morava com o pai do meu filho, mas depois disso peguei raiva desse cara e me separei dele, porque o desaparecimento do meu filho levou tudo de mim, todo meu amor e tudo o que eu sentia por esse homem. Isso foi o mais estranho que aconteceu nesse momento (...) e o cara me disse – veja, eu não tenho culpa, mas para mim é como se tivesse culpa no desaparecimento do meu filho. Eu amo muito a criança, para onde eu vou ele me acompanha, não se separa de mim. (Maria, filho 1999)

O irmão do desaparecido não apenas é um substituto afetivo dele, mas **acompanha a mãe como um companheiro incondicional no sofrimento**. Neste caso, observa-se uma mudança radical da mãe do desaparecido para com seu esposo: sobre ele (que não é o pai do filho desaparecido) recai a raiva pelo desaparecimento do filho. Observa-se um deslocamento afetivo que funciona como mecanismo de defesa, já que ela mesma declara que não sabe o porquê da mudança de seus sentimentos por seu marido. A situação ultrapassa claramente sua capacidade de simbolizar e é resolvida numa aliança de padecimento com o filho mais novo.

No contexto da família, **a perda do ente querido gera um sentimento de solidão**. Embora existam mais filhos, esposo, mãe ou irmãos ainda vivos, são justamente essas presenças que evocam a perda daquele que já não está. Ao mesmo tempo, as tentativas de

substituí-lo fracassam quando não acompanhadas da elaboração do luto. Lúzia (Irmão, 2004) expressa:

Eu sei que tenho muitas pessoas, mas é dele que sinto saudade, a solidão de que não esteja. Porque quando morre uma pessoa, que você sabe que está morta, você sente a solidão, mas sabe onde está, não é esta incerteza sem saber se os paramilitares o mataram ou o têm trabalhando para eles.

Tal experiência de solidão tem um sentido diferente dependendo do parentesco e da dinâmica do relacionamento de cada sujeito com o ente querido desaparecido. Se para Lúzia a ausência do irmão significou a perda do melhor amigo, para Marta (Esposo, 2001) significou a perda do apoio na educação dos seus filhos, a ausência do lugar companheiro sentimental e do pai na família: “a gente saber que deita e acorda sozinho é bem duro, o apoio do parceiro faz muita falta para educar os filhos, apesar de que para mim não foi tão difícil porque os dois mais velhos são responsáveis”.

Além do tipo de relacionamento o grau de parentesco também afeta o modo como é interpretado o desaparecimento do ente querido. O desaparecimento do filho pode significar o mesmo que **a perda de um braço**: “imagine a gente como mãe, que tirem o que a gente teve, é que a gente o teve, então é como se lhe cortassem um braço, você vai sentir a falta a vida inteira” (Anali, filha, 1997). O fato de ter dado à luz ao filho é representado como se este fosse parte do próprio corpo.

A experiência de cada sujeito diante do desaparecimento do ente querido é diferente, dependendo do grau de parentesco e do lugar que aquele ocupava na família, o que implica, também, que cada um assume as tarefas relacionadas com a busca do desaparecimento de forma distinta. Alguns contraem responsabilidades e realizam ações na busca e na reclamação de direitos, outros apenas cumprem os trâmites legais obrigatórios: “eu e meu irmão fomos os primeiros que fizemos a denúncia, mas eu me responsabilizei de tudo; esqueci que tinha filhos e marido, apenas me importava com encontrar a Ângela” (Amalida, irmã, 2001).

Por outro lado, **as estratégias de enfrentamento da dor** entram em conflito na família. Em alguns casos, voltar a falar sobre o acontecido na forma de repetição é uma tentativa da compreensão que não se alcança, em outros, **o silêncio** parece ser a saída:

Eu lembro que a gente se reunia muito em família pouco depois do desaparecimento do meu filho, e quando falamos do tema a esposa dele fazia gestos para eu não contar nada na frente dos filhos. Um dia não suportei e contei para eles o que tinha acontecido com o pai. (Maria Diosa, filho, 2003)

O silêncio é usado como uma tentativa de apagar a tragédia:

No início, quando desapareceu, falamos muitas vezes, depois optamos por deixar tudo em silêncio porque sentimos que nos faz mal, nos fere. Minha mãe ficou muito doente e a meu pai o estava *matando a pena moral*⁶⁰, pois sentia-se culpado porque não tinha procurado por ele a tempo. (Blenda, irmão, 1999)

O silêncio é usado como uma forma de banir os efeitos traumáticos do acontecimento e, neste caso, tenta-se colocar um limite ao **sentimento de culpa** que se impõe na família. No trecho acima o filho desaparecido estava diagnosticado como psicótico e sumiu de casa durante um surto, fato que já tinha acontecido. Segundo relatos, foi desaparecido por paramilitares que o assassinaram por estar fazendo escândalo numa igreja.

Se em uma das famílias busca-se apaziguar a culpa do pai, que se sente responsável, em outra, a mesma culpa é motivo de divisão:

quando aconteceu o da menina, ela [minha mulher] me dizia que por minha culpa, por não ter me vindo do sítio⁶¹ e eu lhe respondia que por culpa dela, por ter voltado para lá. Então entramos em um conflito eu e ela e a família também porque os garotos falavam – veja que foi por sua causa, a minha mãe está certa – e outros falavam – é por culpa da minha mãe, meu pai está certo. (Gil, filha, 2001)

Apesar de ser relatado, **o desaparecimento do ente querido se aproxima do tabu, enquanto não pode ser** nomeado e é descrito como “A Questão”. Parece perdida a capacidade de simbolizar, de metaforizar os fatos.

Uma das explicações para a culpa seria o fato de ter sobrevivido (Niederland, 1968, apud Seligmann-Silva, 2005), ela faria parte do ‘síndrome do sobrevivente’. Sob nossa ótica, é tão difícil elaborar o acontecimento traumático que o sentido às vezes é construído a partir da própria destruição, pelo sentimento mortífero **da culpa**. Em outras palavras, o absurdo dos acontecimentos funciona também como barreira para a elaboração do luto, e a culpa aparece para garantir a punição no sofrimento.

O percurso pelas desconfigurações na comunidade e na família relacionadas com o desaparecimento de entes queridos permite afirmar que os sentidos são construídos de forma coletiva, junto com as pessoas que fazem parte das esferas mais próximas da vida. A experiência de ter um familiar desaparecido não é igual para mães, pais, filhos ou irmãos, mas todas elas se relacionam e afetam entre si.

Um ponto de crucial que deveria ser explorado em uma futura pesquisa é o efeito sobre as crianças que provoca o desaparecimento forçado do pai ou de outro familiar. Alguns

⁶⁰ Expressão que indica um intenso sofrimento.

⁶¹ O pai permaneceu no sítio e a filha foi desaparecida por paramilitares na estrada, quando ia visitá-lo.

discursos que representam a infância e a juventude como incapaz ou limitada para compreender situações complexas podem ser questionados por esta via; mas, por outro lado, deve-se enfatizar as consequências sobre as crianças do trâmite que os adultos dão à experiência dolorosa. Os responsáveis por alcançar o fim do conflito armado devem saber que os desejos de vingança podem continuar vivos nas próximas gerações, se os processos de luto não forem resolvidos, conforme foi relatado por uma das entrevistadas a respeito de seu filho.

Se já podemos ratificar o que na teoria era pressuposto – que os sentidos que configuram a experiência das vítimas do conflito armado são construídos socialmente, e que parte deles é construída na família, influenciando a sua dinâmica, enquanto outros têm efeitos nas comunidades das quais faziam parte os familiares de desaparecidos –, a próxima pergunta por responder será: quais são tais sentidos construídos pelos familiares de desaparecidos sobre o evento do desaparecimento? Este será o objeto do próximo capítulo.

5.5 Sentidos e significados sobre o desaparecimento forçado de um ente querido. Possibilidades de construção de sentido a partir da incerteza

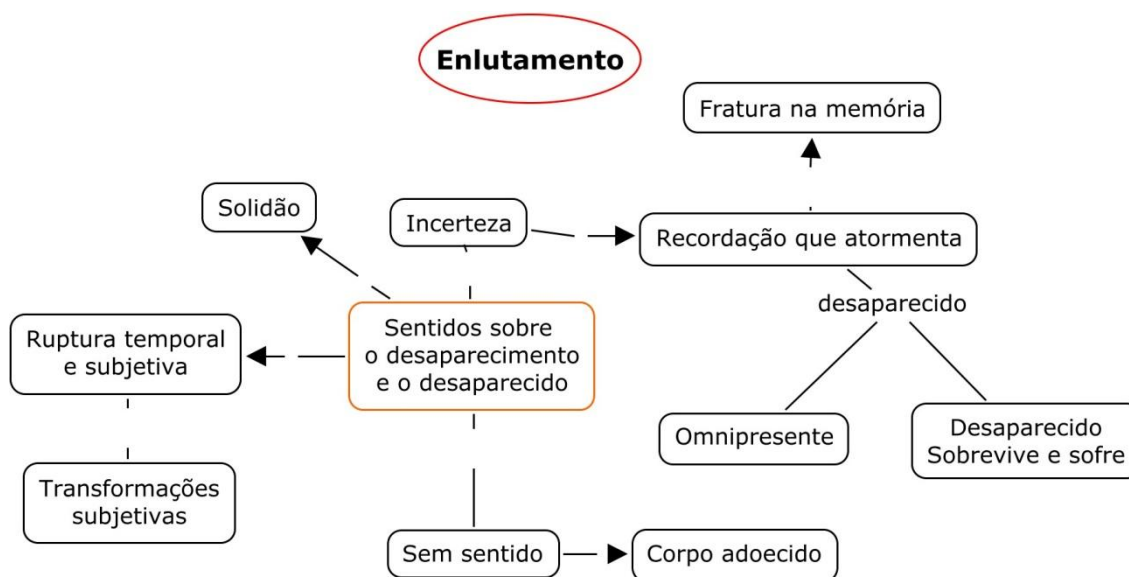


Figura 8 – Enlutamento: uma fratura na memória produzida pela incerteza

O percurso deste capítulo pretende mostrar o que significa para os familiares o desaparecimento de um ente querido. Nesse caminho mostraremos o esforço, a batalha dos

sujeitos entrevistados para construir um sentido sobre uma situação que se mostra sem sentido. Trata-se de uma batalha pela possibilidade de tramitar um acontecimento que pode ultrapassar as próprias possibilidades de simbolização e, portanto, se configura como traumático, já que o trauma pode ser definido como o núcleo de uma experiência para a qual não haveria possibilidade de representação Farias (2001).

Sabendo que o acontecimento violento pode ultrapassar a capacidade de simbolização, nossa primeira pergunta é: por que é tão difícil significar o desaparecimento do próximo?

A resposta talvez possa ser encontrada parcialmente no primeiro grande significado do desaparecimento forçado de um familiar: a **incerteza**. O desaparecimento de um filho, esposo, marido, irmã, pai, mãe etc. planta uma dúvida – poderíamos dizer – obsessiva e não resolvida sobre os fatos, os motivos, os eventos e as ações derivadas do acontecimento. Tal situação implica uma diferença marcante a respeito da morte:

Quando ele desapareceu, minha filha me disse: Mãe, a gente ficou órfã, mas pelo menos você fez o funeral do meu pai, e o que sabemos de Cesar? Quer dizer, ela me fez compreender, e veja que é verdade, não sabemos nem porque o sequestraram. (Marta, esposo, 2001)

Em primeiro lugar, o desaparecimento é valorado como pior que a morte devido ao desconhecimento dos fatos associados. Nesse sentido, os motivos integram, como Gonzalez Rey (2003) já falou, os sentidos que fazem parte da construção da subjetividade. Não poder conhecer o motivo do desaparecimento do ente querido é uma das razões pelas quais o evento torna-se traumático, não simbolizável.

A incerteza mantém uma espera constante, porque o ente querido permanece vivo:

A gente espera ele todo dia, quando toca o telefone de noite penso que é ele, chega um táxi e penso que ele veio, vou no centro e presto atenção para ver se alguém se parece com ele, então é uma incerteza terrível. Enquanto a gente enterra um ente querido, veja por exemplo, há um mês enterramos a esposa do meu cunhado, mas a gente sabe que morreu e sabe onde está. (Flora, filho, 2000)

A comparação com a morte de pessoas próximas repete-se com frequência nos depoimentos porque a incerteza suscita que o desaparecido permaneça vivo, assim, a dúvida não resolvida se interpõe, no caminho do luto. De uma lado estaria a tristeza e a tranquilidade da morte, e do outro, a angústia associada à incerteza do desaparecimento. Nessa mesma direção se expressa Anati (G2, filho, 2006):

Eu sempre achei horrível, porque a pessoas me dizem, mas seus filhos foram mortos, no entanto eu realizei um funeral cristão e sei onde estão, mas não sei se mataram

meu filho, não sei onde o jogaram, alguns falam que o jogaram no rio, outros que numa cova, isso é horrível, eu me pergunto todos os dias se será verdade que está morto. Eu ainda tenho uma esperança, uma ilusão (...) Então isso é uma angústia que a gente mantém diariamente, às vezes a gente acorda chorando (...). Deus saberá até onde nos leva com essa incerteza.

Enquanto a esperança permanecer a angústia estará do seu lado. Mas a ausência do corpo implica a impossibilidade de se realizar o ritual de despedida, o ritual cristão, também peça fundamental do luto e que será explorado pormenorizadamente no capítulo sobre a elaboração da experiência traumática.

A dúvida não apenas faz com que o ente querido permaneça vivo no psiquismo sem que o luto possa ser elaborado – “não sei se está com fome ou com frio, se está morto ou vivo” (Maria, filho, 2002) – como também vem **acompanhada de uma recordação que atormenta:**

É tão doloroso, tão doloroso que é algo que não desejo nem para o meu pior inimigo. A vida toda, todos os dias da vida, a gente acorda de amanhã e lembra-se desse filho, nos espaços do dia, nunca se apaga da mente. Esse filho estará doente, ou não? É doloroso, muito doloroso. (Maria Diosa, filho, 2003)

Tradicionalmente, a visão patológica da memória associa-se ao esquecimento, à impossibilidade de recordação de fatos ou situações, seja em decorrência de lesões ou por fenômenos de recalque. O que os relatos dos familiares de desaparecidos mostram é o fenômeno contrário: a incerteza produz uma falha na memória, mas neste caso não se trata de esquecimento e sim de uma lembrança ultrapresente⁶².

A lembrança ultrapresente na vida dos familiares de desaparecidos forçados pode ser entendida como “excesso de memória”, no sentido explicado por Ricoeur (2010). O excesso de memória é uma forma de “memória-repetição”, assim como o outro lado da mesma moeda é a “insuficiência” de memória, quando lembranças são barradas (recalcadas) e substituídas por sintomas. “O que uns cultivam com deleite lúgubre, outros evitam com consciência pesada, é a mesma memória repetição” (Ricoeur, 2010, p. 93). Deleite lúgubre, como o que os

⁶² Para pensar esta situação que se mostra recorrente nos relatos dos familiares de desaparecidos forçados nos apoiaremos em algumas construções teóricas que Paul Ricoeur utiliza para pensar os problemas relacionados com o conceito memória, o exercício da violência e o luto. O valor do seu trabalho radica para nós na sua preocupação por articular e compreender os pontos de vista individual e coletivo dos usos e abusos da memória. Reconhecemos, com ele, portanto, a dificuldade de usar algumas ideias que nascem no contexto clínico da psicanálise freudiana para construir leituras que abrangem o social, mas por isso lembramos que toda a obra de Freud foi construída partindo da preocupação pelo outro, sendo que suas explicações não podem ser catalogadas como individualistas, mas apenas os usos e as interpretações que dele são feitas porque “do lado de Freud, ter-se-ão notado as várias alusões a situações que ultrapassam de longe a cena psicanalítica, tanto para o trabalho de lembrança como para o de luto. Essa aplicação é tanto mais esperada pelo fato de todas as situações evocadas na cura psicanalítica terem a ver com o outro, não somente do ‘romance familiar’, mas o outro psicossocial, e por assim dizer, o outro da situação histórica” (Ricoeur, 2007, p. 81).

familiares de desaparecidos acumulam na lembrança atormentadora do possível sofrimento que o ente querido ausente deverá estar sentindo e na recordação coletiva e constante do seu desaparecimento, quando realizada de forma acrítica e sem o objetivo de poder construir uma lembrança sossegada e tranquila do desaparecido. A incerteza, então, mantém o ente querido vivo e, portanto, sofrendo no imaginário do sujeito que se lamenta. Além disso, a incerteza alimenta a esperança do retorno do ausente, tornando impossível o trabalho do luto.

Segundo Ricoeur (2010), tal estado não se limita ao drama de um sujeito apenas; para ele, “é no plano da memória coletiva, talvez mais ainda que no da memória individual, que a coincidência entre trabalho de luto e trabalho de lembrança adquire seu sentido pleno (...). É sempre com perdas que a memória ferida é obrigada a se confrontar” (p. 93). A alternativa contra a memória-repetição que não produz nenhum efeito de elaboração da perda é o trabalho de rememoração. Uma das saídas (mas que, aqui, não vamos aprofundar) da memória-repetição seria o trabalho de rememoração no contexto psicoterapêutico, que demanda a coragem do sujeito para se reconhecer enfermo “em busca de uma relação verídica com seu passado” (Ricoeur, 2010, p. 85).

O segundo grupo de sentidos se agrupam em torno da **ruptura temporal e subjetiva** que significa o desaparecimento forçado de um familiar. O acontecimento marca um antes e um depois caracterizado pela destruição do mundo que se habitava, assim o declara a mãe de uma mulher desaparecida: “Para mim mudaram muitas coisas, porque antes do desaparecimento da minha filha a vida era trabalhar, ir para frente e ter projetos, mas depois não existe nada, tudo caiu por terra, tudo acabou” (Anali, filha, 1996). Sem a presença do ente querido **o mundo perde sentido**; a situação se assemelha à morte de um ente querido, com a diferença de que a partir do desaparecimento **o estado de sem sentido vira uma rua sem saída** “porque quando falta um filho a gente acha que tudo acabou, embora existam mais filhos, netos e tudo mais, a gente fica encerrada aí, não existe mais nada para pensar nem como ir para frente, a gente fica aí sem saída” (Anali, filha, 1996).

Tal acontecimento é julgado como o **a pior tragédia** que pode experimentar uma mãe ou uma família:

É a coisa mais horrível que pode acontecer com você como mãe e com a família porque, após o desaparecimento do meu filho a minha vida nunca mais foi a mesma, a família não é a mesma, o desaparecimento é o pior que pode acontecer com um ser humano, porque uma pessoa morre a gente faz o funeral e sabe onde está, mas o que sabemos do meu filho e de tantas pessoas desaparecidas, isso é horrível, é a incerteza. (Flor E3 Mãe, 2000)

Não é possível conhecer onde se encontra o ente querido e, portanto, realizar o ritual de despedida. O ritual do funeral, especialmente o católico, é demandado numa sociedade na qual tais tradições são muito fortes; não poder realizá-lo significa que o ente querido assume uma condição desumanizada para seus algozes: “meu filho não nasceu para semente, mas ele não era um animal, meu filho era católico, meu filho era... tinha uma família” (Flor, E3, Mãe, 2000). O desaparecimento torna um objeto aquele que o sofre, como acontece também na tortura, com o elemento adicional de que o desaparecido perde a sua condição humana quando a família é impedida de realizar o enterro.

O sentimento de incerteza que descrevem os entrevistados forma uma barreira adicional ao processo de elaboração do luto. Por que acontece isso? Podemos nos apoiar na explicação freudiana do luto para compreender o que acontece. Trata-se da resistência em aceitar a morte do ente querido, que permanece em um primeiro momento vivo no psiquismo. No desaparecimento, o ente querido torna-se **sobrevivente onipresente**, prova disso é que a esperança de que esteja vivo não se desvanece:

Veja, eu não perdi a esperança, porque eu ainda não senti o coração rasgar, como que se desprende e foi embora, não, eu ainda o sinto vivo. Mas eu não sei como ele vai ser entregue para mim, se vivo ou se vai ser assassinado, ou se talvez esteja morto desde que desapareceu. Ele já saiu e, não, eu ainda sinto vivo, mas o que eu não sei é como eles vão se entregar, se vivo e em breve morto, ou, na verdade, está morto desde que ele foi levado embora, ou eu sei lá desde quando. O fato é que não sei, as esperanças não as perco, já são nove anos e eu vou continuar esperando. (Marta, esposo, 2001)

A linguagem da Marta mostra que seu esposo ainda “é”, ele não “era”, ainda permanece vivo no seu discurso. A persistência da dúvida sobre a morte do ente querido vira uma barreira ainda intransponível no caminho de uma possível elaboração do luto. O desaparecido sobrevive, por isso, seus objetos pessoais são guardados e até cuidados, esperando o seu retorno: “guardo a esperança de que se está vivo retorne. Tenho roupa dele guardada, a lavo a cada seis meses e a dobro” (Maria Diosa, filho, 2003). Ela mesma depois acrescenta:

Eu mantenho a esperança, até que não haja uma testemunha que me fale que está numa cova, e que eu veja que realmente é ele, não perco as esperanças. Por enquanto guardarei o que possa. Se está vivo hoje está com 38 anos e guardo até as notas do terceiro ano. (Maria Diosa, filho, 2003)

Configura-se aqui um dos paradoxos na experiência dos sujeitos que têm familiares desaparecidos: tais desaparecidos são ao mesmo tempo **superviventes**, porque **a esperança** do seu regresso perdura no tempo. Seus objetos pessoais são guardados e cuidados, esperando

seu retorno. A esperança também se encontra associada à construção de uma **vida paralela e enigmática do desaparecido**: não saber se está sofrendo, se precisa de ajuda, se está bem, onde estará nas datas comemorativas vira motivo de angústia e sofrimento. Quando uma das mães é perguntada se considera a possibilidade de que seu filho esteja morto, responde:

Não, em momento algum; não, nunca. Eu imagino que meu filho sofre, porque quando ele saiu daqui estava doente da coluna, mas não morto, eu sempre espero que chegue que ligue para mim. Por exemplo, esta semana sonhei que ele estava em um quarto, como se fosse uma prisão e do lado havia outros garotos comendo sobras. Eu sonhei que ele estava preso ou era tipo um indigente, não tenho certeza. Eu peço para ele que se estiver morto me fale no sonho e me diga se está bem. À filha que morreu lhe pedi que me falasse onde está meu filho, se está vivo ou morto, aonde posso procurar ele. Até agora não o achei, apenas a incerteza e uma pena diária de que ele esteja vivo para que chegue algum dia. (Flora, filho, 2000)

O depoimento mostra que o ente querido desaparecido permanece vivo e sofrendo; no sonho, o filho está preso e apenas com sobras para comer. É por esses motivos que o sentido que toma a esperança é a pena. Em outras palavras, a esperança é companheira da incerteza e da dor, mas sabe-se que a solução para tal aflição é a certeza da morte. O estado de incerteza se caracteriza em ocasiões por uma contradição; o desaparecido, ao mesmo tempo em que sobrevive na imaginação dos familiares, conjectura-se morto: “eu não o considero morto porque não o vimos, mas sabemos, no fundo, que está morto. O que mais dói no coração é que ele merecia um funeral e não morrer dessa forma” (Blenda, irmão, 1999).

A pergunta que fica é: o que determina a possibilidade de realizar o luto, a prova de realidade ou a realização do ritual de despedida? A resposta será mais bem explicada no capítulo sobre a elaboração da perda. Por enquanto, devemos sublinhar que o desaparecimento parece configurar uma pseudomorte, quer dizer, o desaparecido não morre completamente enquanto o ritual não é realizado. Algumas pessoas que sabem através de testemunhas que o ente querido foi de fato assassinado, mas não encontram o corpo, continuam procurando e reclamando a possibilidade de realizar o funeral, inclusive sem a presença do corpo. É o caso de dois entrevistados que encontraram as ossadas de seus filhos. Facilmente, poderíamos pensar que a certeza da morte dos garotos e o funeral poderiam trazer tranquilidade e sossego aos familiares, mas não é assim. Tal certeza não é suficiente, são reclamadas também justiça e verdade: castigo para os algozes e esclarecimento das circunstâncias e motivos do assassinato. O acontecimento traumático não elaborado parece deixar um resquício (resto ou marca); apesar de serem empreendidas tentativas de esquecimento, reaparece como um imperativo de que se tenha a verdade sobre o destino do seu ente querido e também a punição dos responsáveis.

A reivindicação, que de entrada estaria dirigida ao Estado como responsável pela aplicação da lei, é muito importante para evitar que os sujeitos façam justiça por mão própria, provocando mais violência. O documentário argentino *Víctimas de Homicidio* (2006) apresenta vários casos que apoiam essa tese. São casos nos quais os familiares das vítimas lideraram processos de mudanças sociais para garantir a justiça pelos crimes sofridos. No campo das artes, o filme “O segredo dos seus olhos” (2009) retrata a forma como um sujeito reclama a punição do assassino da sua esposa e, ao encontrá-lo, ele mesmo decide e executa a pena. Essa situação pode materializar-se de diversas formas, que dependem dos sentidos subjetivos construídos em cada vítima. Por outro lado, é possível afirmar que o cumprimento das demandas de justiça das vítimas pode prevenir a reprodução futura da violência.

Observa-se, ainda, que a “supervivência psíquica” do desaparecido mantém vivo o sofrimento dos seus familiares, que se sentem obrigados a pensar assim como imaginam que o ente querido esteja padecendo. Talvez o pedido de certeza sobre a morte do ente querido permitiria a libertação, uma forma de alforria, a finalização de uma dívida que se julga justa. No entanto, novamente resistimos a pensar que a única possibilidade de saída da condição de **enlutamento** seja a corroboração dos fatos acontecidos e a confirmação da morte. Veremos como algumas ações conseguem facilitar a significação da experiência traumática, justamente porque quando falamos de significar estamos reconhecendo que o problema é de caráter hermenêutico.

O tratamento dos objetos pessoais, além de ratificar a significação de que o desaparecido é considerado vivo, é uma forma de atualizar o sofrimento. Os objetos pessoais não necessariamente são usados para evocar aquele que está ausente, pelo contrário, seu cuidado, manutenção e guarda garantem e simbolizam que o desaparecido ainda vive e poderá retornar e reclamar o que é seu: “como eu não o enterrei o sinto vivo, guardo a esperança de que se está vivo, ele retornará. Eu tenho roupa dele guardada, a lavo a cada seis meses e a dobro de novo” (A. Rosita, G3, filho, 2002).

Os objetos pessoais guardados representam a presença e o respeito por aquele que ainda ocupa um lugar dentro da família e possui um lugar no seu lar que não foi usufruído por outro:

Eu sinto tristeza quando vejo as coisas que tenho dele, (...) guardo as coisas do exército, o pouco que havia dele em casa ainda está. Sempre com esse sentimento de que um dia vai chegar e vamos mostrar para ele que estava desaparecido, mas não o expulsamos da casa. (Lúzia G2, irmão, 2004)

O cuidado e tratamento dos objetos pessoais apoiam a tese de que a memória dos desaparecidos deve ser honrada com o sofrimento quase irremovível dos seus familiares, que consideram uma traição “matar o ente querido sem a certeza da sua morte”. É essa a condenação que deve ser superada no luto: como vencer a culpa que se desprende de asseverar que o filho, o irmão ou o pai morreram, sem ter as provas necessárias, sem ter a certeza?

O desaparecimento de um ente querido também significa **solidão**. No capítulo sobre as desconfigurações familiares e comunitárias ficou claro que cada integrante da família assume o acontecimento violento de uma forma particular. Neste caso, Lúzia (irmão, 2004) reconhece que, para ela, a perda do irmão significou isolamento e solidão:

Eu não tenho um bom relacionamento com a minha irmã, somos como desconhecidas, da mesma forma que com minhas tias. Elas acham que eu me isolei e pensam que agora que Walter não está deveria estar mais unida com minha irmã. Elas não compreendem a solidão que eu sinto devido a ele, elas acham que, se desapareceu, nada pode se fazer, mas eu comecei a providenciar para que um dia apareça, vivo ou morto. Eu gostaria de poder contar o que acontece, sentir a presença dele, porque para mim isso é importante, porque quando eu tive um problema sempre procurava por ele, chorava com ele, e sinto muita falta disso, do seu apoio.

Assim mesmo, o significado construído sobre o desaparecimento de um ente querido dependerá, em grande parte, do relacionamento prévio com ele.

O acontecimento traumático “é qualquer situação que transborda à elaboração, para quem sofre” Farias (2008). Em outras palavras, “o trauma faz aparecer, numa fratura, filigranas impossíveis de serem representadas, qual a posição do sujeito diante de tais circunstâncias? (...) o sujeito pode manter isolado o material decorrente da vivência, sem qualquer significação e, nesse caso, estamos diante de uma perda” Farias (2008). Por isso, o afetado utiliza os meios que tem à sua disposição para produzir sentido. Um exemplo é a função de “bengala” que a religião católica cumpre no trabalho de construir um sentido sobre a perda e sobre a pena. **O desaparecimento do ente querido constitui um sem sentido** que possui várias vertentes: a primeira delas é a ausência de palavras para nomear-se, a angústia de não poder dizer quem sou:

Qual o nome das filhas, das mães de desaparecidos? Se sua mãe morrer você será órfão, se seu esposo morre você é viúva, qual o nosso nome, qual seria o nome para as mães dos desaparecidos? Porque são filhos, filhas, mães, avós que estamos nesta organização e perdemos tudo, que sentido tem um dia de mães se o filho que mais amava não está comigo, meu filho mais velho que ligava todo dia de manhã para ver como estava, que ligava para mim todo dia e falava – mamãe, já cheguei, pode deitar tranquila. (Flor G2, filho, 2000)

O desaparecimento do filho é acompanhado da perda de uma parte da própria identidade. Instala-se um problema porque, segundo afirma Flor, existe um vazio significativo que precisa ser preenchido para recuperar a identidade lesada pela incerteza. À falta de palavras para se identificar diante do outro (como dificuldade para construir o sentido) une-se a ausência de motivos para explicar a ação violenta contra o ente querido:

Por que desaparecem com uma pessoa sem motivo, sem dever nada a ninguém? Então a gente sempre chega aí, a perguntar-se, depois se tranquiliza, mas depois volta a interrogação do que acontece, de onde estará esse garoto, estará morto, vivo? (Rubi, G2, sobrinho, 2004)

A falta de razões para explicar a violência exercida sobre o ente querido é mais um obstáculo para a construção de sentido. Reclama-se porque não existe uma justificativa para o desaparecimento, ou seja, aquela pessoa não era para ser tratada assim por não ser criminoso, seria mais fácil de entender se o desaparecido fosse bandido, porque seria justo seu castigo. No mesmo sentido aponta o testemunho de Sueli (filho, 1998): “o que não se aceita é a forma vil como foram mortos, se a gente soubesse que eram viciados em drogas ou seria de se esperar uma notícia assim, mas eles eram trabalhadores e estudantes”.

Por trás desses testemunhos está a ideia de que existem violências justificáveis e outras injustificáveis. Sem perceber, as vítimas raciocinam da mesma forma que os algozes: paramilitares, guerrilheiros ou integrantes do exército. Cada grupo justifica suas ações violentas em nome de um ideal diferente e defende o extermínio do outro com o argumento de seu pertencimento ou colaboração com o adversário. Nossa posição a respeito coaduna-se à de Hannah Arendt (1994), quando declara que a única violência justificável é a defesa própria.

Diante de tais dificuldades, **a religião** pode ser uma “aliada” para significar a experiência violenta, uma espécie de bastão usado por alguns para construir sentido sobre a tragédia e o sofrimento:

Pequenas coisas que acontecem fazem com que eu acredite que eu posso (superar o sofrimento) não sozinha, mas com ajuda de Deus, porque ele está dentro de mim, porque ele me guia, está comigo e estou certa de que mesmo que tenham acontecido essas coisas, elas aconteceram para eu aprender, porque a gente dos fracassos e das coisas ruins que acontecem na vida deve aproveitar o bom e nunca é tarde. (Marta, esposo, 2001)

Há duas alternativas diante do sofrimento. A primeira é encontrar um sentido sobre ele, tornar o sofrimento em si mesmo um sentido de vida, como de fato acontece em alguns casos com a experiência traumática não tramitada. No entanto, o sofrimento, a violência, o exercício do poder sobre o mais fraco também possibilita que os sujeitos e sociedades

construam alternativas criativas, aprendizados, novas formas de se conduzir e de enfrentar a dor. Essas possíveis saídas que são indicadas no depoimento anterior serão objeto de um capítulo posterior, porque nelas radica parcialmente a possibilidade de elaboração da experiência traumática e de **transformações subjetivas**.

Até aqui podemos dizer que o sofrimento produzido pelo desaparecimento forçado de um ente querido está determinado em grande parte pela **incerteza da morte**, não saber constitui um fato que age como uma tortura. Este ponto não pode ser esquecido na tentativa de entender o problema, porque daí parte o esforço por construir sentido.

Em segundo lugar, da dificuldade para construir sentido conduz a culpa que haverá de garantir a própria punição. Como “curtir” a vida enquanto o outro desaparecido continua vivo e sofrendo? Desse modo, a incerteza se traduz na ideia de que o desaparecido sobrevive e sempre está sofrendo na imaginação dos seus familiares. O próximo elemento que entra em jogo é o sem sentido do acontecido, a impossibilidade de explicar, a ausência de motivos e justificativas para que tal violência seja exercida, mas também de palavras para se definir depois da experiência violenta. Por isso, a experiência traumática significa uma ruptura subjetiva que divide a própria história em um antes e em um depois do acontecimento, e será a partir de tal ruptura que sentidos e transformações serão construídos.

5.5.1 O corpo da experiência traumática

Se a experiência traumática se define em si mesma porque ultrapassa as possibilidades de simbolização, como se manifesta esse vazio de sentido? Uma das respostas é escrita no corpo das vítimas: o luto se escreve no próprio corpo e o acontecimento violento se torna causa de todo tipo de dor e doença.

Os sinais de adoecimento e a experiência corporal fazem parte da impossibilidade de lhe dar um sentido ao desaparecimento. O que não se simboliza reaparece como sintoma e, ao mesmo tempo, a tragédia vivida torna-se o motivo para adoecer. **O corpo dói e adocece:**

Eu tive uma dor terrível, uma dor de cabeça, e eu chorei, chorei, chorei..., então o médico me disse que era estresse, e me receitou comprimidos para relaxar, mas esses comprimidos me faziam dormir e me deixavam boba, então como eu não podia estar assim, decidi que tinha que me controlar eu mesma, mas as versões livres dos paramilitares me lembram de tudo isso, e eu fico doente e aumenta a minha pressão. (Maria, filho, 2002)

O encontro com os algozes que relatam os crimes cometidos no processo de *Justicia y Paz* desencadeia uma série de sintomas. Piedade (esposo, filho, 1996) diz: “eu mantenho uma dor de cabeça todos os dias, constante, sempre estou estressada, chega dezembro e para mim é um tormento, sempre suando”. Foi em 18 de dezembro que desapareceram seu filho e seu marido, época em que as dores no corpo se intensificam.

Ao mesmo tempo em que a experiência traumática se sente como dor no próprio corpo também são relatados outros tipos de sintomas. A incerteza, ferida na memória que torna impossível esquecer, que se reconhece na **insônia**. “Tento esquecer, mas não posso. Estou pensando em meu filho o tempo todo, eu não durmo à noite, estou sempre pensando que vai ligar para mim e voltar logo” (Flor E3 Mãe, 2000).

Os sentimentos estão ligados ao adoecimento. Nesse caso, é o ódio que explica a doença:

Eu fico doente pelo ódio, a cólera, o ressentimento e o medo, eu tomo medicamentos, muitas vezes, sem necessidades, porque eu sei que se odeio uma pessoa, se sinto raiva, cólera e estou com medo isso causa em mim gastrite. O medo me faz sentir o calor aqui e gastrite. E o ódio me faz sentir dor cabeça. (Marta, Esposo, 2001)

Cada um dos sintomas é explicado e relacionado com um sentimento particular, seja o medo ou o ódio. O sofrimento, portanto, não é apenas psíquico, ele está acompanhado da experiência do corpo que adoenta e as doenças serão explicadas a partir daí pelo desaparecimento do ente querido. Amigdalite, pressão alta, tumores, insônia e AVC são algumas das doenças que os familiares de desaparecidos relacionam com o desaparecimento. Não poder esquecer, não parar de pensar no destino dele é o que explica esses e outros sinais no corpo:

Eu pediria que me dessem uma indenização para eu sustentar o filho que ficou e as netas, esse é meu desejo, saber que pude sepultá-los ou que não foi possível encontrá-los. Eu acho que com isso passaria minha doença (...) A doença é o **estresse, a pensadera**⁶³. Eu penso todos os dias dia e noite, onde estiver. (Piedade, esposo, filho, 1996)

A perda dos entes queridos não deixa apenas um vazio afetivo, mas em algumas ocasiões, dependendo do lugar que ocupava o desaparecido, também uma insegurança econômica. O pensamento vira uma tortura constante que não dá trégua. **Os problemas, as doenças, as dificuldades e as calamidades posteriores são explicados pelo**

⁶³ Expressão que indica pensamento ou ideia fixa obsesiva.

desaparecimento do ente querido. Em outras palavras, o desaparecimento se torna o motivo de todas as fatalidades posteriores, como descreve Piedade (esposo, filho, 1996) sobre o ocorrido com seu filho depois do assassinato e desaparecimento de seu esposo e de seu outro filho:

Ele se jogou na rua para se drogar devido ao que nos aconteceu na nossa terra. Ele me falava que se sentia triste, desiludido porque não estava o pai nem o irmão. Então quando mataram o outro ele se jogou na rua, já não se interessava por nada e se drogou, pegou uma tuberculose, um tumor na cabeça, um câncer, e isso o matou há seis meses.

Doenças, adições, depressão e qualquer infortúnio torna-se uma consequência do desaparecimento do ente querido. O acontecimento é julgado como sendo o elo, a partir do qual começa uma vida carregada de destruição. Tal estado domina o sujeito enquanto a perda não se elabora, sem que o passar do tempo possa modificar a tristeza: “Eu tenho uma filha que está muito deprimida com isso, caiu numa depressão e está muito doente por causa disso, sempre está mal e diz que vai descansar apenas quando souber alguma coisa” (Maria Diosa, filho, 2003).

O sofrimento pelo desaparecimento toma conta da vida de tal forma que acontece **uma perda de interesse pelo mundo**, característica dos quadros depressivos:

Eu me rendi à tristeza e à dor. Dediquei-me a comer e dormir um ano inteiro. Como me mandavam o salário da empresa dele, eu apenas pagava as contas e comia; dormia e comia... Às vezes meus filhos chegavam da escola e nem comida tinha para eles, ou seja, me rendi à depressão. Foi horrível, não procurei ajuda, não fiz nada. (Marta, Esposo, 2001)

A perda de interesse pelo mundo, a perda do desejo, caracteriza um estado que poderíamos chamar de **enlutado**; o sujeito permanece sem elaborar a perda, isolado: “eu parei de sair, vivia fechada, para mim não existia mais nada, apenas viver fechada, chorando e cuidando das crianças” (Anali, filha, 1996).

A partir do que apresentamos neste capítulo, podemos concluir que o vazio de sentido reaparece como sintoma: na falta de palavras o corpo fala, o corpo se queixa. Observamos em alguns casos que as somatizações – manifestações no corpo –, sejam dores ou doenças sofridas pelos sujeitos, são remetidas a explicações como a tragédia do desaparecimento de um filho, do esposo, do irmão, etc. A tragédia do desaparecimento torna-se causa dos mais variados agravamentos de saúde; em outras palavras, as doenças tomam um sentido, elas se relacionam com a perda do ente querido. Aquilo que não se resolve pela via simbólica, retorna no corpo.

Outro elemento que deve ser levado em conta é que alguns profissionais da saúde dizem para os pacientes que os problemas de saúde estão relacionados com a tragédia vivida. Não existe, na maioria desses casos, a construção pessoal de um sentido, e sim o saber do médico incorporado como uma explicação de caráter externo, que não necessariamente diz respeito.

Por outro lado, aparece uma pergunta: qual é o sentido da culpa que aparece em alguns sujeitos que se responsabilizam pelo desaparecimento do ente querido? Uma das possíveis respostas nós encontramos em Freud (1917). Segundo ele, a não elaboração da perda no luto inacabado pode desencadear um estado de melancolia. Pensamos que, no caso dos familiares de desaparecidos, o “enlutamento” deixa aberta uma ferida que carrega algumas das características da melancolia, como as autorrecriações, consequência do vazio de sentido para o desaparecimento. Observamos sujeitos ancorados ao sofrimento que temem liberar-se do sofrimento porque presumem, através da fantasia, que os seus entes queridos permanecem vivos.

Outro elemento relacionado com a culpa é o desconhecimento dos perpetradores do crime. Tal fato dificulta a possibilidade de colocar a responsabilidade em alguém e facilita a construção de uma fantasia que preencha o vazio de sentido.

Apesar do difícil que possa ser a construção de sentido sob condições de incerteza, constatamos o esforço que os familiares de desaparecidos realizam nessa direção, esforço que, com certeza, leva a transformações subjetivas. Que tipo de mudanças acontece nos sujeitos que atravessam este tipo de experiência traumática? Esta será uma das perguntas que orientará a próxima parte do trabalho, dedicada às alternativas para superar o enlutamento.

5.6 Sobre as formas de superação do enlutamento. Invenções, respostas e possíveis produções subjetivas diante da experiência traumática

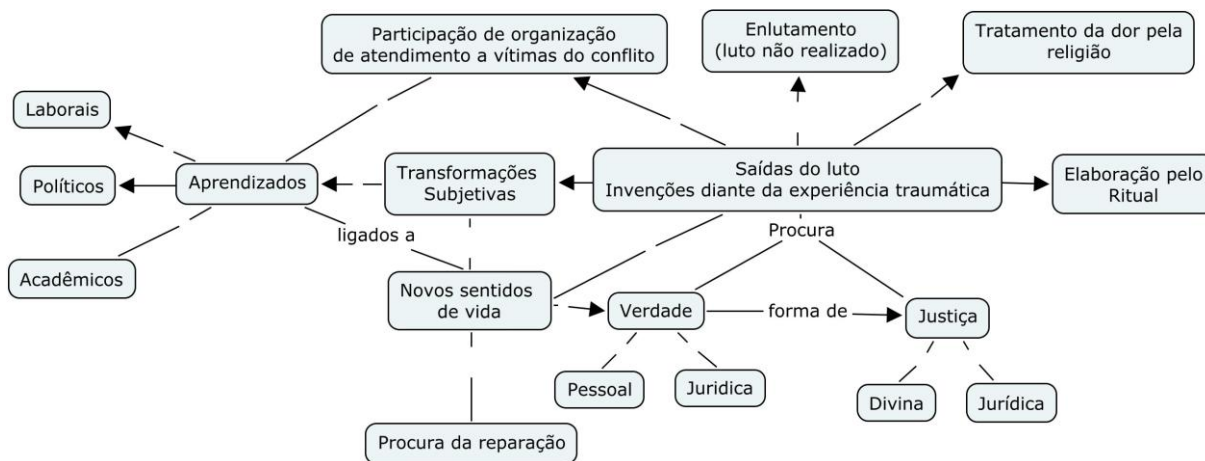


Figura 9 - Sobre as possibilidades de superação do luto

Sabemos que a experiência traumática se caracteriza, entre outros elementos, pela dificuldade de simbolização que envolve. Até o momento foram descritas as consequências da não simbolização (“enlutamento”): sintomas, somatizações, perda do sentido da vida, desconfigurações comunitárias e familiares, feridas na memória etc. Por esse motivo, o capítulo começa relembrando algumas das razões de ser tão complicada a construção de sentido sobre o desaparecimento de um ente querido.

O caso específico que aqui é tratado envolve um paradoxo de forma imediata: a verdadeira testemunha da experiência violenta é o desaparecido, enquanto o sujeito que enfrenta uma perda, o que procura é um conhecimento sobre os acontecimentos que envolvem o desaparecimento: quando, onde, quem, sob que circunstâncias? São perguntas que ele tenta responder. O paradoxo, então, configura-se porque o sujeito procura o sossego no encontro de um saber sobre a experiência violenta do seu ente querido. Os familiares dos desaparecidos dizem que ficariam tranquilos se soubessem o que houve, que se tivessem visto que seu ente querido foi assassinado seria mais fácil o trabalho do luto. O problema que enfrentam então é duplo: por um lado, a perda da pessoa amada e, por outro, o desconhecimento do que lhe aconteceu, dupla perda do saber e do objeto, dupla dificuldade para significar o acontecimento. Esse é um dos motivos pelo qual o trabalho do luto não se realiza com a naturalidade esperada.

O **enlutamento** não é outra coisa que a não elaboração da perda de um ente querido que desapareceu. Entre os motivos que as vítimas do conflito armado enumeram para que esse trabalho não seja realizado encontram-se a não realização do funeral e a incerteza sobre a morte, que conseqüentemente está acompanhada da esperança de que esteja vivo, ou seja, o desaparecido sobrevive para o enlutado que continua esperando sua chegada por tempo indefinido. Assim, o familiar guarda suas pertenças e constrói fantasias sobre seu retorno:

Há mais ou menos um mês sonhei com ele, vi ele, igualzinho como era. Eu acredito que meu filho não está morto, ele está vivo, ele está vivo dentro do meu coração, porque eu me lembro dele. A minha filha menor também o viu, ele se apresentou e disse que logo íamos estar juntos. Ele falou para mim e disse que graças a Deus permitiram que ele voltasse para a casa. (A. Rosita, G3, filho, 2002 anos)

O enlutado anda com a tristeza à sua frente:

Eu admiro as pessoas que aceitam a mão do outro e perdoam. Mas o que perdoa e não esquece não perdoa. Talvez seja verdade o que diz meu marido que eu não vivo tranquila e não vou estar feliz porque tenho a tristeza em frente, não posso fazê-la a

um lado e seguir, eu sempre vou para adiante, mas ela está diante de mim. (Lúzia, irmão 2004)

O enlutado não consegue ultrapassar, deixar para trás, esquecer e perdoar a ofensa. Como afirma Ricoeur (2010), o trauma está composto por uma ferida na memória, prova disso é a hiper presença da lembrança dolorosa, amarga, acompanhada muitas vezes do desejo de vingança. Em compensação, com a superação do enlutamento pode produzir a condição de sarar a memória. Já a recordação sem angústia será prova de haver perdoado e, portanto, de não ansiar a vingança.

O discurso da entrevistada traz um elemento novo que relaciona o perdão com a elaboração da experiência traumática. Com efeito, a evidência do perdão será a superação da lembrança hiper presente, o que indica que o perdão não necessariamente é um caminho de duas vias, ele pode operar apenas a partir do ofendido. Ambos, elaboração e perdão, encontram-se entrelaçados.

Diante desse panorama, o primeiro elemento que encontramos sobre a elaboração da perda é que ela, em muitos casos, é **não realizada**. Mas, se existe uma série de indicadores da não realização do luto no discurso das vítimas, esse mesmo discurso deve indicar as possíveis alternativas de sucesso para sair do estado de enlutamento.

O que mostraremos a seguir é que não existem **saídas completamente individualistas** da experiência traumática. Estas são conceitualizadas por aqueles que consideram que a realização do luto depende exclusivamente do sujeito que sofreu a perda e desconsideram a importância do contexto social. O perigo dessa visão é seu caráter indeterminista e dicotômico. Sob nossa perspectiva, toda possibilidade de elaboração está composta por elementos individuais e sociais que se encontram interligados.

Apesar da experiência traumática, as respostas dos sujeitos para sua tramitação podem produzir criações e invenções que contribuem para a construção de novas subjetividades, como poderá ser constatado nos relatos de familiares de desaparecidos que descrevem que, depois de passarem por um período depressivo, são produzidas mudanças identitárias, começam os processos de participação política e eles assumem responsabilidades antes consideradas impossíveis. De fato, apesar de não existir a possibilidade de realizar o ritual do funeral nem a prova de realidade frente à morte do ente querido no desaparecimento forçado, o trabalho do luto é possível. Claro que o Estado tem a responsabilidade de esclarecer os acontecimentos que envolveram os crimes. No entanto, a tramitação da perda depende do movimento psíquico que faz um sujeito frente ao objeto perdido e não do reencontro com ele, nem, necessariamente, a recuperação do cadáver (Diaz Facio Lince,

2008). Em outras palavras, a prova de realidade não é necessária para a chegada a bom termo do trabalho do luto.

É isso que nos aporta a reflexão de Díaz Facio Lince (2008). Ela sustenta essa afirmação na noção freudiana de realidade psíquica, porque, para a elaboração da perda, a libido deve ser retirada do objeto psíquico e não do objeto externo. Mesmo com a presença do cadáver, que permite fazer a prova de realidade externa, o trabalho do luto consiste exatamente em retirar a libido da representação do objeto amado, não do objeto em si mesmo. O fundamental aqui não é colocar a ênfase na explicação psicanalítica, mas mostrar como, a partir dessa outra perspectiva, é possível afirmar também que o sujeito que enfrenta o desaparecimento forçado de um ente querido não está condenado ao sofrimento eterno; existe a possibilidade de significar, simbolizar, tramitar a perda. Segundo Díaz Facio Lince (2008), “se a psicanálise define o sujeito pela relação particular que ele instaura com o gozo, na noção de ato do luto encontramos que a forma de gozo com relação ao objeto perdido caiu, e o sujeito tem se transformado na sua singularidade. Depois do ato do luto o sujeito não terá mais vontade de responder ao gozo que o submete à dor” (p. 10).

Quais são então, segundo ela, as possíveis saídas do sujeito diante da experiência traumática? A primeira seria pela via do real, na qual está a vingança; a segunda pela via imaginária, como processos identificatórios; e a terceira pela via simbólica. Nesta última estaria incluída a análise como proposta terapêutica e outras três possibilidades: o ritual, a justiça e o “ato como forma de ingressar, elaborar e concluir o luto diante do desaparecimento forçado” (Díaz Facio Lince, 2008, p. 11).

A primeira das saídas simbólicas que propõe a autora encontra-se sustentada nas colocações de vários antropólogos, entre eles Van Gennep (1978). Segundo ele, o ritual do funeral tinha uma dupla orientação: que o falecido fizesse sua passagem para o mundo dos mortos e, ao mesmo tempo, que os sobreviventes pudessem voltar sua atenção e energia para o mundo dos vivos. É por esse motivo que “a falta de uma estrutura ritual simbólica que facilite o luto, nos casos de desaparecimento, resulta depois em um rompimento do vínculo social; o que se exclui da morte na ordem simbólica retorna no real da transgressão e o horror” (Díaz Facio Lince 2008, p. 11). É o que acontece, por exemplo, com os atos de vingança exercidos por alguns sujeitos que em algum momento foram vítimas da violência. É por isso que a realização de funerais e despedidas simbólicas dos entes queridos, nos quais jogam um papel fundamental as organizações e instituições de atendimento de vítimas, facilitam a entrada no luto, a mudança de posição diante do ente querido desaparecido e a ressignificação da experiência violenta, como veremos nos relatos.

A segunda alternativa que indica Díaz Facio Lince (2008) é a eficácia simbólica da justiça. “A justiça, nos âmbitos onde se têm produzido processos de verdade, justiça e reparação, contribuiu para mudar o estatuto do objeto desaparecido e ter a dimensão de objeto assassinado” (p. 13). O efeito dos testemunhos dos que realizaram os crimes permite que as vítimas tenham clareza sobre o acontecido com seus familiares e se confrontem com a realidade da perda, facilitando também a entrada no trabalho do luto (Díaz Facio Lince, 2008, p. 13). Aqui, o trabalho da Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação e dos juízes responsáveis por aplicar a Lei de Vítimas é fundamental. Na Colômbia, o que se poderá conseguir por essa via encontra-se limitado pela decisão do anterior Governo de extraditar os chefes paramilitares para os Estados Unidos, já que eles realizaram a grande maioria dos desaparecimentos. A justiça também limita as possíveis ações de vingança que possam realizar as vítimas da experiência violenta, entrando como um terceiro regulador.

Finalmente, a terceira via consiste na possibilidade que tem cada sujeito de tomar a decisão de realizar o trabalho do luto, apesar das dificuldades especiais que o caso do desaparecimento comporta. Díaz Facio Lince (2008) reitera que não é o encontro do corpo nem a confirmação da morte do desaparecido o que garante o luto, mas a mudança de posição do sujeito frente ao objeto perdido. Para ela, manter a dor pela perda do ente querido de forma indefinida é, em alguns casos, a única forma de manter o vínculo com o desaparecido, vínculo que deve se modificar para o sucesso do luto. Concluindo, é possível dizer que um sujeito que tem um ente querido desaparecido pode, sim, ingressar, realizar e concluir um processo de luto durante o qual muda a sua relação com o objeto perdido; ele não está condenado ao sofrimento eterno, existem saídas possíveis.

Sobre essas três vias que se apresentam como alternativas e propostas para a realização do luto pode-se dizer que as duas primeiras têm um caráter mais social e dependem, ao menos em parte, da ação de um coletivo, grupo ou instituição, enquanto a segunda depende de uma tomada de decisão, para a qual o responsável direto é o sujeito.

Nessa mesma via, Gagnebin (2006) considera que as observações aportadas por Freud a partir de suas observações clínicas e, especialmente, no texto *Recordar, repetir, elaborar* (1969a), podem ser “usadas para pensar também, por analogia, processos coletivos de memória, de esquecimento, de repetição” (p. 103), assim como para explicar processos de trauma e elaboração. Ela acrescenta que Ricoeur (2010) propõe apoiar-se nas orientações terapêuticas de Freud “para melhor compreender os processos coletivos e políticos de elaboração do passado: políticas de anistia, de perdão, de graça, instauração de comissões de pesquisa ou de investigação sobre os acontecimentos passados; processos igualmente de não

elaboração, de recusa ou de recalque coletivo: repetições, denegações e volta(s) violenta(s) do recalado” (p. 104).

Conforme propõe uma consideração freudiana realçada por Ricoeur (2007), para que o sujeito saia da repetição compulsiva, ou seja, da queixa baseada na lembrança infeliz reencenada, deve ter a coragem de centrar a atenção na sua doença; sua própria doença não pode ser mais algo vergonhoso: ele a deve enfrentar como um adversário e extrair elementos positivos para sua própria vida (Gagnebin, 2006). Isso quer dizer que o processo de elaboração, de significação da experiência traumática, parte da decisão do próprio sujeito de se colocar num lugar diferente do de uma vítima passiva. Desse modo, é possível identificar pais de desaparecidos na Colômbia que se deslocam da sua condição de vítimas passivas e investigam por sua conta as condições de desaparecimento dos seus filhos, reivindicam uma reparação moral por parte do Estado e a sociedade e encaram os testemunhos dos paramilitares desmobilizados na procura de notícias sobre seus entes queridos, que possam apoiar a construção de sentido sobre o acontecido. Isso não quer dizer que os familiares dos desaparecidos devam assumir como sua a responsabilidade de fazer a justiça, que é própria do Estado, mas mostra saídas escolhidas por alguns sujeitos para tentar dar sentido a um acontecimento doloroso.

Em síntese, as colocações de Gagnebin sugerem que a elaboração de acontecimentos violentos por parte das sociedades envolvidas e a possibilidade de não repetição deles passa pela defesa de “um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado realizado por meio de um esforço de compreensão e esclarecimento do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos” (Gagnebin, 2006, p. 105).

O lembrar ativo que realça Gagnebin (2006) ou a tramitação pelo simbólico, como descrita por Díaz Facio Lince (2008), se observa também nos exercícios de narrativa da experiência violenta. O estudo das funções da narrativa é de especial importância para a pesquisa social porque envolve considerações éticas sobre as implicações que a investigação acadêmica pode comportar na elaboração do sofrimento. As observações clínicas freudianas colocadas no texto *Recordar, repetir, elaborar*, referenciado anteriormente, explicitam a importância da verbalização e da simbolização para a elaboração.

Um tipo de narrativa na qual um dos efeitos produzidos pode ser a tramitação do sofrimento é a literatura de *teor testemunhal*, “o teor indica diversas modalidades de relação entre o real e a escrita. Esse real não deve ser confundido com a realidade tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance naturalista e realista: o real que nos interessa aqui deve

ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação” (Seligmann, s.n. p. 1). Existem clássicos mundiais desse tipo de texto, escritos, sobretudo, por sobreviventes da Shoa e dos Gulag⁶⁴ soviéticos, entre os que se reconhecem Primo-Levi e Ruth Kügler. O caso da violência colombiana não é uma exceção, quase todos os ex-sequestrados escreveram um livro contando sua experiência. O mais conhecido deles é o publicado por Ingrid Betancourt: *Não há silêncio que não termine: meus anos de cativo na selva colombiana*. Nesses casos, todos os autores declararam que narrar suas histórias facilitou a cura de algumas feridas. Uma obra mais próxima do caso dos familiares de desaparecidos é *A ausência que seremos*, de Hector Abad Faciolince, que conta a história do pai que foi assassinado por paramilitares como uma forma de elaborar e vingar a perda.

Não se pode esquecer que a possibilidade de tramitação do sofrimento por essa via específica requer habilidade com a escrita, a qual não tinham muitas das vítimas da violência. De fato, durante a coleta de dados desta pesquisa, o instrumento escrito (apesar da sua simplicidade) teve que ser aplicado a algumas pessoas com acompanhamento e ajuda do pesquisador, devido às limitações educacionais dos participantes. Apesar de tais problemas, um processo desse tipo é possível e pode produzir efeitos transformadores, como é o caso dos textos publicados por Patricia Nieto, jornalista colombiana que ganhou o Prêmio Nacional de Cultura com o livro *Llanto en el paraíso. Crónicas de la guerra en Colombia*. O trabalho de pesquisa realizado por ela precisou de um tempo considerável e do acompanhamento paciente dos pesquisadores na construção dos relatos das vítimas do conflito armado que participaram da iniciativa. Porém, sem dúvida nenhuma, o resultado final não só foi um livro que serve como testemunho e memória das atrocidades da guerra na Colômbia, mas também a elaboração do sofrimento dos participantes por meio da narrativa.

Para concluir, tanto a narrativa oral quanto a narrativa escrita podem produzir efeitos de elaboração do sofrimento, compreensão da experiência violenta e significação dela; nenhuma das duas é uma forma individual de elaboração. Toda possível forma de significar a experiência violenta é social porque envolve a linguagem. Da mesma forma, algumas ações específicas realizadas pelo Estado ou pelas organizações responsáveis pelo acompanhamento às vítimas do conflito armado facilitam esses processos. Portanto, um dos nossos objetivos é descrever, a partir das narrativas produzidas na coleta de dados, a significação da experiência violenta pelos familiares dos desaparecidos e como essa significação se produz em relação com as instituições sociais, partindo da ideia de que as vítimas do conflito armado produzem

⁶⁴ Administração Geral dos Campos de Trabalho Correccional e Colônia.

formas criativas e corajosas de enfrentar o sofrimento, formas de resistência às tentativas de eliminação ou de “coisificação”⁶⁵ ou de eliminação por parte dos que exercem a violência. Acreditamos que os resultados poderão facilitar o processo de superação das feridas causadas durante o conflito e que dessa superação depende, em grande parte, a diminuição da violência e a solução do conflito armado colombiano.

Não existem saídas apenas individuais ou sociais, pois são importantes tanto a decisão subjetiva quanto a intervenção de organizações sociais e governamentais, assim como a família, um contexto favorável etc. Diremos que dentro das possibilidades de elaboração de luto para familiares de desaparecidos forçados algumas delas se classificam como **facilitações coletivas**, sendo que elas podem ser de caráter imaginário ou simbólico. A primeira saída é que oferecem **instituições de atendimento** às vítimas da violência. Já foi descrito antes como alguns sujeitos constroem um novo sentido de vida a partir do trabalho realizado em ONGs que prestam atendimento a outros familiares de desaparecidos, mas, ao mesmo tempo, tais instituições facilitam, em alguns casos, assumir a morte do ente querido para poder realizar o luto:

[o que me permitiu fazer o luto] é que já sou ciente do que está acontecendo. Eu não vim a este movimento porque queria fazer parte dele, mas porque tinha uma pessoa desaparecida, e quando a gente escuta os depoimentos e os comentários nos municípios, termina se conscientizando e fazendo a ideia de que está morto. (Tere, filho, 1998)

As informações recebidas através do trabalho na ONG facilitaram que Tere pudesse falar em tempo passado do desaparecimento do seu filho: “hoje ele não está mais desaparecido, está morto”, abrindo uma porta à elaboração do luto. Ao mesmo tempo, as oportunidades que algumas instituições facilitam para a reclamação dos direitos, e de ser escutado, favorecem as saídas da experiência traumática.

O segundo contexto, que funciona para alguns como ferramenta na elaboração da experiência traumática, são os **atendimentos psicossociais**. Tais atendimentos abrem espaços de escuta que propiciam a simbolização:

Em Guarne, eu estou fazendo um trabalho com uns mexicanos, (...) O trabalho se chama autovalorização, consiste em se conhecer interiormente e valorar-se como ser humano, como seres únicos que viemos a este mundo a desfrutar e não a sofrer. Eu acho que tive que enfrentar coisas difíceis, mas ainda tenho tempo de desfrutar de

⁶⁵ Das formas de violência é a tortura a que de forma mais radical procura a coisificação e desumanização da vítima. No entanto, qualquer forma de violência, mesmo sofrida de forma secundária, está orientada a destruir e apagar qualquer forma de resistência.

meus filhos. Eu vivi em meio da dor e da tristeza, e não aproveitei. (Marta, Esposo, 2001)

Sem o propósito de fazer uma avaliação pormenorizada das implicações éticas e da eficácia de cada orientação de intervenção psicossocial, o fato é que para as vítimas da violência esse tipo de espaço pode favorecer uma mudança de posição frente ao sofrimento, conforme foi relatado por Maria.

O terceiro contexto coletivo usado para apaziguar o sofrimento é o **religioso**. Seja a Igreja Católica ou outra. A religião e os espaços que ela oferece são de grande valia para muitas vítimas da violência que procuram um sentido para seu sofrimento.

Talvez sejam coisas às quais a gente se apegar. Por exemplo, a igreja à que eu vou; uma vez o pastor falou sobre um garoto que tinha saído de casa por muito tempo, mais de 10 anos, e todo mundo achava que estava morto, a família também o dava por morto (...). Um evangelista o encontrou morando embaixo de uma ponte e ninguém o conhecia porque estava feio, com o cabelo grande, mas dizem que quando foi vestido e cortaram o cabelo, recobrou a memória, falou quem era a família e retornou. Pode ser por isso, eu lembro que aquele dia eu chorei muito e peço para que meu irmão esteja vivo. (Luz Alê irmão, 1999)

Talvez este seja o espaço mais controverso de todos, justamente porque a religião não necessariamente permite ou incentiva o trabalho do luto. Em algumas ocasiões, ela estimula a esperança de vida do ente querido e dá um sentido ao sofrimento. No entanto, para muitas vítimas do conflito armado na Colômbia a religião produz um efeito de calma e tranquilidade diante de um sofrimento que ultrapassa os próprios limites:

No meu cérebro caía uma dor quando estava falando da desapareção de Humberto, então eu fui e me aferrei a um padre. Pedi para ele orar por mim e por meu filho, entrei num grupo de oração. A gente entra num grupo de oração e relaxa, a presença espiritual, as bênçãos que a gente recebeu, isso é o que me impediu de enlouquecer. (Maria Diosa, filho, 2003)

Como já foi mostrado pela antropologia, o ritual é um dos costumes fundamentais nas culturas que ajudam a realizar o trabalho do luto. No caso, esses rituais encontram-se ligados à prática religiosa, mas também aos processos de justiça e reparação. Cada sujeito realiza o funeral na religião da qual faz parte, mas o ritual de entrega aos familiares das ossadas identificadas também têm uma função liberadora do estado de enlutamento:

A dor sempre vai estar no coração da gente, mas diminuiria se me entregassem os restos dele ou me dissessem onde está e o que aconteceu com ele. A dor do mais velho que mataram foi satisfeita porque o enterrei e sei que está no cemitério, então a dor se aplacou um pouco. (Maria Diosa G21, filho, 2003)

Ligado também à reivindicação de direitos, o ritual é uma despedida que permite **sofrer a perda** do ente querido que já não está presente, o que resulta em certa tranquilidade. Embora ele seja realizado de forma tradicional com a presença do corpo ou dos restos, o ritual é em si mesmo um ato simbólico no qual, na ausência do corpo, este pode ser substituído por fotografias, objetos pessoais etc., sem perder sua eficácia, ou seja, não é necessária a prova de realidade – ver o corpo – para realizar o luto. Exemplo disso é o que pensam alguns familiares de desaparecidos que suspeitam que seus familiares foram jogados nos rios:

Estamos pensando em fazer, nos rios, atos simbólicos de despedida dos filhos amados, mas só quando entreguemos os corpos da maior parte dos desaparecidos. Pois você sabe que a *Ley de Reparación* de vítimas tem um tempo. Se meu filho não chegar quando terminar o processo, então perdi toda a esperança, então faremos um ato simbólico para lembrar. (Tere, filho, 1998)

O ritual é uma ação simbólica de **passagem** do ente querido do estado de desaparecido para morto, é por isso que permite o luto. Embora seja associado ao exercício religioso, ele pode ser facilitado pelos programas de atendimento às vítimas e legitimado pelo Estado. Esta é uma opção valiosa, especialmente para as famílias que não poderão encontrar os corpos ou ossadas dos seus entes queridos. O poder do ritual supera os obstáculos que a impossibilidade de realizar a **prova de realidade** coloca, ou seja, não é necessário ver o corpo do ente querido morto para realizar o luto. Tal operação é da ordem simbólica.

A porta da realização do luto aberta pelo encontro do corpo, ou a realização de um ritual legitimado pelo Estado ou pelas instituições que atendem às vítimas, não necessariamente resolve o processo de construção de sentido das famílias dos desaparecidos. O passo posterior será, para alguns, esclarecer, saber com que fins e quem realizou o crime e acompanhar o castigo dos algozes, como parte de um processo posterior.

5.6.1 Dimensões subjetivas da procura pela verdade e a justiça para os familiares de desaparecidos forçados: as funções da reparação e a reivindicação de direitos

[saber a verdade é] importante pela tranquilidade, porque a gente já os encontrou, a promotoria os entregou no 21 de maio. Para nós é muito duro receber os restos, mas ao mesmo tempo termina uma etapa de saber o que aconteceu com nossos filhos. Por isso, saber a verdade é indispensável para ter tranquilidade. Continua uma incerteza no sentido de por que, como e quando os mataram. (Xavier, filho, 1998)

O primeiro elemento a ser levado em conta é que para os familiares de desaparecidos os sentidos sobre a justiça e a verdade estão relacionados diretamente com a reclamação de direitos. Portanto, essa reclamação de direitos, mesmo que localizada no âmbito de exercício da cidadania e do público, está intimamente associada à possibilidade de elaborar a perda e a dor. A verdade, pensando nesta lógica, terá uma versão objetiva ou jurídica e outra subjetiva, quase sempre entrelaçadas, embora não necessariamente coerentes entre si. A verdade tem um caráter necessário para a maioria dos familiares de desaparecidos porque é um limite para a incerteza que alimenta a dor: “eu acho que para a gente nunca vai diminuir a dor, até que a gente saiba o que aconteceu com cada um dos nossos filhos, ou pelo menos a minha dor não vai diminuir até eu morrer” (Flora, G1, filho 2000).

O saber é a via para superar o sofrimento, porque coloca um limite á incerteza e abre portas para a prova de realidade que facilita o luto, embora não seja essa a única saída. Ao mesmo tempo, alcançar um estado de tranquilidade dependerá, em parte, da verdade:

o que gostaria de saber é onde ele está, saber se pelo menos encontraram os ossinhos, ou que alguém ligasse para mim e me dissesse, ou que ele ligasse para mim e me falasse ‘mãe eu estou bem não se preocupe’, que eu saiba que é ele, né? Ou que alguém me fale: dona Valéria, mando Juan para você, está tudo bem com ele, ou que visse os ossos para eu lhe dar sepultura cristã, eu estaria mais tranquila, mas eu não me tranquilizo até encontrar meu garoto. (Maria, filho, 2003)

No relato acima, a tranquilidade é alçada tanto sabendo que o desaparecido está vivo como confirmando sua morte, ou seja, a verdade e a tranquilidade assumem um caráter mais importante que a vida do ente querido. A verdade é aquilo que se procura para poder morrer em paz, achar a verdade torna-se uma missão na vida que deve ser cumprida: “[se soubesse o que aconteceu] a gente ficaria mais tranquila, morreríamos mais tranquilos porque com essa incerteza é muito difícil conviver”. A incerteza é interpretada como uma espécie de tortura, só que é necessário viver desse jeito até achar a verdade.

No entanto, a verdade tem também outro lado, ela pode ser sinônimo de tortura quando usada pelos algozes, como relatado pela irmã de um desaparecido:

ligaram para minha mãe, eu sinto raiva porque, mesmo que isso seja verdade, a gente não quer ouvir o que supostamente fizeram com ela [com a irmã]. Falam que a estupraram, torturaram e cortaram em pedaços, depois a picaram em pedaços e a jogaram num lago. Eu acho que nenhuma mãe quer ouvir as atrocidades que fazem com nossos filhos. (Luzama, irmã, 2001)

Neste caso, os pormenores narrados são usados para aumentar o sofrimento dos entes queridos da vítima.

A procura pela verdade (e agora é possível dizer da tranquilidade) passa a integrar o sentido de vida pessoal, mas também chega a ser um **compromisso coletivo**, um compromisso com as outras pessoas que se encontram na mesma situação de incerteza. Em outras palavras, na procura pela verdade formam-se sentimentos de solidariedade:

Nós temos feito um compromisso com todas as vítimas do país, até que a gente não saiba toda a verdade ou chegue o último desaparecido ou sequestrado, mesmo que sejam restos ósseos, não vamos nos retirar da igreja Nuestra Señora de la Candelária. A dor que eu sinto a sentem milhares de colombianos que ainda estão esperançados e que não podem se organizar porque estão com medo. (Tere, filho, 1998)

O surgimento desse tipo de organização supre a ausência do Estado para fazer respeitar os direitos e administrar justiça. O pai de um desaparecido que finalmente encontrou os restos do seu filho declara o seguinte: “o que eu fiz foi ir com as fotos e procurar por eles cidade por cidade (...) se eu não tivesse feito isso tenho certeza que não saberia nada a respeito deles e possivelmente morreríamos sem saber nada” (Xavier, filho, 1998).

O plural usado se deve ao fato de que ele procurou tanto por seu filho quanto por outros dois garotos que desapareceram junto com ele. Dois deles foram encontrados vários anos depois do seu desaparecimento. Hoje as ações do pai centram-se em acompanhar os processos de julgamento dos paramilitares, responsáveis pelo desaparecimento. Embora a verdade sobre o acontecido pudesse facilitar certo sossego, neste caso específico, o mal-estar se deslocou para a falta de administração da justiça exercidas sobre os executores do crime.

Assim, a certeza de que o ente querido está morto não necessariamente está acompanhada do fim da busca e a calma. O esclarecimento dos acontecimentos é procurado simultaneamente à **justiça**; verdade e justiça poderão ter uma versão **oficial** e outra privada ou subjetiva que não precisamente poderão coincidir, mas que farão parte da construção de sentido sobre a experiência traumática. A justiça, portanto, faz parte da elaboração da experiência violenta, como afirma Sueli, mulher que achou os restos do seu filho: “eu acho que estou realizando o luto, porque a cada dia me sinto com mais tristeza, talvez acumulada por tantos anos. Este luto terminará quando for terminado como deve ser, com justiça” (Sueli, filho, 1998).

A verdade, apesar de dolorosa, é uma forte aliada na empreitada de se dar um limite à incerteza, causa da grande angústia dos familiares de desaparecidos forçados. Ela pode ser sinônimo da **tranquilidade** e do sossego buscados. A procura da verdade pode se tornar um compromisso, um pacto entre os integrantes das organizações de vítimas que decidem

procurar até esclarecer todos os casos. Torna-se uma ação de caráter coletivo e que, ao mesmo tempo, pode transformar o sentido da vida de alguns sujeitos, apesar dos riscos à própria vida:

A gente continuou procurando e assim passaram 10 anos, perguntando na Cruz Vermelha, Promotoria, Direitos Humanos, e sem saber absolutamente nada. Em alguns momentos o pai de Gustavo foi ameaçado para que não procurasse mais, *que o que queria era que o matassem*. (Sueli, filho, 1998)

A procura dos algozes implica um grande risco para os que se aventuram a perguntar, sem contar que a origem rural e o baixo nível de escolaridade de grande parte das vítimas faz com que não conheçam as instituições e os procedimentos que devem realizar, o que gera para eles grandes dificuldades.

Irmã da verdade é a justiça. Fazer justiça é também saber e fazer públicos os fatos relacionados com o desaparecimento do ente querido. Por isso, familiares de desaparecidos pelo exército pedem que as circunstâncias sejam de conhecimento público, que a sociedade saiba quem e como cometeu os crimes, ainda mais nos casos em que está envolvido o Estado. Publicar os resultados dos julgamentos e investigações tem o efeito de quebrar o medo associado ao silêncio. Verdade e justiça são, portanto, indissociáveis:

Sempre pensei que aqueles que foram os responsáveis pelo desaparecimento dos garotos, mesmo que tivessem aparecido vivos, devem pagar. Eu por exemplo tenho um pouco de tranquilidade porque sei onde está meu filho, posso rezar uma oração para ele porque a gente fez um enterro como ele merece. Se a gente soubesse que os culpados estão mortos pelo menos haveria justiça divina, mas estando vivos é a oportunidade de que paguem, a gente não descansa, uma coisa está unida à outra e pode acontecer que não paguem. (Sueli, filho, 1998)

Deve diferenciar-se a **verdade jurídica** da **verdade pessoal**. Ambas encontram-se relacionadas e tal relação permite que seja possível analisar o que é a justiça pela via da verdade. Para compreender como isso funciona podemos analisar o caso de uma família que investiga e conhece por conta própria que o seu filho foi desaparecido com o envolvimento do Exército da Colômbia junto com paramilitares. Foram as forças do Estado que realizaram o desaparecimento. A reclamação de justiça, nesse caso, começa pelo reconhecimento e julgamento dos responsáveis pelo crime. A verdade sobre o acontecido não acalma completamente, mas traz consigo a procura pela justiça: “(...) a gente depois demandou tudo isso há um ano, há um ano colocamos a demanda por falsos positivos e, lógico, depois de que nos entregaram os dois corpos, a Ação Social ligou para a gente para solicitar os documentos para nos reparar pelo lado dos paramilitares” (Consolo, filho, 1998).

No trecho acima, a mãe de um desaparecido relata que apresentaram uma demanda para que fosse reconhecido seu filho e mais um garoto como desaparecidos pelo exército. Os

dois casos fariam parte dos crimes conhecidos como *falsos positivos*: assassinatos realizados ou facilitados por militares com o objetivo de apresentar os corpos como se fossem ex-guerrilheiros mortos em combate. Nesse caso, os jovens foram entregues pelo exército aos paramilitares para que fossem assassinados. A ligação da verdade com a justiça se configura porque, apesar do crime ser reconhecido e de conseguir a reparação econômica, a mãe da vítima apresenta uma demanda para que sejam julgados todos os envolvidos no desaparecimento. Em outras palavras, para os familiares dos desaparecidos não é suficiente saber o que aconteceu, nem receber uma compensação econômica pela morte de um filho. Também são necessários o reconhecimento e o julgamento dos responsáveis para lograr sossego e tranquilidade. A justiça é irmã da verdade e a verdade se reivindica como uma forma de fazer justiça. Por esses motivos, a dimensão pública da memória é uma continuação da memória privada.

É por isso que, para compreendermos o valor que tem a justiça para os familiares de desaparecidos, é necessário ter presente que a maioria deles demanda a verdade para alcançar tranquilidade. Entretanto, quando encontrada ela não parece suficiente, é reconhecida e valorizada porque permite certo sossego. Encontrar o corpo facilita de fato a elaboração do luto porque se realiza o ritual de passagem, mas as energias que antes eram gastas em esclarecer o acontecido depois podem ser utilizadas na reclamação de justiça, que o caso seja julgado e os responsáveis condenados. É como se a tarefa não ficasse completa e restasse uma dívida a ser paga.

A justiça, por sua vez, como instituição, é considerada **injusta, burocrática e corrupta**. Entram aqui duas perguntas: a vingança pode ser considerada como justiça para alguns? O que acontece com o perdão jurídico que o Estado outorga aos responsáveis pelos crimes em meio a um processo de negociação com os grupos armados?

A resposta à primeira pergunta é que a vingança acontece na maioria dos casos apenas na fantasia, porque a maior parte das vítimas não tem a possibilidade de saber quem cometeu o crime. Mesmo assim, os filhos crescem com o desejo de entrar num grupo armado para vingar seu pai e resolver a perda por uma via real, executando a vingança de forma repetida naquele que ocupa o lugar imaginário dos algozes⁶⁶. A resposta à segunda pergunta é dada pelas mesmas vítimas:

A verdadeira justiça é a que o Estado deveria fazer com as pessoas que cometeram o crime, da mesma forma como uma pessoa bêbada mata a outra e depois deve

⁶⁶ Deve ser lembrado que os três irmãos Castaño, que criaram e comandaram as AUC, criaram tal instituição paramilitar como uma forma de vingar o seu pai, sequestrado e assassinado pelas FARC.

cumprir 40 anos de prisão, por que essas pessoas não? Essa seria a forma de fazer justiça, que cumprissem por cada vítima o que lhes corresponde por lei, mas se o Estado está dando o luxo de perdoar, não está fazendo as coisas como deve ser. O perdão deve ser pedido à justiça de cima [de Deus]. É ele que tem o poder de perdoar, mas aqui na terra os governantes estão tomando o poder de perdoar e não deveria ser assim. (Gil, filha, 2001)

O testemunho acima evidencia outro sentido da justiça, ela é **divina**. Existe uma justiça que podemos chamar de terrena e outra espiritual; uma administrada pelos homens e suas leis e outra por Deus. Ambas são reclamadas e desempenham um papel na elaboração da experiência violenta. Grande importância tomam os processos de julgamento dos chefes paramilitares e o processo de paz que se inicia agora com as guerrilhas e que já exige a participação das vítimas. Além disso, não se aceita que o perdão seja decretado pelo Estado, mas existe a possibilidade de que as mesmas vítimas da violência o possam outorgar, se pedido pelos algozes. O perdão também está ligado à justiça. O não julgamento dos responsáveis pelos crimes é entendido como um perdão que o Estado não tem direito a dar, mas as próprias famílias.

(...) sempre pensei que os responsáveis pelo desaparecimento desses garotos, mesmo que tivessem aparecido vivos, têm que pagar porque causaram uma dor. Lógico que quando eles estão desaparecidos a gente quer que estejam vivos ou mortos, mas é para a gente saber o que aconteceu com eles. Eu por exemplo tenho um pouco de tranquilidade porque sei que os temos ali e posso ir para rezar uma oração, porque os enterramos como mereciam. Se a gente soubesse que os culpados estão mortos pelo menos haveria justiça divina, mas estando vivos é a oportunidade de que paguem. Então a gente não descansa, uma coisa está unida com a outra. E muito possivelmente pode acontecer que não paguem. (Sueli, filho, 1998)

Confia-se na ação da “**lei de Deus**” e reclama-se o exercício da lei dos homens. O segundo elemento destacável indica que a dos homens é menos confiável, ela pode ser até descartável ou substituída. Por trás dessa frase há sem dúvida uma desconfiança dirigida às instituições do Estado, julgamento lógico quando se sabe que forças do Governo estiveram envolvidas no assassinato e desaparecimento de um filho.

É evidente a grande influência da religião na experiência dos familiares de desaparecidos forçados. Deve-se levar em conta, por um lado, que a sociedade colombiana é tradicionalmente católica e os valores cristãos estão disseminados por todas as classes sociais. Por outro, a religião sempre é uma ferramenta útil para produzir um sentido sobre aquilo que não se compreende e causa sofrimento. A justiça divina é evocada, portanto, quando se reconhece a possibilidade de que a justiça jurídica não seja possível, como em muitos casos acontece de fato: “a respeito do desaparecimento o responsável foi preso, mas eu falo que é

Deus quem faz justiça com eles. A Bíblia diz que cada um paga pelos seus pecados, então Deus verá o que faz com eles...” (Luz Alê, irmã, 1999)..

Quando se pergunta pelo sentido da justiça para um familiar de um desaparecido forçado, não necessariamente ela se limita ao julgamento dos responsáveis. Às vezes as vítimas da violência aproveitam para exigir seus direitos de inclusão na cidadania social, mas nem sempre compreendem que a violação de direitos básicos é também considerada uma forma de violência. A reclamação deve ser lida no contexto em que ex-paramilitares e ex-guerrilheiros estão recebendo ajuda econômica do Estado depois de abandonar a vida como combatentes. Neste sentido, é lícito que as vítimas da violência considerem que eles teriam ainda mais direito de acessar tais benefícios, na medida em que:

no caso específico a justiça seria que esses senhores que cometeram este crime [o desaparecimento de um filho] que deixaram órfãos, viúvas, pais, mães, irmãos com tanta dor, para mim a justiça seria que eles pagassem o que devem em uma prisão porque uma viúva que tenha ficado com 4 ou 8 crianças para educar, lhes dar de comer, vestir com míseros 40 salários mínimos⁶⁷, esse dinheiro se torna água praticamente, não se vê. Então seria justiça que o Estado lhes desse um salário estável mensal, até que tivessem a possibilidade de um bom emprego e que o Estado lhes desse estudo grátis, saúde digna, isso seria justiça neste país. (Gil, filha, 2001)

A **reparação econômica**, portanto, também é Justiça. Essa reparação, mais que uma solução à pobreza e precariedade econômica, significa o reconhecimento do Estado e, portanto, do outro como um sujeito com legitimidade para exigir os próprios direitos. Por isso, assume uma função importante, na possibilidade de se colocar em uma posição diferente à de vítima.

A procura não envolve apenas a necessidade de encontrar a pessoa viva ou o seu corpo para realizar o ritual fúnebre, mas a urgência de construir um sentido sobre um evento que, inicialmente, ultrapassa a capacidade de compreensão.

Numa das versões livres [um paramilitar] confessou que ‘Doble Cero⁶⁸’ os havia retido, que tinham chegado ao distrito de Cristales num táxi velho. Ele confessou de manhã e eu cheguei de tarde porque um promotor ligou para mim e me pediu para comparecer porque tinham confessado meu caso naquela manhã. Então eu cheguei com as fotos e disseram ao entrevistado que havia uma vítima do caso da manhã. Esse cara ficou transtornado, eu não sei o que foi que sentiu, se foi pavor ou o quê. O promotor lhe disse que eu queria saber a verdade e lhe passou as fotos para ver se eram os do carro amarelo e ele disse que os conhecia, que na parte da frente ia o meu primo com uma senhora e na parte de trás um garoto alto de bigode, que ele sabia que tinham morrido naquele dia nessa chacina. Eu lhe perguntei o porquê, como o fizeram, o motivo pelo qual os haviam matado e ele começou a narrar tudo o que

⁶⁷ 40 salários mínimos colombianos é o dinheiro que recebe neste caso a esposa (ou familiar) de um homem desaparecido como reparação econômica e equivalem aproximadamente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Esse dinheiro terá que ser dividido entre as pessoas que tenham direito a ele.

⁶⁸ Apelido pelo qual se conheceu um comandante paramilitar; significa Duplo Zero.

tinha acontecido. Disse-me que os tinham prendido às 11:30 horas, que os levaram a um lugar que se chama a *Balastera*, que lá os torturaram moralmente. A senhora disse que era parente de Carlos Castaño⁶⁹ porque tinham o mesmo sobrenome. Ligaram para ele para saber se era verdade, mas ele disse que não sabia de nada disso. Então a senhora disse que não era nada desse senhor, que estava lá para cobrar um dinheiro que lhe deviam, que os garotos nada tinham a ver com ela, que simplesmente os tinha contratado para que a transportassem. Mas eles não acreditaram porque estavam em guerra com outro grupo paramilitar e acharam que os tinham invadido. Daí começaram a ligar para Medellín para ver o que podiam saber deles, mas nada. Quando os revistaram, em um deles encontraram um cartão da promotoria, então aí continuaram as torturas. Eles choraram, falaram que tinham filhos. Daí que meu irmão se colocou de pé e os xingou e que se queriam matá-lo então que o matassem de uma vez e aí lhes descarregaram 50 tiros e os colocaram numa caminhonete. Quando meia hora depois chegou uma mensagem dizendo que esses garotos nada tinham a ver, que não os matassem, que o outro tinha um cartão da promotoria porque tinha sido promotor, mas já os haviam matado. Com o sangue deles fizeram um ato no povoado. Disseram que sem sua autorização ninguém podia passar, que eles eram os que mandavam, depois os levaram e os picaram com um machado de lenha e os enterraram. Para mim foi duro demais, mas eu queria saber onde estavam. Eu lhe disse se estava disposto a me levar ao lugar onde os tinha enterrado e ele me disse que sim, mas que não me assegurava nada porque tinham dado ordem de queimá-los nos pneus ou jogá-los no rio, mas que nesses dias tinha se acidentado e não sabia o que tinham feito com eles. (Dana de D, irmão e primo, 2003)

O relato permite esclarecer vários aspectos dos sentidos que chegam a ter os atos que realizam os familiares de um desaparecido na procura por ele. O primeiro é que enfrentar cara a cara o algoz é uma forma de causar-lhe certo sofrimento e culpa, e fazer pública a responsabilidade dos seus atos. Quando a entrevistada descreve a reação do paramilitar, coloca claramente a ênfase nos sinais de desespero e forte emoção causada pelo encontro com uma vítima.

O segundo elemento destacável é a importância que tem conhecer o porquê do acontecido. Não tem importância apenas a descrição dos fatos e sim a explicação necessária para preencher o vazio de sentido que caracteriza o acontecimento traumático. No entanto, nesse caso, a explicação fecha o que poderia ser chamado de paradoxo: ela mesma é um sem sentido, eles não deveriam ter sido assassinados, *não tinham nada a ver*.

O terceiro elemento que não fala mais das vítimas e sim dos carrascos, é a crueldade que caracteriza os acontecimentos: não basta o assassinato, é necessária a tortura e a destruição dos corpos, como se mesmo mortos fossem uma ameaça. Chama a atenção o fato dos paramilitares saberem que as vítimas não estavam envolvidas com o conflito, que não representavam ameaça alguma e que mesmo assim ordenaram esquartejar, queimar e jogar no rio os corpos, na tentativa aparente de apagar com atrocidades, os crimes realizados. Isso não

⁶⁹ Máximo chefe paramilitar para a época.

sem antes de “aproveitarem o erro” como forma de aterrorizar a população civil, declarando-se donos da vida e da morte.

Tão procuradas são as respostas, e tamanha é a necessidade de esclarecimentos, que os familiares de desaparecidos enfrentam os possíveis responsáveis pelos crimes fora do contexto protegido pelo poder judiciário, como afirma Xavier (filho, 1998):

O dia em que eu atravessasse o rio Cauca numa embarcação, era porque no dia anterior estivemos numa comemoração lá num lugar que se chama Las Malvinas. Estivemos com o irmão de um chefe paramilitar e daí a gente foi procurar o chefe para ver se sabia alguma coisa dos três garotos. Eu cheguei com uma pessoa que me disse mais ou menos onde ele morava, cheguei numa casinha de portas claras e saiu um garoto jovem, malhado, vestido com chinelos e camisa, me perguntou o que eu queria, eu me apresentei, falei para ele a história e lhe perguntei se sabia de alguma coisa que me falasse, então ele me respondeu questionando quem tinha me enviado, que o que tinham falado dele. Eu disse que não tinham me falado nada dele, apenas que nesse lado do rio talvez pudessem me dar informação sobre os garotos. Ele falou para continuar pelo caminho meia hora, que lá estava a guerrilha e que a ele também lhe haviam desaparecido um irmão que nunca apareceu.

Neste caso, o pai de um desaparecido localiza o chefe paramilitar da região onde seu filho foi visto pela última vez. Buscando conhecer o que aconteceu com o ente querido, ele toma atitudes que colocam sua vida em risco. O sentido sobre o que aconteceu com o filho é mais importante que sua própria vida. Isto é, uma forma de se afirmar como o pai protetor que desafia qualquer risco para defender o filho.

Sabemos, então, que o desaparecimento de um ente querido gera uma série de transformações nas prioridades de vida dos sujeitos que sofrem a perda. Tais transformações são observáveis em aprendizados, e encontram-se associadas à possibilidade de superar o enlutamento e significar a experiência traumática. Alguns deles serão descritos a seguir.

5.6.2 Transformações subjetivas a partir da experiência traumática

Um dos elementos centrais do capítulo anterior foi a ruptura subjetiva acontecida após o desaparecimento. O acontecimento traumático era descrito pelos entrevistados como um evento que marca um antes e um depois, no qual a linha divisória seria uma espécie de rachadura, de ferida. Podemos, portanto, dizer que após essa linha são produzidas transformações, ou seja, a ruptura não se caracteriza apenas pelos signos do sofrimento e da tristeza, mas ela determina um antes e um depois, onde os sujeitos encontram novos sentidos para suas vidas. Como esses sentidos são construídos, o que os favorece, qual o papel das instituições nessa empreitada? São algumas das perguntas que buscaremos responder.

Embora a experiência traumática se defina parcialmente pela dificuldade de construir um sentido sobre o acontecido, os familiares de desaparecidos se esforçam para construir novos sentidos de vida, que estimulam as transformações subjetivas. Esses novos sentidos tornam-se **refúgios do sofrimento**:

Eu brigava por qualquer coisa antes, com as pessoas ou vizinhos, com as crianças. Agora não, já não me importo... Mudei muito, agora estou dedicada à casa, ao trabalho e à igreja, me entreguei à missa. Eu canto na igreja, ensino o catecismo, sou catequista, antes gostava muito da balada. (Maria, filho, 2002)

As atividades relacionadas com a igreja tornam-se uma forma de escape, de amparo frente ao sofrimento, a partir da possibilidade de se construir uma identidade diferente de ser “briguenta e baladeira”. “Sou catequista”, diz Maria.

Uma forma diferente é enfrentar a perda, construindo o sentido da vida a partir da busca do ente querido desaparecido:

Começamos a procurar eles aos quatro ou cinco dias e foi muito longo; viajando por tudo quanto é lugar, daqui ao litoral viajava quanto tinha dinheiro porque até os recursos econômicos se esgotam. Eu fiquei cheio de dívidas investindo o dinheiro nessas viagens, muitas vezes pedindo desconto nas passagens. Dormia em hotéis ruins, porque não tinha para pagar os bons. (Xavier, filho, 1998)

Algumas pessoas que têm as ferramentas certas e dinheiro investem na procura do ente querido – a busca torna-se o **novo sentido da vida**. No caso acima, Xavier viajou por anos pela rodovia na qual desapareceu seu filho, perguntando por ele e colocando sua própria vida em risco. Construiu um vínculo com as famílias de outros jovens que desapareceram junto com seu filho e sua vida de aposentado virou uma viagem constante pelas estradas da Colômbia.

Grande parte das transformações é derivada de aprendizados relacionados à perda do ente querido. Apesar de relacionados entre si, classificamos esses aprendizados em três tipos: **políticos, acadêmicos e laborais**.

Os aprendizados políticos estão relacionados com as formas de reclamação de direitos das vítimas do conflito armado:

(...) nos formavam em direitos humanos, em como apresentar uma queixa, um boletim de ocorrência, como superar o medo (...) Porque se não denunciarmos como vamos encontrar os desaparecidos, como a promotora vai saber do caso? Quando eu cheguei na *Madres de La Candelaria* me apoderei do meu caso, fiz isso porque se não arquivavam o caso, tinha que estar sempre perguntando. (Dana de D., irmão, 2003)

As capacitações para os familiares de desaparecidos (veiculadas por organizações de vítimas ou algumas entidades estatais) e outros afetados pelo conflito armado minimizam os efeitos da vitimização secundária sofrida por muitos deles, que não conhecem como funcionam os processos legais. Dessa forma os familiares conseguem acompanhar as pesquisas, os julgamentos, bem como reivindicar os seus direitos.

Outro tipo de aprendizados são os acadêmicos. A maior parte dos familiares que foi entrevistada é de origem rural e tem baixa escolaridade, condição que dificulta as ações de reclamação de direitos. Esse é um dos motivos pelos quais os aprendizados acadêmicos estão relacionados com os cidadãos. A linha que os une é que ambos podem ser ferramentas para achar o desaparecido ou para exigir justiça:

Quando a gente ganhou o *Premio Nacional de Paz*⁷⁰, me disseram que tinha que começar a estudar. Eu apenas estudei até a quinta série. Uma vez fui ao programa de vítimas da Prefeitura de Medellín e vi que estavam distribuindo vagas para as pessoas estudarem. Eu comecei com uma colega e ela depois da quarta aula falou que não voltava porque as aulas eram com ex-paramilitares. Quando passou o tempo percebi que como estudava com desvinculados do conflito armado podia aproveitar para saber a verdade sobre meu irmão. (Dana de D., irmão, 2003)

Duas motivações estavam relacionadas com a possibilidade de estudar: o desejo de aprender e se capacitar melhor para realizar trabalhos em uma ONG que agrupa vítimas do conflito e a possibilidade de investigar sobre o acontecido com o ente querido.

Conforme foi descrito no capítulo sobre as reconfigurações familiares, a perda do provedor econômico em casa obrigou algumas mulheres a procurarem emprego e se capacitarem em funções que antes não pensariam realizar, mas também alguns sujeitos decidiram investir seu tempo trabalhando em organizações ligadas à defesa dos direitos das vítimas do conflito, como forma de edificar um sentido de vida ligado à perda do ente querido:

[Comecei a trabalhar nas Madres de la Candelaria] Pela solidariedade, pela dor de outras pessoas (...) eu trabalhava antes na minha casa, fazia roupa, eu sempre gostei do trabalho social, ajudar a uma pessoa que não sabe fazer uma denúncia. Eu comecei a ajudar e orientar as pessoas sobre como deviam defender seus direitos, segundo as capacitações que recebi. (Dana de D., irmão, 2003)

A terceira categoria de aprendizados, **a laboral**, também se relaciona com as duas anteriores, porque dos aprendizados acadêmicos podem surgir novas possibilidades laborais e, ao mesmo tempo, novos empregos podem ser o contexto de exercício da cidadania. É o que acontece com os sujeitos que decidem dedicar parte do seu tempo à orientação e ajuda de

⁷⁰ A *Asociación Madres de La Candelaria Caminos de Esperanza* ganhou o Premio Nacional de Paz em 2006

outras vítimas da violência. Ao mesmo tempo, o trabalho é uma forma de construção de sentido sobre a própria perda.

As transformações subjetivas dão conta de uma possibilidade de elaboração e de modificação do lado negativo e destrutivo da experiência violenta em novas formas de vida criadoras. Esses testemunhos indicam que a experiência traumática é suscetível de ser tramitada, apesar das condições desfavoráveis como a ausência do corpo. A participação política é uma forma de se reivindicar como sujeito depois da experiência traumática, como afirma Tere:

Percebemos que neste país, sobretudo na Antioquia estavam desaparecendo muitas pessoas, aqui não eram respeitados jovens, crianças ou idosos. Com o Governador da Antioquia nessa época, Guillermo Gaviria, eu lhe disse na campanha que chegasse logo ao governo para que nos ajudasse, então ele me falou que tínhamos que nos organizar. Eu já estava me organizando, havia 15 mulheres, as quais participavam das manifestações contra o sequestro (...) conheci muitas e fiquei com os números de telefone e endereços de algumas, as visitei e lhes disse que eu era uma das mães das vítimas, que nos organizássemos, naquele momento estava pesando 38 quilos apenas (Filho, 1998)

O testemunho anterior é de uma das mulheres que fundou a *Organización Madres de la Candelaria*, que tem até hoje funções de apoio e acompanhamento a muitos familiares de desaparecidos e sequestrados. Ela faz questão de indicar como ao iniciar esse trabalho encontrava-se quase incapacitada fisicamente, como consequência do desaparecimento do filho.

Em síntese, podemos concluir que a presença do corpo não é indispensável para a elaboração do luto porque, como confirma Díaz Facio Lince (2008), a superação da perda depende do movimento psíquico que faz um sujeito frente ao objeto perdido e não do reencontro com o mesmo, nem, necessariamente, a recuperação do cadáver. Tal movimento psíquico encontra-se ligado à construção do sentido sobre a perda, visto que, enquanto ela permanece obscurecida, a incerteza e o sofrimento tomam conta da vida dos familiares do desaparecido.

A segunda conclusão refere-se à forma como o sentido é construído. Cada sujeito enfrenta a perda de uma forma particular, com suas próprias ferramentas e possibilidades, mas existem demandas comuns a quase todos os casos. As duas primeiras perguntas formuladas geralmente são “como” e “por quê”. No entanto, as respostas não necessariamente são suficientes para produzir sossego. É demandado, também, o castigo para os responsáveis do crime. Quem não conhece as circunstâncias e os motivos pelos quais seu ente querido foi

desaparecido demanda o esclarecimento, mas quando consegue esclarecer o acontecimento passa a demandar também justiça.

Em terceiro lugar, os processos de luto não são, de forma alguma, completamente individuais, pelo contrário, eles têm um caráter social. Algumas das ferramentas necessárias para a exigência de direitos são facilitadas por ONG's como as *Madres de la Candelária* e *Caminos de Esperanza*, onde se produzem aprendizados e mudanças de comportamento e posição sobre a experiência vivida. Por outro lado, as instituições do Estado envolvidas no acompanhamento e reparação das vítimas do conflito armado têm um papel central na resolução do luto. Estas devem garantir o esclarecimento dos acontecimentos que envolveram os crimes e, fundamentalmente, a ação da justiça, mesmo que em alguns casos o Estado tenha se envolvido de alguma forma nas ações criminosas.

Estas conclusões não têm somente valor para os casos de desaparecimento forçado acontecidos no contexto do conflito armado colombiano, mas também aportam elementos para compreender e facilitar a elaboração de outros tipos de experiência violenta, pelo menos no que envolve o esclarecimento dos acontecimentos e a implementação da justiça.

Fica evidente, ainda, que os sentidos e significados a sobre verdade e a justiça fazem parte da configuração subjetiva na questão dos familiares de desaparecidos forçados. Ambas terão uma vertente individual e outra social. Para cada sujeito a verdade e a justiça terão um sentido particular. Mas, elas, também fazem parte de um contexto social no qual se produz o processo de reparação das vítimas do conflito armado, processo que, por sua vez, também assume um significado para cada um dos envolvidos.

O processo de reparação, no qual se encontram envolvidas diferentes instituições sociais e o Estado, faz parte, então, de qualquer possível elaboração do luto. Ou seja, da simbolização do acontecimento traumático para sua construção como experiência. Concordamos com Ortega Martínez (2011), que a experiência apenas é possível a partir da criação de sentido sobre o acontecimento. Ou seja, quando o trauma vira experiência estaremos no caminho da saída do luto.

Se por um lado a violência pode ser considerada inerente ao ser humano no sentido antropológico (quer dizer, ela faz parte de todas as sociedades e culturas conhecidas). Por outro lado, a faculdade para ação do homem o configura como um ser político. A ação “o capacita a reunir-se com seus pares, agir em concerto e almejar objetivos e empreendimentos” (Arendt, 1994, p. 59). Isso quer dizer que a propriedade de agir inerente ao ser humano pode ser usada tanto para produzir violência, como para a construção de poder, como uma forma de reivindicação de direitos, de busca por objetivos comuns como a justiça ou a verdade

subjetiva e jurídica sobre o acontecido com um familiar desaparecido. Isso é o que acontece, por exemplo, com as organizações de vítimas do conflito armado como *Las Madres de la Candelaria* em Medellín, uma organização de pessoas que paradoxalmente surge a partir do elemento comum que compartilham seus integrantes: serem vítimas da violência.

Estas tentativas de solução geram um paradoxo: a experiência violenta, mesmo com seus efeitos devastadores, pode produzir saídas construtivas, novas formas de se posicionar, novas subjetividades. Alguns sujeitos respondem se organizando como comunidade afetada. Desse modo, resistem diante da possibilidade de serem eliminados ou “coisificados”. É por isso, que não se pode subestimar os efeitos reparadores para a elaboração da perda e a reorganização do sentido da vida, que facilitam este tipo de instituições, que reúnem e identificam as vítimas da violência. Esses efeitos devem ser reconhecidos, mesmo que tais organizações possam ser criticadas, em alguns casos, por implementarem programas assistencialistas ou produzirem formas de vitimização secundária.

Finalmente, o que podemos observar a respeito das afirmações de Diaz Facio Lince (2008) sobre as três classes de saídas da experiência violenta? Para ela existem três classes: a real, a imaginária e a simbólica. Os relatos analisados trazem a alternativa pela via do real, demonstrado na fantasia das crianças que desejam a morte dos algozes do pai. Aparece também nos testemunhos de mães, pais, esposas, irmãs etc. que também têm fantasias com o castigo físico e a morte dos carrascos. A saída pela via imaginária se observa nos familiares de desaparecidos que encontram sossego e tranquilidade na identificação com o sofrimento de outros, ou uma justificativa para o sofrimento na participação de cultos religiosos ou na pertença a associações de vítimas.

A terceira alternativa, a mais importante, é observável de diferentes formas. A via simbólica permite a construção de sentido sobre a experiência traumática e a mudança de posição frente ao sofrimento. A primeira ação classificada dentro das saídas simbólicas é a verbalização da própria história, seja em espaços desenhados para isso – como psicoterapias individuais ou grupais – ou, inclusive, durante a participação em pesquisas como esta, que produzem efeitos de sossego e tranquilidade, conforme foi relatado por alguns dos participantes na pesquisa.

No entanto, nossa perspectiva interessa-se mais por outras práticas que podem produzir efeitos simbólicos. Entre elas estão os rituais, no contexto institucional ou religioso; as ações de justiça e verdade, exercidas pelo Estado; e também as formas de elaboração do acontecimento traumático, a partir dos aprendizados e do trabalho em organizações dedicadas à reclamação dos direitos e visibilização social dos afetados pelo conflito armado. Conhecer o

valor dessas práticas permite traçar políticas sérias e bem definidas que ofereçam alternativas diferentes da vingança e da violência.

O último capítulo estará dedicado às conclusões e, ao mesmo tempo, servirá como uma síntese na qual serão enumeradas as que consideramos como principais contribuições de nosso trabalho quanto aos efeitos da violência e a experiência traumática nos sujeitos e sociedades.

6 CONCLUSÕES

O percurso realizado até aqui nos permite, enfim, discutir as conclusões derivadas do estudo. Algumas serão de caráter particular, aplicável ao contexto no qual foi realizada a pesquisa e outras terão uma abrangência maior com diferentes graus de generalização. Essa explicação é em si mesma uma conclusão teórica que concorda com Gonzalez Rey (2005), quando declara que é possível – e nós afirmamos: até desejável – construir um saber generalizável para outros contextos semelhantes, partindo de estudos locais.

Pensando nas diferentes implicações do estudo, as conclusões que serão apresentadas a seguir estão divididas em três classes: 1) Epistemo-metodológicas: aquelas que refletem e realizam aportes às teorias e metodologias usadas pela psicologia social e pelas ciências sociais no estudo de acontecimentos limite, que se configuram como experiências traumáticas; 2) Ético-políticas: conclusões que, a partir do contexto histórico-cultural do conflito armado colombiano, estão relacionadas com as implicações do exercício da violência sobre sujeitos e comunidades, mas também, sobre as ações possíveis para fazer frente aos esforços destrutivos do mau uso do poder e 3) Teóricas, ou seja, aquelas relacionadas à compreensão da configuração subjetiva de familiares de desaparecidos forçados ou com as teorias que permitem compreender outro tipo de experiências traumáticas.

6.1 Epistemo-metodológicas

A teoria da subjetividade a partir de uma perspectiva histórico-cultural mostrou-se adequada para a compreensão ontológica do sujeito nesta pesquisa. Prova disso é a qualidade criativa observada na capacidade dos sujeitos para construir sentido após experiências traumáticas.

Foi possível articular o conceito de configuração subjetiva, de Gonzalez Rey, com a perspectiva psicossocial da violência que desenvolve Martín-Baró e com o conceito de Trauma Social. Os três conceitos cumprem com a mesma condição derivada dos pressupostos epistemológicos: integrar elementos individuais e sociais para a compreensão de fenômenos complexos e localizados em um contexto, sem ignorar a possibilidade de generalizar alguns dos conhecimentos produzidos. As três referências teóricas, portanto, cumprem o objetivo de romper com as dicotomias indivíduo-sociedade no estudo de problemáticas complexas.

Por outro lado, foi comprovado que a maior parte de casos de desaparecimento forçado caracteriza um tipo de violência instrumental, ou seja, o desaparecimento tinha como finalidade evitar as investigações por assassinatos, intimidar a população através do crime, para que abandonasse as terras, ou manter o controle de uma determinada região.

A teoria do trauma social permitiu compreender que a experiência traumática não se encontra definida exclusivamente a partir de um evento desencadeante, mas é necessário levar em conta a interpretação realizada pelo sujeito e, ao mesmo tempo, integrar as condições contextuais do acontecimento para compreender as dimensões sociais do trauma. As considerações anteriores valem tanto para o caso dos familiares de desaparecidos forçados na Colômbia como para outros casos de acontecimentos potencialmente traumáticos em outros contextos. Estes podem derivar do conflito armado ou não, como os desastres naturais, os danos ecológicos ou qualquer outro tipo de acontecimento que possa gerar sentimentos negativos e ultrapasse as capacidades de simbolização dos sujeitos, afetando também comunidades. Pensamos que este modelo pode ser usado com sucesso para compreender, por exemplo, as implicações da crise econômica que afeta grande parte do mundo ocidental. Ou para a abordagem dos efeitos da violência das Maras⁷¹ na América Central.

Para compreender a experiência de familiares de desaparecidos forçados no conflito armado colombiano é indispensável uma abordagem histórico-cultural, ou seja, que considere a história do conflito, os valores e representações da cultura envolvidos. No entanto, essa perspectiva não apoia os determinismos, nem mesmo os sociais, próprios de algumas vertentes sociológicas. Da mesma forma, não apoiamos um pensamento indeterminista radical, que colocaria a responsabilidade exclusiva da elaboração da experiência traumática na decisão do sujeito que a sofre, esquecendo os outros elementos envolvidos. Acreditamos em uma perspectiva **configuracional** que integra elementos individuais e sociais, conscientes de que existem pré-condicionamentos de vários tipos – sociais, educativos, econômicos etc. –, mas há a possibilidade de criação do inédito por parte do sujeito para fazer frente a situações extremas, como ficou evidente nas histórias dos entrevistados.

A primeira conclusão metodológica se refere à escolha dos instrumentos de pesquisa. Concordando com a descrição feita no Capítulo 5 sobre a metodologia, o uso de diversos tipos de instrumentos favorece a emergência de dados diferentes, que enriquecem a compreensão do problema. As informações coletadas nos grupos de discussão (pelo fato de surgirem em um contexto com outros familiares de desaparecidos forçados) tiveram um caráter de

⁷¹ Gangues que atuam em vários países da América Central e os Estados Unidos.

construção social diferente das que são coletadas na entrevista em profundidade, realizada de forma individual. Ao mesmo tempo, o caráter escrito do instrumento de complementação de frases possibilitou o surgimento de elementos inéditos e contraditórios.

O processo de coleta de dados teve efeitos psicoterapêuticos em alguns sujeitos, mesmo que esse não fosse o objetivo. Vários entrevistados agradeceram a possibilidade de serem escutados e falarem sobre o acontecimento traumático. Criou-se também um vínculo transferencial, prova disso é que um dos pesquisadores foi convidado a fazer parte da *Organización Madres de la Candelaria, Caminos de Esperanza* como membro honorário. Evidenciou-se, também, a necessidade de se ter cuidado com o procedimento de aplicação dos instrumentos, para não alimentar as esperanças nos familiares que ainda esperam a volta do ente querido. O objetivo do trabalho foi claramente exposto para que ninguém achasse que a pesquisa podia estar encaminhada a encontrar seus entes queridos. A escolha por um critério teórica-intencional dos participantes da pesquisa, feita pelo pesquisador, foi adequada para esclarecer aspectos diferentes do problema, identificar os aspectos repetitivos e comuns, assim como, casos atípicos.

O tratamento dos dados integrando toda a informação em uma mesma unidade hermenêutica, sobre uma perspectiva abductiva, permitiu identificar os pontos comuns no processo de categorização, mas também identificar aquilo que saía da regra e integrá-lo na compreensão do problema.

Sobre a utilização do programa Atlas-ti, podemos dizer que foi uma ferramenta ideal, que nos permitiu o tratamento dos dados a partir da perspectiva que escolhemos. Em outras palavras, o programa não nos condicionou a uma perspectiva epistemológica, pelo contrário, ele ofereceu uma série de ferramentas que usamos de acordo com nosso entendimento da pesquisa qualitativa. Segundo o procedimento de análise de dados descrito no Capítulo 5 da metodologia conseguimos operacionalizar a proposta de tratamento das informações coletadas que faz Gonzalez Rey (2005), identificando indicadores de sentido, núcleos e configurações subjetivas.

Em vários momentos a análise também nos permitiu comprovar que o sentido que conferimos aos acontecimentos está relacionado ao comportamento, ou seja, nossa ação depende do sentido que construímos. Um exemplo disso é como cada membro da família age de forma diferente diante do desaparecimento de um ente querido. Outras conclusões de alcance teórico serão descritas no trecho sobre a configuração subjetiva dos familiares de desaparecidos forçados.

Futuras pesquisas poderão se aprofundar nas formas de subjetivação dos afetados pela violência. No pós-conflito se afirmarão ou serão banidas as novas subjetividades construídas em resposta à experiência violenta. Tanto os pressupostos ontológicos da Teoria da Subjetividade de Gonzalez Rey, como o tratamento do conceito de Poder em Arendt e a proposta teórico-metodológica do Trauma Social, mas sobretudo as narrativas dos entrevistados indicam e destacam a capacidade dos sujeitos de superar os acontecimentos traumáticos e recriar novos sentidos de vida. Quais serão os efeitos dessas transformações, não apenas nos sujeitos, mas, também, nas instituições sociais e nas dinâmicas do laço social na Colômbia, em meio às negociações com grupos armados e processos de reparação de vítimas? Pergunta que fica aberta para futuros empreendimentos adêmicos.

6.2 Ético-políticas

Durante o conflito armado colombiano, os sujeitos e comunidades afetados pela violência ocuparam um lugar diferente para a sociedade, em cada momento histórico. No decorrer dos 50 anos de confronto as vítimas não existiram para o Estado. Foram desconhecidas ou inexistentes até mesmo nas estatísticas. Prova disso, é que até hoje não se conhece o número certo e, muito menos a identidade de grande parte das pessoas desaparecidas. As organizações de vítimas surgiram como uma forma de reclamar os direitos, em um momento em que o Estado não protegia nem impunha a lei. Então, o Governo colombiano foi fortemente pressionado por organizações internacionais para que tomasse medidas efetivas.

Como consequência dessas pressões, nos últimos 10 anos algumas mudanças aconteceram. No plano jurídico, primeiro foi a *Ley de Justicia y Paz*, a qual considerou a necessidade de reparar as vítimas da violência durante o processo de desmobilização de guerrilheiros e paramilitares; depois, a *Ley de Víctimas* de 2011. Esta última, permitiu, especificamente, que os afetados pelo conflito armado ocupassem um lugar digno no ordenamento jurídico e tivessem uma possibilidade de reparação e justiça, apesar das dificuldades para sua implementação. Os meios de comunicação também começaram a centrar sua atenção nas vítimas e a demandar o seu atendimento. Outro fator importante foi que o Presidente da República pediu perdão publicamente às vítimas do conflito armado, assumindo sua responsabilidade como representante do Estado. A soma dessas ações

transformou o panorama atual das vítimas do conflito armado, que hoje ocupam um lugar no discurso institucional e social, o qual abre portas para uma possível elaboração da experiência violenta, por exemplo, no caso dos familiares de desaparecidos que têm a possibilidade de encontrar os corpos dos seus entes queridos graças aos depoimentos dos comandantes desmobilizados, que não foram extraditados e às pesquisas da promotoria. Hoje, as vítimas encontram-se cada vez mais emponderadas, apesar de que as ações de reclamação de direitos não deixam de ter certo risco de morte, sobretudo quando de reclamação de terras se trata. Durante a escrita destas conclusões está começando o processo de paz com a guerrilha das FARC e já aconteceram várias manifestações das suas vítimas reivindicando justiça.

Se por um lado essas ações devolvem a condição de cidadania aos afetados pelo conflito armado, por outro, existe o risco de que alguns sujeitos construam sua identidade a partir da condição de vítimas, não usando as ações de reparação empreendidas pelo Estado para assumir de forma responsável um lugar como cidadãos, mas para responder à pergunta “por quem sou?”. Responder a ela através do “ser vítima”, havendo condições favoráveis para mudar de posição, torna-se um obstáculo para a possibilidade de elaboração da experiência traumática.

Concordamos com Ricoeur (2010) a respeito de que se instalar na postura do direito de se queixar e protestar “gera um privilégio exorbitante que põe o resto do mundo em posição de devedor de promissórias” (p. 99). Não queremos ser mal interpretados sobre este último ponto. A reparação das vítimas é indispensável. Em relação às vítimas cabe uma dívida que deve ser paga pela via da justiça, mas cabe ao sujeito que sofreu os efeitos do conflito armado a responsabilidade de se mover de tal posição de queixa e reclamação, para uma de responsabilidade com sua própria existência, quando às possibilidades para isso estão dadas do ponto de vista social.

Verdade e justiça fazem parte do processo de construção de sentido sobre a experiência violenta. Por isso, estão integradas à elaboração do luto e da tranquilidade. Verdade e justiça devem estar mediadas pelo Estado, o que prova o papel importantíssimo que têm as instituições em relação à serenidade e o trabalho do luto de milhares de pessoas.

O encontro da verdade implica sentir a dor da certeza da morte do filho. Mas, ao mesmo tempo, e por tal motivo, é uma esperança de tranquilidade e sossego. Ela tem um lado privado e outro público. Ela se torna sentido de vida e sinônimo de justiça quando esclarecida e publicada.

É por esses motivos, que se questiona o processo de desmobilização realizado com os grupos paramilitares. Tal acordo contempla a necessidade da Verdade, da Justiça e da

Reparação, que implicaria no testemunho de comandantes dos grupos paramilitares para esclarecer os crimes cometidos, a prisão desses comandantes e a reparação das vítimas, moral e economicamente, pelos danos sofridos. Porém, o sentido que tal processo tem para os familiares dos desaparecidos não representa a justiça, o que acontece é um paradoxo, porque os paramilitares que realizaram os desaparecimentos ficam livres, não pagam pelos crimes, e os presos foram extraditados para os Estados Unidos, para cumprir penas por narcotráfico e não declaram nos processos de verdade. Não deve ser esquecido que do bom andamento dos processos de justiça e verdade, os quais o Estado deve garantir, depende a possibilidade de acabar com os ciclos de vingança e violência.

Os efeitos, ganhos e fracassos dos processos de reparação e de negociação com os grupos guerrilheiros e paramilitares podem tornar-se objeto de outros empreendimentos epistemológicos. Não foram alcançados aqui por não ser o objetivo do estudo, mas os consideramos como parte do contexto. Outras pesquisas deverão privilegiar a forma como está sendo construída a memória histórica dos anos de guerra e a execução da justiça em meio à desmobilização de grupos armados, porque sabemos com Ricoeur (2010) que a anistia apaga as marcas psíquicas e sociais; pretende o esquecimento, obstaculizando a elaboração e superação da experiência violenta, daí a importância do processo penal.

6.3 Sobre a configuração subjetiva dos familiares de desaparecidos forçados

Os sujeitos entrevistados constroem diferentes sentidos a respeito da sua condição de vítimas. Tais sentidos estão relacionados, parcialmente, com ter sofrido o que chamamos de vitimização múltipla: um mesmo sujeito – ou uma mesma família – foi afetado de diversas formas pela violência, começando pelo desaparecimento, passando pelo assassinato e deslocamento forçado, até chegar a formas menos óbvias, como a vitimização secundária.

Por outro lado, às vezes, a condição de vítima é negada e a palavra vira tabu. Inclusive, porque na percepção dos afetados pelo conflito armado, diante da lei é mais vantajoso ser verdugo que vítima. Essa leitura da condição de vítima tem apenas uma solução: o programa de reparação das vítimas do conflito armado deve realizar todas as ações necessárias para devolver o *status* de cidadão a tais sujeitos. Se isso não for feito, significará que o Estado está mandando a mensagem de que vale a pena ser um criminoso e um verdugo, fato que se converte em um prolongador da violência.

O outro aspecto, já colocado, é a facilidade com que alguns sujeitos se põem na posição de vítimas e resistem em sair dela, ainda que as condições sejam favoráveis. O ser vítima funciona nesses casos como um significante que preenche a fragilidade da identidade, prolongando a queixa e o sofrimento e, portanto, impedindo que seja realizada a elaboração do luto e a significação da experiência traumática. O processo de reparação deve saber lidar com tal possibilidade, para não se tornar um projeto assistencialista. Não prolongar o estado de vitimização, mas um exercício de justiça, memória e reconhecimento como cidadãos dos familiares de desaparecidos forçados e dos afetados pelo conflito armado, de tal forma que seja facilitada uma mudança de posição. Tanto os programas de atendimento como as organizações de vítimas devem considerar isso, para que o trabalho esteja dirigido no sentido de facilitar o trabalho do luto, e não de promover a construção da identidade em função do “ser vítima”.

A experiência violenta, a proximidade com o exercício da violência sistemática modifica o relacionamento com o outro, que não apenas pode ser indiferente, mas também se torna ominoso e ameaçador no imaginário de muitas vítimas da violência. Consequentemente, rompe-se o laço social e é mais difícil estabelecer novos relacionamentos quando a confiança está minada, porque se presume um traço de crueldade no outro semelhante. Na experiência de vítimas do conflito armado, os verdugos foram muitas vezes os mesmos que em outro momento eram apenas vizinhos e amigos. Esta situação permite entender uma das teses que defendemos aqui: as comunidades em que isso aconteceu chegaram a um estado de terror no qual o outro se tornou um potencial agressor. O exercício do poder pela violência era empregado sobre qualquer um, inclusive com a participação das próprias forças do Estado.

Como consequência do anterior, é mais fácil construir novos vínculos com sujeitos com os quais é possível se identificar, porque sofreram uma experiência parecida. Os familiares de vítimas de desaparecimento refazem seu universo vincular, parcialmente, no contexto de organizações de vítimas e grupos religiosos ou comunitários que os acolhem.

A análise mostrou que os sentidos e significados contrastam entre si até o ponto de serem contrários. Por exemplo, alguns dos significados sobre o Governo o representam como o responsável pela proteção e reparação das vítimas. Mas, para os familiares de desaparecidos forçados as instituições governamentais podem ser o verdugo, assim como o são também as guerrilhas e os paramilitares. Outro exemplo de significados opostos observa-se no caso em que algozes representam para as vítimas uma possibilidade de tranquilidade e sossego, já que seus depoimentos podem aclarar o acontecido com os entes queridos desaparecidos. Ao mesmo tempo, esses mesmo algozes são significados como cruéis e desalmados. O que se

deriva desta análise é que sentido e experiência encontram-se atrelados, fazem parte do mesmo sistema. A experiência se constrói em função do sentido; não é possível falar de experiência sem sentido, por isso, o acontecimento traumático coloca em xeque a experiência. O desaparecimento de um ente querido só se tornará experiência quando for construído um sentido sobre ele.

Na escala da família foram descritas inúmeras transformações decorrentes do desaparecimento do ente querido. Tais transformações são de diferentes tipos e dependem do lugar que ocupava o desaparecido na dinâmica e do que significava para cada um dos membros. Conforme já foi deduzido pelo Interacionismo Simbólico e também pelo conceito de Configuração Subjetiva, o comportamento diante de um acontecimento depende do sentido atribuído pelo sujeito. Assim, irmãs, filhos, pais ou mães não tomam a mesma atitude frente ao desaparecimento do ente querido.

É necessário repetir aqui outro aspecto de alcance teórico: o sentido tem um caráter social, o qual é evidente na forma em que as crianças reagem ao desaparecimento dos pais ou outros familiares. Desse modo, a forma como significam a perda do ente querido estará condicionada, pelo menos de forma parcial, ao sentido que tal falta tenha para os outros membros da família⁷².

Outra conclusão evidente e que justifica as nossas escolhas teórico-metodológicas, é que a experiência traumática não tem efeitos apenas sobre o sujeito que a sofre. As implicações são amplas, ainda mais quando se trata de situações generalizáveis vividas por uma grande parcela da população. Observam-se, então, consequências em diferentes níveis da sociedade: na família, na comunidade, e nas instituições. Deve-se resaltar, ainda, que a experiência que os sujeitos têm como cidadãos de uma nação também se modifica. Esse poderia ser o tema de futuros estudos interessados em compreender os efeitos produzidos na identidade dos colombianos por uma guerra ininterrupta de mais de 50 anos.

A experiência dos familiares de desaparecidos forçados está categoricamente marcada pela incerteza. O desconhecimento do que ocorreu com o ente querido sustenta e perpetua a angústia, impedindo a elaboração da perda e constituindo o que chamamos de *enlutamento*, que não é a melancolia, mas um estado no qual o sujeito não entrou por completo no luto, porque não consegue aceitar a perda do ente querido. Ao contrário, o sujeito mantém a esperança do reencontro com seu ente querido. O sujeito nesse estado acredita que

⁷² Isso não quer dizer que as crianças não tenham capacidade de fazer juízos e interpretações diferentes dos adultos, apenas queremos reafirmar o caráter socialmente construído do sentido.

não é justo parar a dor enquanto o ente querido permanece vivo e sofrendo na sua imaginação. O enlutamento é um estado de pré-luto contínuo e incessante, que se caracteriza por uma ferida na memória, por uma recordação dolorosa e ultrapresente. É assim que o desaparecimento do ente querido marca uma ruptura, um antes e depois, a partir da qual o que é ruim tende a ser explicado como decorrência do acontecimento traumático. A perda do filho, irmão ou companheiro torna-se sentido para explicar doenças, sintomas, calamidades e catástrofes. Porém, apesar dos obstáculos, os sujeitos se esforçam para construir um sentido sobre a incerteza.

Por outro lado, a procura da verdade não é apenas um empenho individual, mas adquire dimensões de movimento social, a partir das ações das organizações de vítimas. Quase nenhuma das pessoas que forma a organização havia participado de processos políticos, no entanto, hoje reclamam de forma pública seus direitos, realizando várias ações de caráter público. Várias das pessoas que fazem parte da organização, apesar do nível de escolaridade baixo ou da falta de contato com processos legais, conseguiram tornar-se responsáveis pelo seguimento do caso do familiar desaparecido. Ao mesmo tempo, foram escolarizadas e até assumiram responsabilidades no processo de orientação a novos membros da organização. O desaparecimento de um ente querido possibilita para muitas pessoas aprendizados e mudanças de comportamento que só se tornaram possíveis após enfrentarem o trabalho do luto. Nesse sentido, o acontecimento traumático também pode estar carregado de sentidos valorados positivamente, de ganhos, descobrimentos e aprendizagens que surgem do enfrentamento e saída do enlutamento.

Da experiência traumática, que parecia sem saída, surgem também aprendizados e ações para a reivindicação de direitos, a partir das quais alguns sujeitos encontram novos sentidos de vida, com ganhos acadêmicos, culturais e laborais que se encontram aliados a uma possível elaboração da experiência traumática.

O acontecimento traumático que ultrapassa as possibilidades de elaboração articula-se a um processo de construção de sentidos subjetivos que não são estáticos. No entanto, o que se observa no caso da não elaboração do luto pelos familiares de desaparecidos é que tal configuração subjetiva se prolonga no tempo em um estado de enlutamento, no qual não é possível construir uma significação da experiência traumática. Por outro lado deve-se enfatizar que os sujeitos têm a capacidade de edificar novos sentidos sobre aquilo que se apresenta como insuperável e incompreensível. É o que observamos no decorrer da pesquisa: por mais que o desaparecimento de um ente querido supere as capacidades de elaboração, todos os relatos coletados mostram tentativas de significação e, portanto, de construção de

uma experiência na qual as configurações subjetivas se observam na forma de processos e não de estruturas acabadas e estáticas. Ao mesmo tempo, novos fatos nas estruturas sociais modificam a subjetividade social e podem ter efeitos na subjetividade individual. Um deles, que significou a melhora das condições institucionais para uma possível elaboração da experiência violenta, foi a implementação da *Ley de Víctimas*. Afirmamos, então, que os sentidos subjetivos, simbólico-emocionais, integram o sistema complexo e dinâmico da subjetividade que articula elementos individuais, históricos e sociais. Em consequência, as transformações subjetivas poderão significar a superação do acontecimento traumático.

De outro lado, podemos classificar as respostas diante da experiência traumática em três categorias, já referenciadas por Díaz Facio Lince (2004): as reais, na qual estaria a vingança; as imaginárias, na qual podemos mencionar a identificação com outros sujeitos com histórias parecidas e as simbólicas, nas quais podem ser incluídos os rituais e o exercício da justiça, além dos esclarecimentos sobre o acontecido com o ente querido desaparecido. A partir das três alternativas, inclusive da real (existem inúmeros exemplos na Colômbia de sujeitos que constroem o sentido de vida em torno da vingança), poderão ser construídos sentidos sobre o acontecimento traumático.

Entretanto, essa classificação não é o ponto central da nossa tese, ela apenas é a introdução para outra forma de compreender as formas de construção de sentido sobre a experiência traumática: **qualquer tentativa de elaboração da experiência traumática estará composta por uma dimensão individual, outra social, e uma terceira que chamaremos de histórico-institucional**. Esta é uma das teses que a pesquisa nos permite construir: um exemplo é a busca de verdade. Para cada sujeito a verdade terá um sentido particular, mas qualquer possível construção dela tem um caráter social simbólico e interacional. Ao mesmo tempo, dependerá da participação ou não das instituições do Estado, das leis ou da decisão de extradição ou não dos ex-paramilitares. Essas três dimensões encontram-se entrelaçadas, por isso, não é possível compreender o problema do desaparecimento forçado sem levá-las em conta. É também por esse motivo que não é possível separar por completo a verdade subjetiva e da verdade jurídica. As três dimensões funcionam e se aplicam da mesma forma à justiça, à religião, aos rituais, aos programas de atendimento de vítimas do conflito armado e até às propostas psicoterapêuticas, como possíveis alternativas para a elaboração simbólica da experiência traumática de familiares de desaparecidos forçados. A partir da combinação dessas três dimensões – individual, social e histórico-institucional – será possível falar de momentos diferentes na configuração subjetiva do problema do desaparecimento forçado de pessoas durante o conflito armado colombiano.

Apresentamos esta perspectiva como uma proposta teórico-metodológica útil para a abordagem de uma ampla gama de problemas tradicionalmente estudados pelas Ciências Sociais.

Partindo desses pressupostos teóricos reafirmamos a complexidade e importância do processo de reparação, no qual estão depositadas parte das esperanças de resolver o conflito armado colombiano e fundar uma sociedade na qual a vingança e a violência não sejam as respostas comuns *ad infinitum* ao conflito. Uma sociedade que rememore sua história, não como uma recordação amarga, repetida, angustiada e cheia de rancor, mas com uma memória tranquila, na qual foi possível o perdão e a saída do enlutamento e a elaboração das perdas.⁷³

Finalmente, esperamos que os conhecimentos aqui depositados – graças aos depoimentos de sujeitos afetados pela violência – sejam úteis para a sociedade colombiana e outras que estejam sofrendo os rigores da guerra e da violência. Mas, sobretudo, esperamos que o conhecimento produzido neste trabalho seja útil para orientar as ações dos profissionais das Ciências Sociais, da saúde ou do direito, na direção de favorecer a significação da experiência traumática dos sujeitos que em algum momento foram vítimas do conflito armado colombiano. Passo indispensável para acabar a guerra e erradicar o uso da violência como mecanismo para dominar o outro, pois, apesar dela ser inerente ao humano, nunca será legítima.

⁷³ Ao momento de terminar este texto se realiza a implementação da *Ley de Víctimas y Restitución de Tierras* em Colômbia (entre as que se contam mais de 50.000 desaparecidos paramilitares, exército e guerrilhas), se desenvolvem os diálogos de paz com a guerrilha mais velha e poderosa do mundo, milhares de familiares de desaparecidos demandam que as FARC assumam sua responsabilidade como verdugo e o Procurador Geral da Nação exige a implementação de programas de reparação de vítimas em todos os departamentos do país.

REFERÊNCIAS

- ALTA CONSEJERÍA PRESIDENCIAL PARA LA REINTEGRACIÓN. **Balance de Desmovilizaciones**, 2009. Disponível em: http://www.reintegracion.gov.co/Es/proceso_ddr/Paginas/balance.aspx. Acesso em: 20 Jan. 2010.
- ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS. **Desplazamiento interno en Colombia**, s.d. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/operaciones/situacion-colombia/desplazamientointerno-en-colombia/>. Acesso em: 21 Jul. 2012.
- AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Desapariciones**. Barcelona: Fundamentos, 1983.
- _____. **Crímenes sin castigo, homicidios políticos y desapariciones forzadas**. Madrid: EDAI, 1993.
- ARENDDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2001.
- ASFADDES. **Cuadro Estadístico de Detenciones-Desapariciones Forzadas por Años**, s.d. Disponível em <http://www.asfaddes.org>. Acesso em: 20 de Dez. 2008.
- BALLESTEROS, E. **La memoria y el olvido. Detenidos y Desaparecidos en Chile**. Santiago: Ediciones Orígenes, 1995.
- BETANCOURT, I. **Não há silêncio que não termine: meus anos de cativério na selva colombiana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BROWN, L. **Uma perspectiva feminista el trauma** In: F. ORTEGA (Org.). Trauma, cultura e história: Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio. Bogotá: Universidad Nacional, 2011. P. 479-496.
- Caballero, A. **Cuentas Macabras**, 2011. Disponível em: <http://www.prensarural.org/spip/spip.php?article5590> Acesso em: 23 maio 2011.
- CAMPANELLA, J. J. **O segredo dos seus olhos** DVD. Madrid: Tornasol Films, 2009.
- CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA. Ley 1448 de 2011. Lei de Víctimas e Restituição de Terras. **Diario Oficial No. 48.096**, Bogotá, 10 jun. 2011.
- _____. Ley 975 de 2005. Ley de Justiça y Paz. **Diario Oficial No. 45.980**, Bogotá, 25 jul. 2005.
- _____. Ley 1408, de 2010. Ley de Homenaje a las Víctimas de Desaparición Forzada. **Diário Oficial No. 47.807**, Bogotá 20 de ago. 2010.

COMISION NACIONAL DE BUSQUEDA DE PERSONAS DESAPARECIDAS. **Registro Nacional de Desaparecidos**, 2012. Disponível em: <http://www.comisiondebusqueda.com/mapaDeBusqueda.php>. Acesso em: 10 de nov. 2012.

CNRR. **Antecedentes**, 2007. Disponível em: <http://www.cnrr.visiondirecta.com/09e/spip.php?article1>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. **Elementos para la construcción de una hoja de ruta**, 2006. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.co/sne/2006/enero/17/ruta.pdf>. Acesso em: 20 maio 2009

_____.CNRR. **Definiciones estratégicas**, 2006a. Disponível em: de http://www.cnrr.org.co/cd/pdf/Definiciones_estrategicas.pdf. Acesso em: 25 mar. 2009.

_____. **Boletín Número 7**, 2008. Disponível em: http://www.cnrr.org.co/new/interior_otros/boletin/boletin_9.pdf. Acesso em: 13 maio. 2009.

_____. **Boletín Número 8**, 2008a. Disponível em: http://www.cnrr.org.co/new/interior_otros/boletin/boletin_9.pdf. Acesso em: 14 maio. 2009.

_____.CNRR. **Boletín Número 9**, 2009. Disponível em: http://www.cnrr.org.co/new/interior_otros/boletin/boletin_9.pdf. Acesso em 12 jun. 2009.

DIAZ FACIO LINCE, V. Del dolor al duelo, Límites al anhelo frente a la desaparición forzada. **Affectio Societatis**, Medellín, n. 9, p. 1-21, Dic. 2008 Disponível em: <http://antares.udea.edu.co/~psicoan/ARTICULOS9/dolor%20al%20duelo.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2011.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LINGUA PORTUGUESA. Vítima, 2010. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=vítima>. Acesso em 20 ago. 2010.

DOMINGUEZ, A. C. **Conceptos Fundamentales de Victimología**, s.n. Disponível em: <http://www.institutodevictimologia.com/Formacion19a.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

DUQUE, P ; ARANGO, M & MARIN, U. RECONFIGURACIÓN DE LA IDENTIDAD DE FAMILIARES DE PERSONAS QUE HAN SIDO VÍCTIMAS DE DESAPARICIÓN FORZADA EN EL MARCO DEL CONFLICTO ARMADO COLOMBIANO. RELATÓRIO DE PESQUISA. MEDELLÍN: FUNLAM, 2010

DUSSICH, J. **Nuevas Tendencias Victimológicas**, s.d. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:TLMdWX0iA98J:www.usergioarbol.edu.co/derecho_penal/Articulo_Nuevas%2520Tendencias%2520Victimologicas.doc+Nuevas+Tendencias+Victimol%C3%B3gicas&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=co. Acesso em: 10 set. 2010.

ECHANDÍA, C. **El fin de la vulnerabilidad de las FARC, 2008. El estado actual del conflicto armado en Colombia**, 2008. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3543_1.pdf. Acesso em: 12 mar. 2009.

EL ESPECTADOR. Exigen reconocer a desaparecidos como víctimas, 2010. Disponível em: <http://www.elespectador.com/noticias/judicial/articulo199540-exigen-reconocer-desaparecidos-victimas> Acesso em: 22 abr. 2010.

FARIAS, F. R. Trauma, sedução e memória. In: _____(org). Apontamentos em memória social. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

_____. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M. A. (org.). **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

GARTNER, K. **Trauma e Comunidade** In: F. Ortega (Org.), Trauma, cultura e história: Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio. Bogota: Universidad Nacional, 2011. p. 63-84

FATTAH, E. **Víctimas y victimología: los hechos y la retórica**. In H. Marchiori (org.). Série Victimología 2. Buenos Aires: Editorial Brujas, 2005

FRANCO, S, et. al. Efeitos do conflito armado sobre a vida e a saúde na Colômbia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 1247-1258, 2007. (Sup). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000500014&script=sci_arttext Acesso em: 15 abr. 2009

FERREIRO, X. **La víctima en el proceso penal**. Madrid: La ley-actualidad. S. A., 2005.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: L. Hubert e P. Rabinow (org.). Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 231-249.

FREUD, S. **Recordar, repetir, elaborar** In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969a. v. XII.

_____, S. **Luto e Melancolia**. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969 v. XIV.

GALEANO, M. E. **Estrategias de Investigación Social Cualitativa. El Giro de la Mirada**. Medellín, Colombia: La Carreta Editores, 2004.

GALINDEZ, G, H.; QUINTERO, Y. **La Desaparición Forzada en Colombia... Un Crimen Sin Castigo**. Bogotá: Asociación de Familiares de Detenidos – Desaparecidos, ASFADDES, 1999.

GALINKIN, A. L.; ZAULI, A. **Identidade Social e Alteridade**. In Cláudio V.; E. Rabelo e colaboradores. Psicologia Social, principais temas e vertentes. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GAGNEBIN, J. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GALLO, H.. **Subjetividad y conflicto armado**. In J. Velásquez, J. Jaramillo, C. Garcia, H. Gallo, M. Ramírez, Conflicto armado: memoria, trauma subjetividad. Medellín, Colombia: La Carreta, 2008, p. 37-40.

GARAY, A.; IÑIGUEZ, L. **Perspectivas Críticas en Psicología Social: Herramientas para la Construcción de Nuevas Psicologías Sociales**. Boletín de Psicología, n. 72, p. 57-78, 2001. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2894783> Acesso em: 8 nov. 2008

GARTNER, R. **Cross-cultural aspects of violence**. In: J. S. Grisolia, J. Sanmartin et alli. *Violence: from biology to society*. Amsterdam/Lausanne/New York, Elsevier. 1997. 171-179.

GOFFMAN, I. **Estigma**. La Identidad Deteriorada. Buenos Aires: Amorrortu: 2003

GONZÁLEZ, S. M. **El fenómeno de la desaparición forzada, componente psicosocial. Medellín**, Colombia: Universidad San Buenaventura, 2008.

GONZÁLEZ REY, F. (2000) **Investigación Cualitativa en Psicología, Rumbos y Desafíos**. México: Internacional Thomson Editores.

_____. **Sujeito y Subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

_____. **Sujeto y Subjetividad. Una Aproximación histórico cultural**. México: Thomson, 2002.

_____. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade. Os processos de construção da informação**. São Paulo: Pionera Thomson Learning, 2005.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Paradigmas en Competencia en la Investigación Cualitativa**. México: El Colegio de S, 2000.

JARAMILLO, R. D. **Desde las víctimas. Desde la Región**. Revista de la Corporación, n. 44, p. 29-32, 2005.

LAIR, E. **Transformaciones y fluidez de la guerra en colombia: un enfoque militar, 2004**. Disponível em: <http://www.upf.edu/iuhjvv/pdf/arrels/dossier/rodriguez/rodriguez6.pdf> Acesso em 15 maio 2009.

LAPLANCHE, J.; Pontalis, J. **Diccionario de psicoanálisis**. Barcelona: Labor, 2003

MARTÍN-BARÓ, I. **Acción e Ideología Psicología Social desde Centroamérica**. El Salvador: UCA Editores, 1999.

MUÑOZ, A., et. al. **Subjetivación de la experiencia violenta en el trastorno por estrés postraumático**. *Psicología em Revista*, v. 11 n. 18 p. 188-204, dez. 2005. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagadb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060915161242 Acesso em: 15 de abr. 2009.

NACIONES UNIDAS. **Informe del Comité contra la Desaparición Forzada, 2012a**. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G12/428/10/PDF/G1242810.pdf?OpenElement> Acesso em: 20 ago. 2012.

NACIONES UNIDAS. **Informe anual de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos 2012a**. Disponível em:

<http://www.hchr.org.co/documentoseinformes/informes/altocomisionado/informe2011.pdf>

Acesso em: 25 set. 2012.

NAVARRO, J. C. **Guerra, política y territorio: las víctimas del conflicto Político armado en el contexto local de la ciudad de Medellín.** *Revista Kabai*, 15, p. 7-18, 2005.

NIETO, P. **Llanto en el paraíso. Crónicas de la guerra en Colombia.** Medellín, Colômbia: Universidad de Antioquia, 2009

OBSERVATORIO DE PROCESOS DE DESARME, DESMOBILIZACION, Y REINTEGRACION. Los procesos de Desarme, Desmovilización y Reintegración: buenas prácticas y retos. Disponível em:

http://www.bdigital.unal.edu.co/1570/1/ODDR_Buenas_practicas_y_retos_mayo_2010.pdf

Acesso: 18 nov. 2012.

ORTEGA MARTINEZ, F. (org). **El trauma social como campo de estudios** In: _____ (Org.), Trauma, cultura e história: Reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio. Bogota: Universidad Nacional, 2011. p. 17-62.

OSSO, M.; WURST, C. **Secuelas de la desaparición forzada en familias ayacuchanas.** *In:* Kristal de Burstein R.; Stornaiuolo M.; Raffo MC (Orgs), Desplegando alas, abriendo caminos: sobre las huellas de la violencia (pp. 27-39). Lima: Centro de Atención Psicosocial, 2003

PAREDES, C. **Diez puntos clave de la Ley de Víctimas**, 2011. *Revista Semana*, Bogota. 2011. Disponível em: <http://www.semana.com/nacion/diez-puntos-clave-ley-victimas/157310-3.aspx>
Acesso em: 24 maio 2011.

PATIÑO, R. & PATIÑO, C. **Configuración de la identidad de desertores de la guerrilla Colombiana.** *Revista Psicología e Sociedade*. vol.24 no.3 Belo Horizonte 2012

PATIÑO, R. & PATIÑO, C. **Reconfiguración de la identidad y construcción de ciudadanía entre jóvenes desmovilizados de la guerrilla, pertenecientes al programa de reintegración a la vida civil, en la ciudad de medellín: un abordaje desde la Psicología Social.** Tesis de Maestría. Medellín: Facultad de Psicología, Universidad de San Buenaventura, 2010.

PÉCAULT, D. La pérdida de los derechos, del significado de la experiencia y de la inserción social: propósito de los desplazados en Colombia, 1999. Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5151.pdf> Acesso em: 13 de mar. 2009.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (Pnud). **Los desaparecidos forzados en Colombia ¿cuántos se buscan?** *Revista Hechos del Callejón*, n. 20, 2009. Disponível em : www.hechosdelcallejon.pnudcolombia.org/index.php?option
Acesso em: 15 fev. 2009.

PROGRAMA PRESIDENCIAL DE DERECHOS HUMANOS Y DERECHO INTERNACIONAL HUMANITARIO. **El secuestro en cifras, 2001.** Disponível em: Recuperado em: http://www.derechoshumanos.gov.co/observatorio_de_DDHH/04_publicaciones/04_01_boletines/04_boletin_18/cifra18.htm Acesso em: 10 dez. 2008

_____. **Relatório outubro 2002/Desaparición Forzada**, 2002. Disponível em: http://www.derechoshumanos.gov.co/observatorio_de_DDHH/Informe_octubre_2002_Desap_ari%3%3Bn_forzada.asp?name=informacion&file=article&sid=269 Acesso em: 15 de dez. 2008.

PUJAL i LLOMBART, M. LA IDENTIDAD (EL SELF). In Ibañes T. (Org), *Introducción a la Psicología Social*. Barcelona, 2004.

RESTREPO, D. A.; MUÑIZ, O. **Aproximación al estado del arte de las investigaciones y las experiencias de intervención psicosocial en salud mental en el campo de la violencia en Colombia entre los años 1999-2003**. *Revista Informes Psicológicos, Medellín, n. 7*, p.71-107, 2005.

REVISTA CAMBIO. **Cambio conoció los hornos crematorios que construyeron los paramilitares en Norte de Santander**, 2009. Disponível em: http://www.cambio.com.co/informeespecialcambio/829/ARTICULO-WEB_NOTA_INTERIOR_CAMBIO-5235387.html 2009 Acesso em: 19 maio. 2009.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2010.

RIQUELME, H. **América del Sur: derechos humanos y salud psicosocial**. Era de Nieblas. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.

ROBLEDO, A. M. **Del dolor humano al daño psicológico de las víctimas**. Cuadernos de Psicología, Bogotá, v. 5 n. 2, p. 5-11, 2009.

RUIZ SILVA, A. **Texto, testimonio y metatexto. El análisis de contenido en la investigación en educación**. In: *La práctica investigativa en ciencias sociales*, Jimenez. A.; Torres, Alfonso. Bogotá: UPN, 2006.

SELIGMANN-SILVA, M. **Escritos da História e a Memória**. In: Seligmann-Silva (Org). *Palavra e imagen: memoria e escritura*. Chapecó: Argos, 2006.

STAKE, R. E. **Investigación con Estudio de Casos**. Madrid: Ediciones Morata, S. L., 2007.

UNITED NATIONS (2010). **Report of the Working Group on Enforced or Involuntary Disappearances**. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G10/179/40/PDF/G1017940.pdf?OpenElement> Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. **International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance**, 2006. United Nations. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/law/pdf/disappearance-convention.pdf> Acesso em: 27 ago. 2012.

VANGUARDIA. **Fiscalía General reporta 42.902 registros de desaparecidos**, 2009. Disponível em: <http://www.vanguardia.com/economia/nacional/26610> Acesso em: 24 abr. 2009.

VAN GENNEP, A. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

VARGAS, A. **Aproximación al conflicto armado colombiano**, 1997. *Disponível em:* <http://www.solidaritat.ub.edu/observatori/esp/colombia/documentos.htm> Acesso em: 15 ago. 2008.

VÉLEZ, R. A. **Gobernabilidad local en Medellín: configuración de territorialidades, conflictos y ciudad**. Bogotá: ESAP, Escuela Superior de Administración Pública, 2004.

VAQUERA, G. **Víctimas de Homicidio, um resto inexplorado**, 2006. Tucumán: Estudio 4. *Disponível em:* <http://video.google.es/videoplay?docid=-5740651843352041755&pr=google-sl#> Acesso: em 20 maio. 2010.

VILLA, J.; TEJADA, C.; SÁNCHEZ, N.; TELLEZ, A. **Nombrar lo innombrable, reconciliación desde la perspectiva de las víctimas**, 2007. *Disponível em:* http://www.programaporlapaz.cinep.org.co/sites/propaz.cinep.org.co/files/propaz_nombrar_lo_innombrable.pdf Acesso: 14 de mar. 2009. 3385 9275

WRADIO (2011). **ONU: desaparición forzada en Colombia es de 'dimensiones escalofrantes'**, 2011. *Disponível em:* <http://www.wradio.com.co/nota.aspx?id=1477490> Acesso em: 20 jun. 2011.

WILCHES, C. R. **La Corte Penal Internacional en Colombia**, *s.d.*. *Disponível em:* <http://www.presidencia.gov.co/altocom/ensayo5.htm> Acesso em: 14 jul. 2008

ZAMORA, J. **Derecho Victimal, la víctima en el nuevo sistema penal mexicano**. Mexico: INACIPE, 2009

ANEXO A - INSTRUMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE FRASES

Objetivo: Gerar um espaço que facilite a significação da experiência como familiar de um desaparecido, a partir da escrita e da verbalização.

1. Dados sócio-demográficos

Nome próprio: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____

Cidade de moradia atual: _____

Cidade de Moradia Anterior ao desaparecimento do familiar: _____

Bairro em que mora _____

Telefones: _____

Sofreu deslocamento forçado? Sim____ Não____

Parentesco com o familiar desaparecido: _____

Há quanto tempo está desaparecido seu familiar?

Sabe que grupo armado desapareceu seu familiar? Sim____ Não____

Qual? _____

Você sabe como desapareceu seu familiar? Sim____ Não____

Como? _____

Você pertence a algum grupo político organizado?

Ocupação: _____

Entrevista em profundidade: Sim____ Não____

1. Gostaria que fosse:_____

_____mas_____

2. Penso que minha família_____

_____e além disso_____

3. Minhas metas na vida são_____

_____só que_____

4. O desaparecimento de um familiar tem me feito sentir_____

_____mas_____

5. Depois de desaparecido meu familiar minha vida mudou porque_____

_____e às vezes_____

6. Ser vítima da violência é_____

_____e_____

7. Às vezes pela noite sinto que_____

_____mas depois_____

8. Penso que o grupo que desapareceu meu familiar deveria_____

9. O conflito armado é_____

10. As organizações de vítimas sevem para _____
_____ mas _____

11. Penso que o governo deveria _____
_____ e _____

12. Eu era uma pessoa _____
_____ e agora _____

13. Às vezes desconfio de _____
_____ e também _____

14. A reparação é para mim _____
_____ mas _____

15. Eu me sentiria melhor se _____
_____ mas _____

16. Sinto-me feliz quando _____
_____ mas às vezes _____

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Serviço Público Federal
Universidade Federal da Bahia
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Estrada de São Lázaro, 197. Federação. Salvador/Bahia - 40210-730.
Tel/Fax: (071) 3283_6437

Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, C.C. _____, por meio de este termo declaro que aceito participar voluntariamente da pesquisa “Construção da Subjetividade de Familiares de Vítimas de desaparecimento forçado na Colômbia” empreendida pelo psicólogo, doutorando em psicologia Rafael Andrés Patiño Orozco e seu orientador Prof. Dr. Antônio Marcos Chaves, com o objetivo de compreender a configuração da subjetividade como sistema complexo, de familiares de vítimas de desaparecimento forçado. Também por este termo, estou consentindo o uso de todas as informações por mim fornecidas para a análise dos dados, bem como sua divulgação para fins científicos, sob a garantia de que minha identidade será mantida em segredo.

Estou ciente de que minha participação é livre, podendo ser rompida a qualquer termo, sem qualquer prejuízo para mim.

Declaro que recebi as instruções necessárias do pesquisador, e que fui informado de que podia deixar de responder qualquer pergunta que me causasse constrangimento.

Esta pesquisa contempla parâmetros estabelecidos na resolução No. 008430 do 4 de outubro/1993, emanada pelo Ministério da Saúde da República de Colômbia, em quanto a pesquisas com risco mínimo, realizadas com seres humanos.

Medellín, _____ de _____ de 2010

Assinatura

Contato com a equipe de pesquisadores

Rafael Andrés Patiño
(5571) 86051593
rafael.patigno@yahoo.es

Prof. Dr. Antônio Marcos Chaves
amchaves@pq.cnpq.br